
revista
indisciplinar
n. 3, v. 2
dezembro/2016
Lagoa Santa
Santa Luzia
Sabará
Raposos
Nova Lima
Rio Acima
Ibirité
RML

revista

indisciplinar

n. 3 , v. 2
dezembro/2016

>>> fluxos

A REVISTA INDISCIPLINAR É UMA PUBLICAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR (EA-UFMG / CNPQ), BELO HORIZONTE

Coordenação Editorial Alemar S. A. Rena

Editores Alemar S. A. Rena, Daniel Medeiros, Fernanda Dusse, Karine Carneiro, Marcela Silviano Brandão Lopes, Marcelo Reis Maia, Natacha Rena, Simone Toste

Conselho Editorial Andreia Moassab, Breno Silva, Brigida Campbell, Bruno Cava, Eduardo Jesus, Giselle Beiguelman, João Tonucci, Joviano Mayer, Lucas Bambozzi, Ludmilla Zago, Marcela Silviano Brandao Lopes, Myriam Ávila, Pablo de Soto, Rene Lommez, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Thais Portela, Monique Sanches

Projeto gráfico André Victor, Brenda de Castro, Daniela Faria, Gabriela Tavares, Lucca Mezzacappa, Luis Henrique Marques, Mariana Bubantz, Marília Pimenta, Mayumi Amaral, Nuno Neves, Octavio Mendes

Ilustração e diagramação desta edição Lucca Mezzacappa (coordenador), Brenda de Castro, Daniela Faria, Gabriela Tavares, Luis Henrique Marques, Mariana Bubantz, Marília Pimenta, Mayumi Amaral

Endereço para contato Escola de Arquitetura da UFMG, rua Paraíba, 697, sala 500. CEP 30130-141.

Telefone (31) 3409-8834 / (31) 3409-8835 / (31) 3409-8845

Capa CC BY-SA; Fotografia: Upslon

A revista *Indisciplinar* está disponível para download em indisciplinar.com

Editora Fluxos, Belo Horizonte, Dez. de 2016
editora.fluxos.org

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Indisciplinar / EA-UFMG. – Belo Horizonte (MG): Fluxos, 2015 –.

V.
Semestral.
n. 3, v. 2 (2016).

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

CDD-B869.7

Apresentação

A **Revista Indisciplinar** é uma revista semestral vinculada aos grupos e coletivos de investigação da Rede Indisciplinar, formada pelo grupo de pesquisa Indisciplinar UFMG, sediado na Faculdade de Arquitetura e Design da UFMG; grupo de pesquisa Indisciplinar UFOP, associado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP; e programa Indisciplinar Equador vinculado à Facultad Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central del Ecuador.

Dando continuidade à discussão iniciada na **Revista Indisciplinar** n. 2, nesta terceira edição o foco recai novamente sobre o tema da cartografia enquanto processo de produção estética, pesquisa e ativismo. Esta continuidade temática se deve ao grande número de textos recebidos para a chamada da **Indisciplinar** n. 2, levando o corpo editorial a optar por publicar dois números ao mesmo tempo com temáticas iguais. As edições n. 2 e n. 3 da **Indisciplinar** são, por assim dizer, "irmãs".

Os trabalhos aqui apresentados discorrem sobre a *cartografia* tanto como método de investigação específico, quanto de forma mais ampliada, perpassando temas como copesquisa, pesquisa-ação, pesquisa-intervenção, formação de redes tecnopolíticas de investigação, ou seja, modos de pesquisa que impliquem o pensamento na ação e transformação social, educacional e política, superando clássicas divisões entre ensino, pesquisa e extensão, entre sujeito pesquisador e objeto estudado, entre atores sociais passivos e ativos em processos de investigação, criação e formação acadêmicos e não acadêmicos.

Em tempo, os editores gostariam de antecipar os temas das próximas chamadas da Indisciplinar: **"Arte e política: coletivos artivistas e movimentos sociais"** será o viés da Indisciplinar n. 4, prevista para junho de 2017, e **"Neoliberalismo, e depois? A financeirização das cidades, da política e da vida"**, o tema da Indisciplinar n. 5, prevista para final de 2017. Em breve divulgaremos mais informações.

Boa leitura.

Os editores

SUMÁRIO

CONVERSAS

9 **Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as jornadas de junho e depois**

por Natacha Rena, Joviano Mayer, Bernardo Neves e Josiane Alves

ARTIGOS

29 **Nós entre tramas: cartografia indisciplinar na Izidora**

por Júlia Ávila Franzoni, Daniela Faria e Natacha Rena

55 **Cartografia e participação: contrações políticas no Guia de ruas da Maré**

por Carolina Ferreira da Fonseca

73 **Complexidade, cartografia de**

por Cristina Ribas

95 **Relato de atividade. Mapa subversivo e produção colaborativa no Juventude Okupa a Cidade**

por Michel Montadon de Oliveira

109 **Por uma cartografia noturna: escrever a história dos territórios que não cabem no mapa**

por Philippe Urvoy

125 **A copesquisa como método: o estudo de caso de um trabalho final de graduação (TFG) sobre o movimento Salve Santa Tereza**

por Karine Carneiro e Joellyse Valadão

145 **Artesanías urbanas: la enseñanza de arquitectura y urbanismo por medio de la vinculación con la comunidad en Ecuador**

por Janaína Marx Pinheiro e Hernán Espinoza Riera

161 **O processo extitucional dos moradores urbanos de Madri**

por Mauro Gil-Fournier Esquerra, Miguel Jaenicke Fontao e Esau Acosta Perez

INDISCIPLINAR

181 **PBH Ativos**

185 **Nova BH/Operação Urbana Consorciada ACLO**

189 **Parque das ocupações do Barreiro**

193 **Livro *Arte e espaço***

CONVERSAS & ENTREVISTAS



CARTOGRAFANDO OS MOVIMENTOS MULTITUDINÁRIOS EM BELO HORIZONTE: AS JORNADAS DE JUNHO E DEPOIS

CARTOGRAPHING THE MULTITUDINOUS MOVEMENTS IN BELO HORIZONTE: THE JUNE DAYS AND BEYOND

Natacha Rena, Joviano Mayer*, Bernardo Neves* e Josiane Alves**

A Roda de Conversa vem sendo desenvolvida, no âmbito do grupo de pesquisa Indisciplinar, como dispositivo oral de investigação, com a finalidade de estabelecer diálogos entre pesquisadores e movimentos de naturezas diversas: culturais, ativistas, militantes e de ocupação, ou seja, insurgências populares que eventualmente possuem filiações ou bases estéticas e políticas distintas, ou divergentes. Ao contrário dos questionários semiestruturados e entrevistas, a ideia tem sido experimentar uma forma de produção coletiva mais polifônica, horizontal e colaborativa, que evidencie as vozes dos respectivos atores participantes. No dia 6 de novembro de 2014 foi realizada na Praça da Estação uma primeira experiência utilizando o seguinte processo: primeiro realizou-se uma Roda de Conversa em modelo assembleário com gravação de áudio e vídeo; em seguida, as gravações foram transcritas em um documento de texto compartilhado no Google Docs entre todos os que participaram; todos editaram modificando, retirando e acrescentando o que julgaram necessário. A temática dessa conversa girou em torno dos processos multitudinários, colaborativos e mais horizontais que se manifestaram com grande intensidade durante as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte, destacando quais seriam as singularidades dos movimentos e coletivos locais quando comparados aos de outras localidades brasileiras, e seus desdobramentos organizacionais pós Jornadas de Junho. Participantes da presente Roda de Conversa: Ed Marte, Francisco Foureaux, Joviano Mayer, Ludmila Ribeiro, Natacha Rena, Paula Bruzzi, Paula Kimo, Roberta von Randow, Silvia Andrade. Som/Produção de imagem, transcrição, edição: Luiza F., Pedro R., Sarah M., Cris Araújo e Marcelo Comparini. Autores que fizeram a edição do texto gerado para ser publicado na revista: Natacha Rena, Joviano Mayer, Bernardo Neves e Josiane Alves. O vídeo que gerou o material a ser transcrito para este texto pode ser assistido na íntegra em youtube.com/watch?v=QcTV06mx_CA.



Img. 1 Print do vídeo da Roda de Conversa no Youtube do Grupo de Pesquisa Indisciplinar

NATACHA: O intuito desta roda de conversa é configurar um texto com um recorte particular (envolvendo quem está aqui presente nesta roda de conversa) sobre o que aconteceu em termos de organização dos movimentos sociais e culturais a partir das Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte.

A gente podia fazer uma roda aqui muito maior, que desse conta de um conjunto de outras pautas específicas, como a do transporte, ou da saúde, da educação ou de gênero. Mas aqui acho legal optarmos por trabalhar os movimentos de rua e de ocupas, algo mais híbrido, e talvez com um recorte da potência, da produção estética dos encontros, da arte, da ocupação das ruas, e como todos esses movimentos, que a gente provavelmente vai falar aqui, são atravessados por essa estética, por uma força afetiva.

Penso que podemos relatar um pouco os processos envolvendo a Assembleia Popular Horizontal de BH [1], assim como a Ocupação da Câmara e outros ocupas que surgiram a partir daí. Acho que podemos falar dos processos constituintes e também das singularidades de Belo Horizonte com relação a outras cidades do país que temos notícias. Sabemos que aqui há uma organização muito orgânica, então eu acho que a gente pode pensar um pouco a nossa conversa a partir disso. E sempre nos ronda uma hipótese de que fazemos parte de um movimento multitudinário, tanto de ocupação das ruas, quanto dos espaços institucionais, utilizando uma tática muito estética para nos organizarmos estrategicamente. Se pensarmos que parte deste movimento de ocupar as ruas como um ato político já existia aqui no espaço central da cidade desde a origem do Duelo de MC's [2] em 2007 e em 2010 com a Praia da Estação [3] e na sequência explode o carnaval

[1] Cf. facebook.com/AssembleiaPopularBH.

[2] Cf. issuu.com/aconteceaquibh/docs/oqueaconteceaqui.

[3] Cf. youtube.com/watch?v=5354OiTR07E.

de rua insurgente e político, podemos imaginar que esta hipótese faz sentido...

Eu acho que a gente podia começar se apresentando e dizendo um pouco do que a gente acha que é singular de Belo Horizonte, e depois a gente aprofunda nas discussões dos movimentos que cada um está associado. Eu, particularmente, acho que tem essas duas coisas: que os movimentos daqui têm uma organização muito mais híbrida do que nos outros lugares, pelo menos pelo que eu percebo. Os movimentos culturais estão muito ligados aos movimentos sociais de uma forma orgânica, e que confere aos movimentos sociais uma força performática, estética, de ocupação do espaço público e de produção de afeto, que acaba movendo todas as outras lutas ou contaminando as outras lutas mais específicas. Pode começar com Lud, lá em 2007 com o surgimento do Duelo.

LUD: Hoje eu sou da Família de Rua [4], participo da Real da Rua [5] e também, do Viaduto Ocupado [6]. Uma coisa que marca pra mim, olhando o Duelo de MC's, a Praia da Estação e o que veio depois, é a festa como marca das várias lutas daqui, de Belo Horizonte. É uma característica muito forte. A festa como uma forma de agregar pessoas, e também como forma de confundir muita gente. Há quem prefira dizer que isso é só uma festa, farra de universitários, que não está acontecendo nada, mas o que surge ali são muitos contatos e conexões que possibilitam a formação de redes de ação e discussão. A mobilização se fortaleceu muito ao longo desses anos e hoje tem muita gente conectada, atuando em diferentes causas com o mesmo foco. Acho isso muito interessante.

[4] Cf. facebook.com/familiadrua.

[5] Cf. facebook.com/RealdaRua.

[6] O Viaduto Ocupado surgiu em janeiro de 2014 quando o Viaduto Santa Tereza amanheceu completamente cercado. Ao longo de sete dias, manifestantes estiveram acampados ali, junto a manifestações artísticas e festas.

PAULAB: Meu nome é Paula, eu sou do Indisciplinar, e a minha pesquisa de mestrado é sobre A Ocupação [7]. Eu concordo, e acho que as lutas em Belo Horizonte acabam ficando muito nesse espaço entre festa e luta. As duas coisas se permeiam. É muito presente, também, e aí me volto mais especificamente ao ato A Ocupação, a ideia de estar junto e fazer junto a partir do próprio ato de ocupar, coletivamente, o espaço da cidade. Produzir junto esse espaço, no aqui e agora da própria experiência. É importante mencionar, também, o caráter nômade dessa prática. As ocupações foram se diversificando, incluindo outras pautas e lugares, mas sempre mantendo um caráter performativo e de festa, de arte e de luta. E assim acontece também com outros movimentos, que se desdobraram do ato, ou que ocorrem simultaneamente a ele. Afinal, por que essas coisas todas não podem se atravessar? Acho que essa sem dúvida é uma provocação que a experiência de Belo Horizonte suscita.

[7] A Ocupação é uma ação artístico-cultural co-construída pela sociedade civil nos espaços públicos de Belo Horizonte que teve início durante as Jornadas de Junho de 2013 e acontece periodicamente em regiões envolvidas nas disputas territoriais.

CHICO: Eu sou o Francisco, sou do coletivo Tarifa Zero BH [8] e do Espaço Comum Luiz Estrela [9]. Por um cacoete de formação, sempre olho pra isso, quando a gente pensa em Belo Horizonte, enxergo que o junho de

[8] Cf. facebook.com/tarifazerobh.

[9] Cf. facebook.com/espacoluizestrela.

2013 foi um desdobramento de um encontro de grupos que entendem a perspectiva cultural como um espaço de luta e também de resistência, com muita propriedade e com muita competência. Entendo também que houve, já no final da década de 1990 aqui em BH, um movimento dentro das estruturas mais antigas de partidos vanguardistas e de movimento estudantil que permitia, ou que foi permeada por uma prática assembleária, anarquista. Percebo que ao longo do meu processo de formação no movimento estudantil, na década de 1990, havia brechas nos partidos vanguardistas, sobretudo naqueles partidos que se predispuseram a dialogar com a rua aqui em Belo Horizonte. Essa perspectiva de construir a esfera de resistência, o espaço de resistência na cidade, que privilegiava o debate, não vinha com uma proposta pronta, ou com uma forma de entender, interpretar e se posicionar diante do poder público e da rua a partir do partido. Isso é um privilégio de Belo Horizonte. Talvez isso seja uma das grandes virtudes do nosso movimento. Também há uma falência. Acho honestamente que algumas pessoas, não todas, mas algumas pessoas olham pra forma engessada de luta que veio da década de 70, e percebem a falência dessa forma, desse agir político. E não é como uma coisa premeditada. Isso é uma contingência histórica incrível.

JOVIANO: O meu nome é Joviano eu sou das Brigadas Populares [10], do coletivo Margarida Alves [11], também participo do Espaço Comum Luiz Estrela. Bom, na verdade eu acho que tem várias singularidades. Uma delas, além das que já foram faladas como as hibridações que tem em Belo Horizonte, é o Duelo que é um marco na escala da cidade por essa coisa da apropriação comum de um espaço e uma ressignificação. Antes, quando por exemplo aconteceu a Ocupação Caracol [12], que foi a primeira ocupação que eu participei e foi em 2006 na Serra, foi impressionante porque era assim: na ocupação de manhã tinha o pessoal da igreja que ia lá prestar assistência pras famílias, aí chegava a tarde e ia o movimento estudantil, e aí à noite tinha o sarau, os punks, com o pessoal das antigas. Então já era uma ocupação micro, com 10 famílias sem-teto. Foi uma ocupação que nasceu de um processo muito interessante em que essas famílias da Serra procuraram as Brigadas falando “nós estamos querendo ocupar um prédio que está vazio”, e a gente nunca tinha participado de uma ocupação. Aí falamos “A é? Beleza, qual prédio? Onde, como, quando?” e eles falaram “Ô, nós queremos ocupar na sexta-feira”, e isso era na quarta. Aí nós dissemos “não, nós não temos como fazer essa ocupação, tem que preparar”, e eles falaram “Nós vamos com ou sem vocês”. Aí nós pegamos e fizemos essa ocupação e ela já trouxe esse componente das hibridações, que eu acho sim que é uma singularidade, se você pensar como que as ocupações estão interligadas com outros processos, com a cultura que atravessa também todas essas lutas. Eu acho que uma outra singularidade é a atual administração, sem dúvida nenhuma. (Todos concordam) Não ela em si, mas porque a partir dela surgiu, por exemplo, o Fora Lacerda [13] e querendo ou não...



Img. 2 Praia da estação na Praça da Estação, em Belo Horizonte

[10] brigadaspopulares.org.br.

[11] Cf. coletivomargarida.blogspot.com.br.

[12] Cf. youtube.com/watch?v=8GOWmmgnB9I.

[13] Cf. facebook.com/fora.lacerda.

[14] Cf. graveola.com.br.

[15] Cf. facebook.com/comunidadedandara.

NATACHA: Surgiu a Praia da Estação primeiro...

JOVIANO: Surgiu a Praia no início de 2009, depois o Fora Lacerda, e aí, do Fora Lacerda a gente percebe que a maior parte dos ativistas que estão hoje nesses movimentos atuantes na cidade participaram, estavam ali próximos do Fora Lacerda, então também foi um momento de aglutinação de encontro. Eu também situo como um marco importante o show do Graveola e o Lixo Polifônico [14] na ocupação Dandara [15], a Dandara ter nascido ali naquela ocasião, e o fato das ocupações serem retomadas por uma organização do tipo das Brigadas. Porque, quando a gente pensa movimento social sem-teto, como eu conheço outras ocupações, pegando, por exemplo, o caso do MTST, é uma estrutura mais rígida, mais vertical, mais próxima do modelo tradicional de esquerda, de organização que se orienta pelo centralismo democrático e tudo, e nas Brigadas eu percebo uma organização mais fluida, e foi essa organização que retomou o processo de ocupações organizadas de sem-casa em Belo Horizonte em 2006. Eu acho isso, não dá pra deixar de reconhecer. Uma outra questão importante, nós tivemos 16 anos de gestão petista em Belo Horizonte, mas uma gestão petista com um projeto de participação popular, né? E que inaugurou uma série de políticas, por exemplo, os conselhos, os núcleos de moradia, que faziam a gestão da política de habitação de interesse social, o orçamento participativo, enfim, 16 anos de gestão petista, claro, com um atrofiamento das propostas iniciais, mas que deixou ali na cidade um germe de uma expectativa quanto à participação nos processos decisórios da cidade.

NATACHA: Sou professora da Escola de Arquitetura na UFMG e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar e venho trabalhando muito diretamente com os movimentos sociais nos últimos três anos. E uma das primeiras experiências que eu acho que foi importante pra uma certa organização do que veio a acontecer depois das Jornadas de Junho de 2013 foi também o encontro sob o Viaduto Santa Tereza que acontece toda sexta. É o Real da Rua, que envolve outro grupo de pesquisa Cidade e Alteridade da Escola de Direito da UFMG [16] e o Duelo de MC's via Família de Rua.

Acho importante a gente observar que o urbano, a cidade, a metrópole estão em disputa. E, especificamente em Belo Horizonte, esta região central, a qual pertence a Praça da Estação, vem passando por um processo de gentrificação desde quando o contexto foi revitalizado e o Museu de Artes e Ofícios foi inaugurado, em 2006. Desde essa época a gente vem vivendo o processo de ser um lugar onde se tem um intenso fluxo de pessoas na cidade que vêm de outros lugares da região metropolitana para trabalhar, além de ser uma praça com configuração espacial cívica e próxima do Viaduto Santa Tereza, que vem sendo palco de diversas atividades políticas e culturais espontâneas. Estamos falando de um território em disputa e essa região central aglutina o encontro desses movimentos e ao mesmo tempo é foco de um desejo explícito do estado-capital de expropriar esses espaços comuns que surgem para substituir por um território higienizado, sem população de rua, sem vendedor ambulante, pronto para o turismo e para o uso comercial de luxo. Eu acho que isso é muito importante de se observar, porque acaba que esses movimentos que a gente diz que se originam aqui; tanto o Duelo de MC's quanto a Praia, ou Fora Lacerda, ou o próprio carnaval, surgem já dentro de uma disputa direta com o Estado-capital.

EDMARTE: Então gente, meu nome é Ed Marte, eu sou artista, sou ator e performer também. Minha formação é em teatro, no programa da época da prefeitura petista, o Arena da Cultura, que surgiu há uns 10 anos, 12 anos atrás; eu comecei lá em 2003 a minha formação de teatro. E essa questão da ocupação das ruas como trabalho artístico tinha muito também quando a gente fazia teatro de rua. Pra mim começou mais a questão da performance com o Duelo de MC's, era uma coisa assim, toda sexta eu ia pro Duelo, e já comecei a criar umas ações performáticas que é uma coisa que eu misturo mesmo no meu trabalho, que é a arte com a vida, né? Eu acho que tem tudo a ver também com as manifestações, com as coisas que a gente faz, com as performances que a gente faz, eu e os outros artistas aqui também nas manifestações. Depois veio a Praia da Estação que eu participei desde o inicio daquela primeira reunião que teve aqui também, do Vá de Branco que alguém convocou, e depois as pessoas começaram a trocar e-mails e começaram a se juntar pra criar a Praia da Estação. Eu acho que uma singularidade muito grande que tem é essa alegria mesmo, de festa, que tem em BH, do carnaval. Tudo isto foi muito importante até pro meu trabalho. Acho que todos os meus amigos de hoje eu conheci naquela época, alguns eu já conhecia antes, mas a maioria foi naquela época, nos movimentos.

[16] Cf. cidadeealteridade.com.br.

PAULAK: E eu me sinto contemplada na fala de todo mundo. Eu vejo em Belo Horizonte essa colaboração que a gente tem entre os movimentos, a coisa da solidariedade, as lutas não estão sozinhas. O que o Chico traz sobre os movimentos tradicionais é uma certa ruptura que ele situa no movimento estudantil na década de 90, o movimento assembleário, isso faz com que a luta seja mais plural. Eu não estou só numa luta pela cultura, ou numa luta pela habitação, ou numa luta pra fortalecer a população de rua, né? A gente tá em várias lutas. E eu acho que aí a questão da internet, dos dispositivos móveis, tudo isso colabora muito pra que a gente consiga participar muito mais. Então a gente não tá só na rua e isso não é uma característica de Belo Horizonte, isso é planetário. A gente não tá só na rua, mas a gente tá também em um outro espaço que é o espaço da conectividade, da interação, são outras formas de participar pra além daquela forma tradicional de participação.

Quando o pessoal do Rio e de São Paulo falam de Belo Horizonte eles colocam muito essa coisa da união, a gente tá muito próximo. Em São Paulo tem muita briga, tem muita rixa. No Rio tem um desgaste dos movimentos também, aqui eu acho que os desgastes vêm, mas eles vão passando e talvez a alegria e a festa façam com a gente fique sempre próximos. O desgaste não vai impedir uma luta, ele não vai impedir a participação e a colaboração da gente. Eu acho que a gente tá diante da formação de novos sujeitos políticos, nós temos uma outra forma de relacionar que envolve também as relações pessoais, as relações afetivas. Eu não estou ali só por amor à causa, estou por amor às pessoas, por amor aos amigos, por amor. Ali a gente se envolve a gente se apaixona, a gente casa, né? Quantas histórias a gente não escuta? Do movimento aí que tá conectado, todo mundo pega todo mundo. Eu acho que isso é muito particular, é muito amor em Belo Horizonte, um traço nosso. E esse amor vem pra fortalecer. O que o Joviano traz sobre a administração pública, pra mim isso é um marco: o prefeito Márcio Lacerda com todas as suas bizarrices nos ajudou a fortalecer. Ele faz com que a gente esteja na rua, cobrando, faz com que a gente fique mais ligado na opressão, na venda da cidade. Eu só tenho a agradecer ao Márcio Lacerda (Todos riem). Talvez, se não fosse ele, se a gente continuasse com essa gestão PT que cria espaços de participação, mas que ao mesmo tempo controla o tempo todo a relação, seria diferente. Talvez estivéssemos acomodados nesse lugar de pseudoparticipação.

ROBERTA: Eu acho bom poder pensar a singularidade do movimento de Belo Horizonte, dessa política, eu comecei a pensar a partir do meu envolvimento também, de como que essa cidade atravessa o meu corpo, atravessa a minha história, e como que isso vai mudando com o movimento. Eu acho que a vida muda e eu mudo a partir de alguma coisa de Belo Horizonte. Depois fui morar fora um ano, e neste momento

aconteceu a Praia da Estação. Acho que ali estava acontecendo aquilo pelo que procurava na pesquisa de mestrado, não sei explicar como, até hoje não sei de onde tirei essa tal "nova forma de participação política", não sei se é nova de fato na História, mas sei que em BH, neste recorte de tempo, tem sido novo sim e muito singular. Me emocionavam as notícias que chegavam de Belo Horizonte. Orgulho, sabe? E acho que tem a ver com mudanças políticas que estavam acontecendo também no movimento estudantil e a saída das pessoas da faculdade, por outro lado. Havia uma certa crise com o movimento universitário partidário e enrijecido. E já tinha também outras formas de participação menos partidárias no movimento estudantil, ou suprapartidária, em consonância com os movimentos sociais da cidade. Juntava todo mundo, partidários e sem partido. Essa nova forma de participação política, mais aberta, menos prescritiva e institucional, não hierarquizada, acho que é marcada pela Praia da Estação, que a cultura também é ponto forte, como no hip-hop do Viaduto, a linguagem artística é um ponto importante de interrogação e intervenção social e política. Que tem mais a ver com o que acontece com a cidade no presente, passa pelo cotidiano e pelo que vivemos. Sem muitas prescrições, mas acontecimento. Quando vi o mapa multitudinário, eu perco Belo Horizonte de 2009 a 2011. Retorno no final de 2011, 2012, e para rua aos poucos... Voltei na Marcha contra o Lacerda em 2012 bem perdida. Mas o retorno para a participação política mais ativa e articulada na cidade tem a ver com a Assembleia Popular Horizontal que se mostrava um lugar aberto e diverso, principalmente porque eu não estava vinculada a nenhum partido e nem movimento social. E era um lugar de articulação. Fui como cidadã e tinha as minhas causas, agora já adulta e trabalhadora. Eu achava que a singularidade estava assim, de grupos que trabalham a partir de uma lógica da macropolítica indo pra rua debaixo de um viaduto, um espaço boêmio da cidade. Então, esse era um espaço também já ocupado pelo Duelo de MC's, pelo skate, pela população de rua, que têm um movimento, e uma certa boemia universitária e dos transeuntes em geral do baixo centro. Foi um encontro, mas teve muita história antes pra gente chegar à singularidade da APH.

[17] Cf. espanca.com.

[18] Nelson Bordello foi um bar, aberto em 2010, importante apoio e mais uma figura do cenário cultural das noites embaixo ao Viaduto Santa Tereza. Em dezembro de 2014 o espaço passou a ser sediado pelo Baixo Centro Culturalbaixo.org.



Img. 3 Atlas multitudinário

NATACHA: E é legal falar que tem nesta região dois pontos de apoio fortes aos movimentos: Espanca! [17] e o Bordello [18]. Acho que são coisas pontuais, mas fundamentais na dinâmica deste espaço.

ROBERTA: Eu acho fundamentais. E depois a gente vai apropriando esses outros botecos ali da Arão Reis. Tem um encontro ali da cultura com a política e a vida, né? Que mesmo sem ter vivido a Praia da Estação de perto, me lembra um pouco. Acho que foi uma confluência de muita coisa que estava acontecendo na cidade, das diversas maneiras que a esquerda de BH tem atuado. Porque a gente estava ali discutindo muito política, discutindo grupos de trabalho, a pauta, qual é o encaminhamento, quem que vai fazer, mas no meio dessa discussão tinha a convivência entre as pessoas, aprender a reconhecer um ao outro. É isso que a Paulinha fala também, acho que é importante ter esses laços de afetividade e como que vai amadurecendo alguma coisa da política, e vai aparecendo inclusive o conflito, a tensão, mas, talvez, eu acho que o conflito e a tensão aparecem em algum lugar mais amadurecido que coloca a gente a trabalho ao invés de ser uma coisa de rompimento de laço. Eu acho que até, por exemplo, depois do Resiste Isidoro [19], a gente chega no Resiste Isidoro assim, a gente consegue mobilizar muita gente na cidade. E todo mundo conviveu, todos os coletivos, era as Brigadas, o MLB [20], Espaço Comum Luiz...

[19] Cf. facebook.com/resisteizidora.

[20] Cf. facebook.com/mlbminas.

[21] O Maletta é um edifício misto da década de 60, no centro de BH, famoso por abrigar em seu andar térreo e nas varandas de seu pilotis bares que se tornaram pontos importantes de encontro da resistência da cidade.

JOVIANO: Aí tá uma diferença singular, né? O Espaço Comum Luiz Estrela já tá num registro que não tem uma bandeira de um movimento.

NATACHA: Ele é meio tudo: é um QG dos movimentos... é atravessado por tudo e atravessa tudo. Tem uma questão de organização política organizada sob novos parâmetros, o da produção do comum e da horizontalidade como horizonte.

ROBERTA: Muita questão cultural, as festas, a cultura acontecendo, e a gente tinha que conversar sobre quem que ia ficar, quem que ia fazer esse e aquele trampo. Nessa hora a gente vê como que são diversas as formas desses movimentos se organizarem, e aparece um conflito e eu acho que todo mundo fica um pouco machucado, e a gente vai pra eleição, a rua de novo se une, de novo o conflito, mas aí volta esse momento de desocupação e aí agente vai voltando amadurecido e fala assim "olha, eu erro, você erra, ou nós somos diferentes, mas a gente tá junto".

NATACHA: Eu acho que essa é uma singularidade fortíssima daqui, que é isso que você tá falando, que os conflitos surgem, mas as rupturas não, porque tem as relações afetivas no meio de tudo.

O Maletta [21] é um outro espaço importante também, é um espaço que é privado, mas talvez ele seja um espaço público fundamental, ou na verdade um espaço comum, que é produzido no encontro. Depois desta região central aqui da Praça da Estação, ele é um segundo centro.

Penso que em Belo Horizonte, depois das Jornadas ou durante as Jornadas, a gente teve três ocupações muito potentes, de produção

de afetos e de novos modos de vida. Uma foi o Ocupa Câmara, porque ali estavam todos os movimentos, e foi, talvez tenha sido a primeira ocupação de câmara das Jornadas de Junho no Brasil... foram sete dias.



Img. 4 Leonardo Péricles, do Movimento de Luta pelos Bairros, Vilas e Favelas, na Câmara Ocupada

ROBERTA: Por isso eu falo da APH e da importância da APH, porque eu acho que a APH culmina na Ocupação da Câmara. Como que a festa vai conviver com a reunião lá de dentro.

NATACHA: Como a festa vai conviver com a reunião que tem no outro dia de manhã, como que recebe os políticos dentro da própria Câmara. Então tem toda uma lógica de organização e de potência afetiva que acontece ali. Depois, muito tempo depois, tem a questão do movimento Viaduto Ocupado, que aí de novo você tem uma ocupação. E aí, pela primeira vez talvez, o Duelo de MC's não é só convidado a participar como uma força performática que vai dar apoio, mas o Duelo de MC's, ali no Viaduto Ocupado recebe os outros movimentos e também participa da organização. Então é um momento que o Duelo de MC's se politiza radicalmente no meio das lutas. Surge um movimento, que é um movimento de movimentos, e ele é efêmero, na hora que precisar ele surge de novo, mas ele é essa coisa indefinida e performática, teve uma produção de festas 24h, durante sete dias, de uma agenda cultural intensa, também já vindo de um know-how, de uma experiência das ocupações culturais. E depois você tem a terceira ocupação que aglutina todos os movimentos culturais e sociais da cidade, que foi o Resiste Isidoro. Neste caso, a pauta não foi somente sobre um espaço público urbano, mas foi uma pauta de um espaço da dimensão da Avenida do Contorno, originária da cidade de Belo Horizonte, e agora uma área ocupada por 8.000 famílias. E neste caso, foi um encontro de movimentos multitudinários jovens, com movimentos clássicos como o MST, os sindicatos estavam nesta primeira reunião na escola de Direito, e também os partidos de esquerda (PT, PSOL, PSTU, etc.). O Resiste Isidoro foi um, vamos dizer, ápice desses processos todos de encontro e de hibridação dos movimentos, mas de maneira muito organizada. E é muito impressionante, porque se mobilizou nacionalmente e internacionalmente. Com apoio de pesquisadores e pensadores, de artistas, produziu-se uma mobilização que já conseguiu parar um projeto de Parceria Público Privada de 15 bilhões de reais que iriam circular ali. E depois de termos parado também em 2013 a Operação Urbana Nova BH com representação no Ministério Público, eu tenho certeza, há uma organização destituinte muito eficaz, mas também vários processos constituintes que acontecem paralelamente.

Vocês não sentiram em Resiste Isidoro que de repente as disputas dos grupos pelo poder, ou pelo protagonismo, desaparecem um pouco, porque as pessoas já tinham seu lugar um ano depois das Jornadas?

EDMARTE: Total.

JOVIANO: Eu percebo muito assim, porque entre a experiência da ocupação Dandara e do Isidoro temos as Jornadas de Junho de 2013. E aí a experiência do Isidoro, mais aberta do que no caso da Dandara, que era de certo modo dirigida por uma organização política.

PAULAK: As Brigadas estavam um pouco mais sozinha ali naquele momento.

JOVIANO: Sozinha e num outro registro também. Não era num registro de um trabalho colaborativo em rede, horizontal e aberto como foi o processo do Isidoro, ninguém tinha o controle. Já assim incontrolável, a gente não dava conta do fluxo de informações. Então, pegar o Isidoro tendo aí esse processo de Junho no meio, e comparar com os processos de ocupações de sem-casa anteriores, a gente percebe um salto enorme.

Mas tinha uma coisa que eu queria falar também, porque a gente está falando das singularidades que fazem BH ser diferente com relação à ação dos movimentos e tudo, mas Belo Horizonte também tem singularidades favoráveis pros agentes do império, digamos assim. Hoje mesmo eu vi uma pesquisa de uma consultoria financeira internacional que coloca Belo Horizonte como a melhor capital do Brasil.

NATACHA: É campo de disputa do capital internacional.

JOVIANO: E aí a gente percebe nas eleições, Belo Horizonte tem tudo isso, todas essas singularidades, beleza, mas 64% votou no Aécio.

CHICO: Nesse ponto você dialoga com a Paulinha, a gente agradece ao Márcio Lacerda que foi eleito na segunda eleição no primeiro turno.

NATACHA: Já depois do Fora Lacerda...

CHICO: Você tem ainda uma perspectiva, dentro do ponto de vista da democracia representativa e do eleitorado de Belo Horizonte, de certa maneira conservadora.

LUD: Lembro da primeira reunião do Viaduto Ocupado, o tanto de movimento reunido, estava todo mundo junto, o que no Isidoro também foi forte. Talvez seja por isso também que a gente mantenha tanto os laços, porque a gente precisa disso pra coisa encorpar, porque nós ainda somos poucos pensando nesse contexto que elege o Márcio Lacerda de primeiro turno para o Governo Municipal, o Aécio majoritariamente. Esse alcance das lutas ainda não conseguiu sair dos cadernos de cultura, por exemplo.

NATACHA: Mas ao mesmo tempo no Resiste Isidoro saiu em todo lugar! Com Resiste Isidoro, acho que a gente ocupou outros cadernos. Mas também tem uma coisa interessante, e que tem um know-how desenvolvido com o uso tecnopolítico da internet, das redes e da criação de estéticas dos memes, de fazer isso contaminar, de fazer isso circular para ganhar apoio.

PAULAK: É a cidade da hashtag, Belo Horizonte.

SILVIA: Esse modo de fazer vem justamente da construção e da necessidade de criar, a cada dia, novas estratégias de disputa simbólica. Porque o que estamos aprendendo vem da experienciação, de uma série de tentativas, de erros e acertos; e nesses erros e acertos a gente foi conhecendo outras pessoas que também estão experimentando dentro das próprias lutas/causas. Quando precisamos fortalecer a difusão de uma pauta/movimento, acionamos uma rede, que além de abranger muito de BH, é composta também por movimentos em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasil.

NATACHA: Tem uma rede nacional e internacional né?

ROBERTA: Eu acho esse ano a gente se encontrou muito com os movimentos nacionalmente, do ano passado pra esse ano teve um grande avanço nesse encontro. Eu acho que o Ocupa Estelita foi importante, as ocupações lá de São Paulo.

NATACHA: Parque Augusta, Casa Amarela... Porque antes você tinha Brigadas com essa rede nacional, você tem o MLB nessa luta por moradia, os que têm as pautas mais específicas e mais concretas têm redes nacionais. Esses outros que são híbridos, que são culturais, essa rede está se formando agora muito claramente.

JOVIANO: Mas às vezes essa rede é acionada no conflito porque, por exemplo, as Brigadas não tinham tantas relações internacionais, mas quando lançou a campanha internacional da Dandara recebemos fotos de mais de 30 países, então acaba que muitas vezes se forma mesmo numa campanha, numa situação como essa a gente aciona.

PAULAK: Um ponto que eu queria colocar é que nem tudo são flores. Eu acho que o que a gente gosta mesmo é de ocupar, na hora que tem que ocupar, que tem que resistir, que tem que tá lá uuuhh, multidão, muita gente. Aí quando a situação estabiliza é diferente. Volta um pouco praquela lógica tradicional e os movimentos de base é que seguram a onda. O Viaduto Ocupado tem uma comissão, vai Ludmila mais duas pessoas na reunião da comissão, sendo que, quando o viaduto foi ocupado, tinham 200 pessoas ali debaixo. Agora nessa resistência cotidiana, que é onde de fato vamos chegar a algum resultado pra obra do viaduto, tem pouca gente. Quando a gente conseguiu abrir uma mesa de conversa com a prefeitura o movimento desmobilizou um pouco. Eu acho que a gente tem que pensar nisso.

LUD: É uma característica, eu acho, da dinâmica de coletivização. Muitas vezes parece que precisa do conflito. Nem todo mundo dá conta de todas as lutas e de toda a tramitação e negociação que essas lutas demandam para além do momento da ação direta. Ficamos o ano todo tendo que lidar com a PBH para garantir algumas coisas básicas



Img. 5 Assembleia Popular Horizontal (APH) no Viaduto Santa Tereza, Belo Horizonte

relativas ao Viaduto Santa Tereza, por exemplo, neste tempo reduziu bastante a participação de muita gente.

NATACHA: Tem uma outra coisa que eu queria retomar, essa discussão que a gente estava antes, da produção de intensidades quando se ocupa e depois quando naturalmente acontece uma diáspora. Essa diáspora quando se ocupa o viaduto, por exemplo, todos os movimentos caem pra dentro, do Tarifa Zero passando pelo Copac [22], passando por partidos políticos, sindicatos, etc. Quando desocupa, não é que as pessoas desaparecem daquele movimento, eles retornam às vezes pros seus movimentos de origem pra se reorganizarem. Penso que é o contrário do esvaziamento, é assim, tá todo mundo organizado lá nos seus movis e nos seus trabalhos envolvendo as lutas, mas na hora que tem uma ocupa todo mundo larga as coisas que está fazendo e se aglutina por uma causa gerando um pico de intensidade de outra ordem, é quase como se fosse um momento de imersão de outras potências, de outras coisas surgirem e de outras hibridações.

JOVIANO: Exatamente, e nenhum movimento consegue ficar ativado intensamente o tempo inteiro.

NATACHA: Ter a consciência de que aquilo ali é efêmero, tem uma potência de intensidade, de ressituar as outras lutas, e de todo mundo voltar, elimina essa paixão triste tipo fiquei sozinha no movimento, entendeu? Porque alguns movimentos dos movimentos, como foi o Viaduto Ocupado, ele é efêmero mesmo, ele acontece e acaba e depois volta. Mesmo porque o viaduto é fortemente ocupado desde 2007 pelo Duelo e pela Família de Rua e depois pela Real da Rua, então sabemos que ele tem um grupo forte ali constantemente pra cuidar do corre do cotidiano.

CHICO: Existem as pautas concretas, e existem essas pessoas, esses ativistas, esses militantes, que flutuam e que formam, e que passam pra frente. Existe uma coisa pontual, existem encaminhamentos e ficam pra acompanhar os encaminhamentos aqueles que estão mais ligados à pauta, ou disponíveis. E é uma coisa incrível ainda naquela ideia de que a gente não suprimiu a liderança, que a gente suprimiu foi o protagonismo, é de que a gente consegue uma coisa, acho que a gente consegue uma coisa que as instituições, as estruturas partidárias tradicionais não conseguem mais, que é a formação de quadro. A gente consegue à nossa maneira.

JOVIANO: Pois é, mas aí é uma inteligência que é de enxame. É uma inteligência que tem duas singularidades...

Eu acho que é importante falar da questão das mulheres, não das mulheres, mas do feminismo em Belo Horizonte. Acho que é uma questão. A Marcha das Vadias aqui, como foi uma outra dimensão, e o surgimento do "feminismo ocupa a cidade". E nas ocupações a gente percebe o protagonismo das mulheres. Nas ocupações de moradia, nas ocupações culturais ou onde for. Aqui expressa isso, que bonito isso. E bom, uma outra questão, casando com a discussão teórica, é que somos todos trabalhadoras e trabalhadores imateriais e biopolíticos. Tipo assim, se a gente tivesse que bater cartão oito horas, não funcionaria.

PAULAK: E aí dentro do movimento, quando você traz a questão da mulher, quantas vezes a gente parou uma assembleia pra discutir uma questão de machismo. Vira prioridade, isso é formação pra gente, isso é um processo de politização importante. A gente prioriza isso.

Tá então, listando os movimentos, vamos lá:

TODOS/MISTURADOS: Espaço Comum Luiz Estrela. Vamos pegar dos daqui, cronologicamente: Tarifa Zero; Duelo de MC's; Família de Rua; Real da Rua; Praia da Estação; Fora Lacerda; MLB; Brigadas Populares; Fica Fícus [23]; Espaço Comum Luiz Estrela; Carnaval de Rua de BH [24]; Viaduto Ocupado; Assembleia Popular Horizontal; O Olympio do Maletta [25]; Ystilingue [26]; Mofuce [27]; 4Y25 [28]; Marcha das Vadias [29]; Praia da Estação, APH que agora vai virar assembleia popular horizontal do baixo centro... a ideia é descentralizar e ter outras; Baixo Bahia [30]. Aí as ocupações: Izidora; Dandara... O Bloco das Pretas [31] acho que é um movimento importantíssimo nesse debate, na cidade tem ainda uma dificuldade muito grande nossa de dialogar com o movimento negro e o movimento negro pra dialogar com a gente. Isso é muito claro. E eu não sei se tem haver com o movimento tradicional, com formas diferentes de organização.

[22] Cf. facebook.com/copacbh.

[23] Cf. facebook.com/ficaficus.

[24] O Carnaval ressurge nas ruas de BH em 2009 como um movimento de retomada do espaço publico da cidade, com os blocos Tico Tico Serra Copo, Approach e Peixoto, que crescem ano a ano e recuperam novos territórios, e cantam ao publico marchinhas políticas como "Coxinha da Madrasta" e "Marchinha do Pó Royal".

[25] O Olympio é um bar localizado no Edificio Maletta, gerido por uma cooperativa, ligada à associação elástica e ao Coletivo Ystilingue.

[26] Ystilingue é um coletivo que promove exposições e outras ações que mesclam arte e política.

[27] Cf.associacaocasa-doestudante.wordpress.com.

[28] Cf. 4e25.org.

[29] Cf. marchadasvadias-bh.blogspot.com.br.

[30] Cf. facebook.com/BAixoBAhia.

[31] Cf. facebook.com/blocodaspretas.



Img. 6 Show da banda Graveola e o Lixo Polifônico na Ocupação Dandara em Belo Horizonte

indi
sci
lina
r

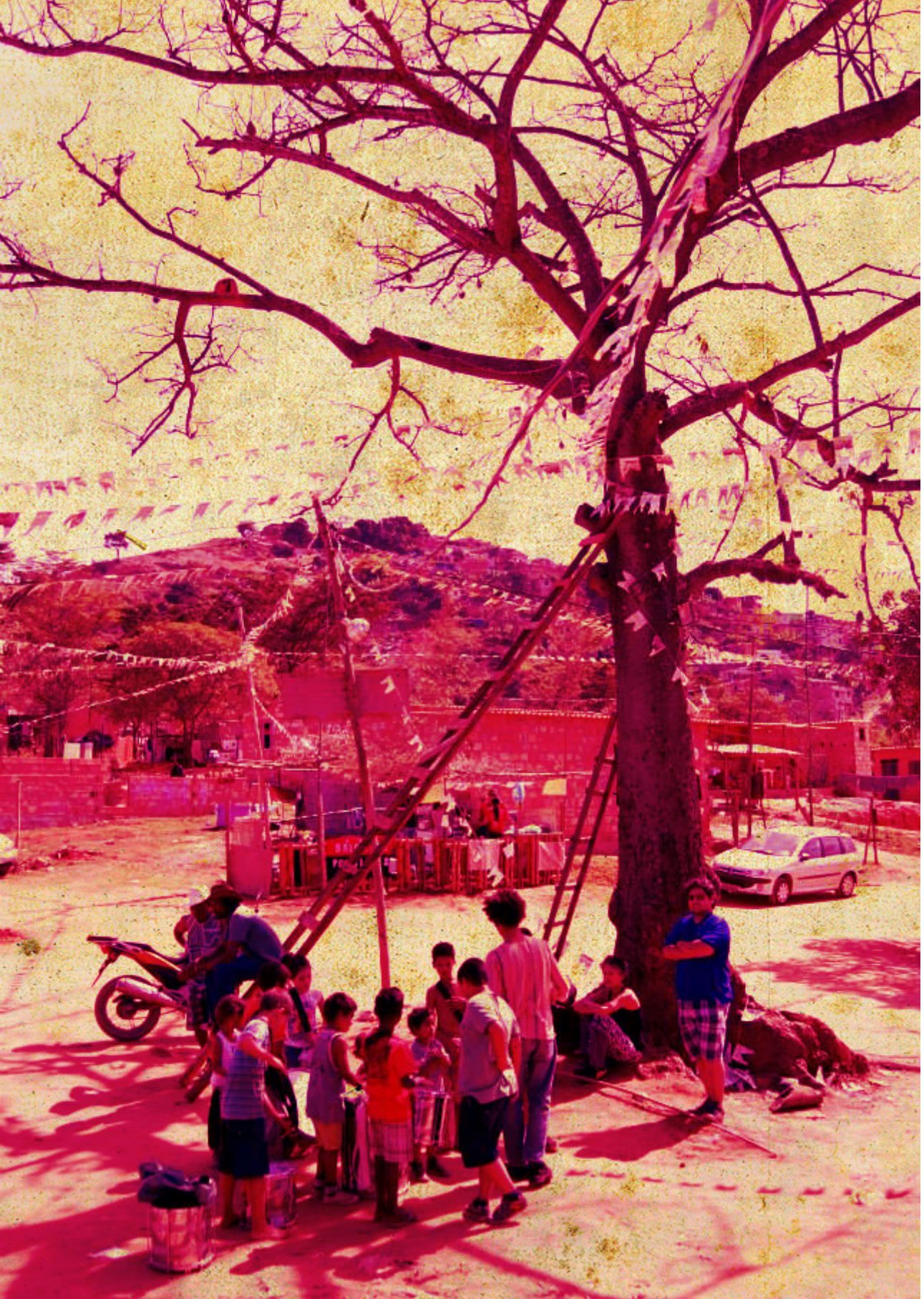
***Natacha Rena** professora da Escola de Arquitetura e Design da UFMG, líder do grupo de pesquisa Indisciplinar, coordenadora do programa extensionista IndLab-Laboratório Nômade do Comum e coordenadora do INCT Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais.

***Joviano Mayer** doutorando em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU-UFMG, pesquisador do grupo de pesquisa Indisciplinar, advogado popular do Coletivo Margarida Alves e militante das Brigadas Populares.

***Bernardo Neves** mestrando em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU-UFMG, pesquisador do grupo de pesquisa Indisciplinar e arquiteto autônomo e militante das Brigadas Populares.

***Josiane Alves** graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG, pesquisadora do grupo de pesquisa Indisciplinar.

ARTIGOS



NÓS ENTRE TRAMAS: UMA CARTOGRAFIA INDISCIPLINAR NA IZIDORA

NODES BETWEEN THE WOOF: AN "INDISCIPLINAR" CARTOGRAPHY OF IZIDORA

Julia Ávila, Daniela Faria* e Natacha Rena**

Resumo

Este texto é parte do trabalho de doutorado de Julia Franzoni, cuja pesquisa integra a frente de ação "Izidora" do projeto de extensão "Urbanismo Biopolítico" do grupo de Pesquisa Indisciplinar. O processo de investigação é realizado de forma colaborativa e em rede por investigadoras do Grupo com membros da rede Resiste Izidora. O trabalho gráfico bem como o teste das reflexões aqui apresentadas foram produzidos em conjunto com Daniela Faria, pesquisadora do Indisciplinar, e orientados pela professora Natacha Rena. Narra-se, neste excerto, experiências da produção de saber situado na luta das ocupações da região da Izidora em Belo Horizonte, a partir das linhas traçadas pelo método cartográfico indisciplinar, comprometido com as apostas de uma "onto-epistemologia" cuja direção ética está nos acontecimentos. Esse ensaio se desdobra sobre a relação entre os procedimentos da investigação e as exigências éticas e políticas do conflito, apresentando-se parte da trajetória e discutindo táticas e estratégias da pesquisa ativista, seus dispositivos e desdobramentos, com o objetivo de discutir os limites e as potencialidades de se cartografar (agindo) (n)o processo.

***Palavras-chave**: cartografia; pesquisa ativista; conhecimento situado; produção do espaço.*

Abstract

This text belongs to Julia Franzoni doctoral's work, whose research integrates the project "Biopolitical Urbanism" of the Indisciplinar Research Group, in the realm called "Izidora". The research process is carried out in a collaborative and networked manner by researchers from the Group with members of the Resiste Izidora network. The graphic work as well as the test of the presented reflections are produced together with Daniela Faria, researcher of Indisciplinar, and supervised by professor Natacha Rena. In this excerpt, experiences of situated knowledge produced in and about the resistance struggle of the occupations of the Izidora region in Belo Horizonte are narrated from the lines drawn by the indisciplinar cartographic method, committed to the hypothesis of an "onto-epistemology" whose ethical direction is the events. This essay unfolds about the relationship between research procedures and the ethical and political demands of the conflict, presenting part of the trajectory and discussing tactics and strategies of the activist research, its devices and unfolding, with the objective of discussing the limits and the potentialities of mapping (acting) in the process.

***Keywords**: cartography; activist research; situated knowledge; production of space.*

[antropofagia indisciplinada]

"Só me interessa o que não é meu", já dizia o Manifesto Antropofágico. Este artigo integra parte da pesquisa de doutorado de Julia Franzoni desenvolvida de forma colaborativa e em rede por investigadoras do Grupo de Pesquisa Indisciplinar. O texto que segue já nasce velho, sendo memória desta pesquisa engajada, ainda em curso, no período de março de 2015 a maio de 2016 – quanto já foi refeito desde então! Narra-se, neste texto, experiências de produção de saber situado a partir do método cartográfico, comprometido com as apostas de uma "onto-epistemologia" cuja direção ética está nos acontecimentos. Dessa forma, esse ensaio se desdobra sobre a relação entre os procedimentos dessa investigação e o sítio da pesquisa, o conflito socioterritorial da Izidora. Uso da metalinguagem agora para ambientar o leitor nos enredamentos do texto: o método desta pesquisa faz e se refaz por meio do caminho aberto pelo percurso que eu, Julia, tenho desenvolvido como pesquisadora ativista vinculada ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar e como advogada popular da rede Resiste Izidora. Este trabalho integra um projeto de pesquisa e extensão maior que vem sendo desenvolvido pelo Indisciplinar e do qual eu faço parte, atuando em diversas outras frentes territoriais de investigação em Belo Horizonte. Dessa forma, o que desenvolvo é herança refeita, devorada e continuada de um trabalho de Grupo; uma antropofagia indisciplinada. Tanto é assim, que toda a produção gráfica e o teste das reflexões desta pesquisa são feitos de forma colaborativa com Daniela Faria, pesquisadora do grupo e orientadas pela professora Natacha Rena, minha co-supervisora de tese, ambas coautoras deste texto. É arriscado discutir e apresentar o método quando se parte da assunção prévia de que ele é incapturável. Contudo, o saber parcial comprometido, para ser levado em conta, deve apresentar suas armas. Dessa forma, neste momento ainda em fase de elaboração, rascunhamos dois percursos de método: um, o relato do caminho cartográfico do Indisciplinar na luta da Izidora, tendo minha atuação assumido à frente dos trabalhos numa parceria com outros pesquisadores; e dois, os caminhos que esta trajetória cartográfica ainda pretende percorrer. O material aqui apresentado e todo o trabalho de estudo já desenvolvido só foi possível tendo em vista minha presença cotidiana na rede de resistência da luta territorial da Izidora e o apoio das invencionices indisciplinares para cartografar (agindo) (n)o processo. Por essa razão, a discussão do método é uma conversa com as apostas e os dispositivos criados por nós do Indisciplinar e, assim, o que apresento aqui é um percurso necessariamente coletivo, de uma pesquisa de tese colaborativa, mesmo que orientada pelos meus desejos de investigação. Falar da cartografia Indisciplinar na Izidora é falar do Grupo, ao mesmo tempo em que faço a pesquisa de doutorado.

[1] O primeiro percurso de método aqui discutido foi resenhado por mim, Julia Franzoni, Daniela Faria e Natacha Rena, tendo a oportunidade de ser apresentado no Congresso Internacional "Contested Cities", em Madrid, na Espanha, em julho de 2016. O material encontra-se publicado na página do evento e serviu de base para construção deste texto. Disponível em: <http://contested-cities.net/working-papers/2016/cartografia-indisciplinar-do-conflito-da-izidora-em-belo-horizonte/>

[2] O Indisciplinar é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ (http://blog.indisciplinar.com/), sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, que tem suas ações focadas na produção contemporânea do espaço, considerada a importância da produção biopolítica nas metrópoles e os processos de globalização. As atividades do Indisciplinar imbricam teoria e prática e compreendem processos de articulação cotidiana com diversos atores que constituem a produção do espaço nas metrópoles como: Movimentos Sociais, Ambientais e Culturais; Grupos de Pesquisa e Extensão; Ministério Público; Defensoria Pública; Poderes Legislativo e Executivo, Grupos de Pesquisa, dentre outros. As frentes de ação do grupo envolvem tanto processos destituintes contra o urbanismo neoliberal em suas muitas dimensões expropriadoras do patrimônio público, quanto em processos constituintes/instituintes de novos espaços engendrados pela coletividade, autonomia cidadã em defesa do bem comum (material e imaterial), em uma abordagem transversal e indisciplinar. Diversas pesquisas estão associadas ao grupo, sejam elas de monografia, mestrado e doutorado, sejam elas aprovadas pelo PRPq – UFMG ou pelas Agências de fomento à pesquisa (Capes e CNPq) e Ministérios (Minc). O grupo é formado por mais de 40 professores, pesquisadores, alunos.

Nós entre tramas[1]

No território da Izidora, localizada no vetor norte do município de Belo Horizonte, três ocupações urbanas de moradia enfrentam Grandes Projetos Urbanos que, por sua vez, se legitimam a reboque de sofisticadas técnicas jurídicas para privatizar a terra. Trata-se, no caso, de um dos conflitos espaciais mais emblemáticos do Brasil e da América Latina, em que direitos e bens comuns são ameaçados pelas estratégias de parceria do Estado com o capital e, ao mesmo tempo, táticas e estratégias de resistência e insurgência se constroem colaborativamente a partir da rede de Resiste Izidora. O Grupo de Pesquisa Indisciplinar [2] atua como colaborador – se posicionando como mais um ator da rede – desde o início da mobilização datada da primeira ameaça de despejo das ocupações populares em 2014.

O enfoque da atuação do Grupo dava-se, sobretudo, por meio da atuação do Indisciplinar no grupo de trabalho de comunicação da rede, ajudando a criar e fomentar campanhas de comunicação e mobilização na rede para reforçar ações de proteção do território, como as vigílias noturnas, as atividades culturais e os atos de rua. Nesse momento, a ameaça de desocupação forçada foi combatida por meio de uma combinação tática de ações de rua e de rede que, chamando a atenção para os direitos das crianças, adolescentes e idosos no território, sensibilizaram a atuação do Ministério Público e, dessa forma, conseguiram decisão jurisdicional determinando a suspensão provisória da ordem de despejo.

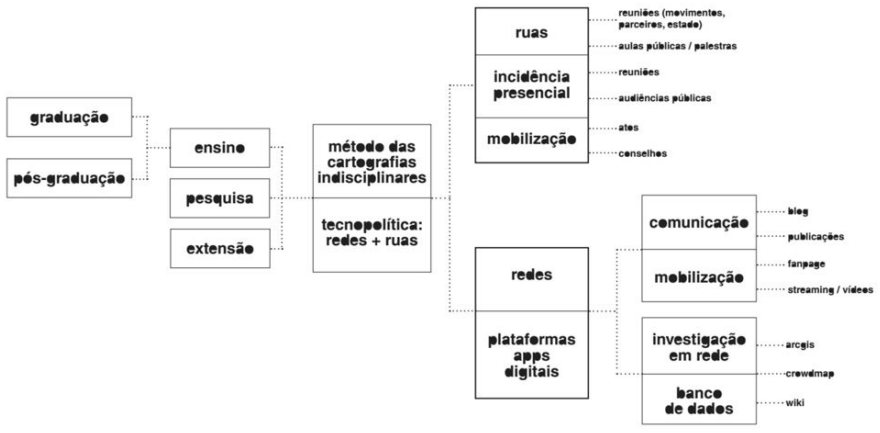
A retomada do momento de perigo, ante a revogação da decisão jurisdicional favorável, deu-se num renovado contexto político regional, tendo em vista a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo estadual (final de 2014) e a instituição, em cumprimento a promessa de campanha junto aos movimentos sociais, de uma Mesa Permanente de Negociação de Conflitos Fundiários (início de 2015). Nessa nova conjuntura, o Indisciplinar ampliou seu âmbito de atuação

Img. 1 O Indisciplinar era parte do Grupo de Trabalho de Comunicação e esteve junto de tomadas de decisão como as cores que representam o movimento Resiste Izidora. Fonte: fanpage do Resiste Izidora, do Espaço Comum Luiz Estrela e do Tarifa Zero.



na rede Resiste Izidora, passando a colaborar, para além das ações de mídia e comunicação, nos espaços institucionais de negociação do conflito e contribuindo para ampliação dos temas de denúncia técnica, envolvendo a perversão dos usos de instrumentos urbanísticos no território.

A atuação do Indisciplinar no conflito socioterritorial da Izidora é uma frente de ação incorporada ao projeto Cartografias Emergentes, composto por mais cinco ações ativistas de investigação e pesquisa. Todas essas frentes correspondem a casos emblemáticos de lutas territoriais envolvendo Grandes Projetos de parceria público-privada e movimentos de resistências e insurgências populares na cidade de Belo Horizonte, junto às quais os pesquisadores do Grupo atuam, em maior ou menor grau, como colaboradores e militantes. A linha comum que atravessa as ações do Grupo nessas frentes é a conjunção de atividades de rua – incidência, denúncia e mobilização social/política/técnica/jurídica – e de rede – ações de mídia e comunicação, tradução gráfica de temas complexos (memes, diagramas, textos ilustrados e linhas do tempo), produção de blogs, fanpages e mapeamento dos casos na Plataforma do Urbanismo Biopolítico [3].



A partir desse alinhamento entre ações de rua e de rede, costurando linhas que fazem e refazem tramas e nós, é possível discutir o procedimento tecnopolítico [4] de atuação do Indisciplinar, seus usos táticos e estratégicos de dispositivos que, em cada caso, fazem/criam/inventam as práticas cartográficas do Grupo. Dessa forma, ainda que sobre o método cartográfico indisciplinar possa se discutir e apresentar procedimentos, ferramentas e ações que se cruzam, se atravessam e se fundem – atividades comuns –, existem tantas cartografias

[3] A cartografia da Izidora é um case emblemático de atuação do Grupo dentro do projeto maior de construção de uma plataforma de mapeamento denominada Urbanismo Biopolítico. Essa plataforma diz respeito à investigação tanto dos projetos estratégicos do Urbanismo Neoliberal, quanto das insurgências criativas que a eles se opõe nas cidades, às quais o Grupo denomina de Urbanismo Biopotente. A Plataforma é um espaço de atuação tecnológica que utiliza intensivamente algumas ferramentas digitais que possibilitam um processo de trabalho em rede que explora de maneira tática e estratégica uma série de dispositivos tecnopolíticos para a produção de conhecimento de maneira coletiva e colaborativa (mapas georreferenciados digitais, páginas wiki, produção de linhas do tempo, blogs, redes sociais, etc.). O crowdmap é composto com um questionário que busca rastrear informações plurais como os diferentes atores, custos, investimentos, atos normativos e instituições envolvidos em cada caso (GPU) mapeado através do aplicativo, que possibilita a geração de uma tabela excel que permite exportar os dados para outras plataformas e mapas, assim como, organizar dados de acordo com interesses da investigação a cada momento.

[4] Para Javier Toret, pesquisador-ativista do 15M, vinculado ao IN3 de Barcelona, parceiro do Indisciplinar na rede recém-criada "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais", tecnopolítica é "o uso tático e estratégico de dispositivos tecnológicos para a organização, comunicação e ação coletiva das "multitudes inteligentes", "novos movimentos sociais" ou "movimentos sociais em rede". Práticas coletivas que podem acontecer a partir da internet, mas que não acabam nela. Se manifestam como uma tomada do espaço público físico, digital e midiático capaz de orientar ações distribuídas tanto nas redes digitais como na cidade. As redes não têm servido unicamente para construir ou coordenar a ação coletiva, mas também para criar o sentido da própria ação e criar um impulso transformativo em diferentes grupos e setores sociais.". TORET; J. (2015). @ DATAANALISYS15M. "Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas". Disponível em: < http://in3wps.uoc.edu/index.php/in3-working-paper-series/article/view/1878>. Acesso em: 10 de maio.

Img. 2 (Pág. anterior) A ação do Indisciplinar atravessa redes e ruas. Fonte: acervo pessoal

indisciplinares quanto lutas territoriais vivenciadas pelo Grupo. A cartografia da Izidora é uma delas. Essa multiplicidade de processos, contudo, não nos impede de demarcar/posicionar nosso lugar teórico quanto ao método cartográfico e ao procedimento tecnopolítico, já que ambos surgem desde a prática cotidiana e vem sendo inventado coletivamente e colaborativamente, exigindo que trabalhemos em tempo real e que nos organizemos no dia-a-dia utilizando para além dos diversos encontros presenciais semanais, as mídias digitais e as redes sociais.

O Indisciplinar realiza pesquisa situada e em rede, isto é, seus pesquisadores investigam, interagem e atuam junto a pessoas, grupos e processos de disputa na e pela produção do espaço urbano a partir de problemas radicais do cotidiano associados aos diferentes modos de produção e reprodução da vida no território. Esse processo de trabalho é bastante diverso do modo convencional de assessoria técnica adotado pela maioria dos grupos de pesquisa acadêmicos envolvendo direito, arquitetura e urbanismo, que funcionam quase como um escritório que atende a demandas específicas das comunidades ou movimentos sociais.

Dessa forma, a investigação é ação engajada, pesquisa comprometida e militante, que escapa – ou pretende escapar – às armadilhas conceituais abstratas e geograficamente alienadas do método científico positivista em que há – ou ao menos se defende ter – a separação entre o sujeito pesquisador e o objeto de estudo. Evidentemente, o paradigma de saber tradicional, fundado num eixo vertical de compreensão do conhecimento, está intimamente associado ao combatido individualismo metodológico, amparo científico da teoria da ação racional, do neo-institucionalismo, do utilitarismo e da teoria dos direitos de propriedade. O sujeito pesquisador, nesses casos, é o homo oeconomicus travestido de cientista imparcial e, o processo do conhecimento, amparo aos avanços neoliberais no espaço cognitivo.

Nossa aposta, declaramos, é o oposto. Claro, sejamos francos, os desafios são muitos e, tampouco, essa aposta é isenta de contradições e, como tudo que é novo, gera controvérsias cotidianas. Contudo, a assunção prévia da hibridação entre sujeito e objeto nos permite lidar, sem rodeios, com os novos problemas que não cessam de surgir na prática investigativa e, para eles, inventar novas soluções. Aqui, não há metas a priori, ou hipóteses a serem comprovadas; ao contrário, a contrapelo do saber hegemônico, o que interessa é o próprio caminho, acompanhar as experiências, as ações performativas, os movimentos e seus processos. O método não é, portanto, algo auxiliar à atividade

de produção do conhecimento, ou um suporte procedimental-guia para testar hipóteses e se alcançar resultados comprováveis. Ao método interessa a própria senda; numa clara profanação à ideia de metá-Hódos, a arma conceitual é Hódos-metá (DELEUZE & GUATTARI, 1996).

A partir das ações de investigação do Grupo, portanto, o método cartográfico indisciplinar vem sendo uma ferramenta/arma de produção de conhecimento e interação com o real, recriando acontecimentos, fenômenos e movimentos por meio de procedimentos continuamente debatidos e repensados coletivamente. A cartografia como máquina, como quer Guattari (GUATTARI, 1992), que gesta e compõe elementos plurais, singulares, irrepetíveis e heterogêneos, como as ações sociais, políticas, culturais, econômicas, tecnológicas e mentais, e que pode representar e recriar acontecimentos do real. A cartografia indisciplinar, portanto, preocupa-se em produzir outras máquinas, produzindo novos acontecimentos do real. [5]

As tecnologias, os valores, os fluxos e os territórios são funções, ferramentas e dispositivos variados que se articulam para produção de outros mundos, a depender dos objetivos, constantemente repactuados, das ações de investigação, como, por exemplo: a) Parar um Grande Projeto Urbano? b) Impedir despejos violentos? c) Ocupar espaços públicos? d) Investigar e denunciar a transferência do patrimônio público para a esfera privada? e) Gerar processos constituintes para criar um parque na periferia? Todas essas ações acontecem por meio desses processos de investigação que se desenvolvem via procedimentos tecnopolíticos do Grupo, que combinam ações de rua – operada por dispositivos como os "aulões", atos públicos, denúncias aos órgãos de fiscalização e controle, incidência política e participação em eventos acadêmicos, com ações de rede – construída por meio das ferramentas wiki, blog, fanpage, crowdmap somadas às estratégias gráficas de memes, cartilhas, pôsteres, diagramas, mapas e linhas do tempo.

Essa combinação de rede e rua vem se desenvolvendo em variados formatos (estéticos, técnicos, presenciais, de mídia), em diferentes tempos (acelerado, imediato, contínuo e lento), em plúrimos espaços (acadêmico, estatal, popular) e distintas escalas (local, regional, nacional e internacional), nas diferentes frentes de ação do Indisciplinar. Fruto de debates internos dos pesquisadores, analisando os movimentos de contração e alargamento dos diferentes tipos de atividades tecnopolíticas, que variam de acordo com as exigências do cotidiano da ação e da pesquisa, o Grupo tem vivido e experimentado essas multiplicidades de ações ora como táticas, ora como estratégias.

[5] Essa também a aposta de Perez Lama, defendendo a dimensão maquínica da cartografia, ao discutir suas experiências cartográficas nos projetos "wiki plazas". Na forma como discute o autor: "Guattari escribe en ocasiones acerca de estas configuraciones maquínicas describiéndolas como cartografías, en tanto que disposición de elementos heterogéneos que se relacionan entre sí de un modo específico, para producir un cierto acontecimiento de lo real, un cierto mundo. Entonces, en una acepción amplia de la cartografía, una que hoy nos interesa especialmente investigar, hacer mapa significaría componer elementos heterogéneos, para constituir nuevas máquinas. En este sentido, por ejemplo, la idea de hacker como reconfigurador de máquinas complejas vuelve a ser uma metáfora enormemente adecuada. (...) Las máquinas se componen en um permanente movimiento de ida y vuelta entre el caos y el orden temporal que las configura. Las máquinas guattarianas pueden y deben ser permanentemen- te reconfiguradas". PEREZ DE LAMA, J. (2009) "La avispa y la orquídea hacen mapa en el seno de un rizoma". Cartografía y máquinas, releyendo a Deleuze y Guattari. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 121-145, set./dez., p. 40.

Essa diferença entre ações estratégicas e táticas dialoga com a proposta de Michel de Certeau, que associa à primeira a lógica do planejado, e à segunda, o espontaneísmo da ocasião. Táticas que, sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, se finca no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo e é determinada pela ausência de poder, diferente da estratégia, que é organizada pelo postulado de um poder (CERTEAU, 2003, p. 101). Se, segundo Certeau, a estratégia postula um lugar como próprio e constrói uma base para gestão de suas relações com a exterioridade, a tática só tem por lugar o do outro. Ela insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Não dispõe de base para capitalizar os seus proveitos. Pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigília à espera da oportunidade (RENA, 2015).

Inventando método na medida em que se refazem as sendas, nossa atuação, principalmente em casos que envolvem emblemáticos conflitos socioterritoriais como o da Izidora, tem se pautado por táticas nodulares – ações imediatas de resistência e denúncia, fortalecendo "nós" – e estratégias enredadas – ações mediatas de mapeamento, incidência política e qualificação de informações, fortalecendo linhas, tramas e enredos. Nossa aposta tem sido que esses diferentes meios de atuação podem potencializar as ações de rua e de rede, colaborativamente construídas e constantemente repactuadas com as resistências atuantes no território. Apresentamos, num formato descritivo, essa experiência para a cartografia da Izidora, numa espécie de contação da estória que já passou, para abrir, em seguida, as fabulações da cartografia que ainda segue.





Percurso 1 – Táticas nodulares: o ponto cego da Operação Urbana

Cartografar processos de lutas territoriais marcados por graves violações de direitos, a partir do espaço da academia, é um desafio permanente aos limites e aos papéis dos investigadores. E, em não raros momentos, devido à estranheza e repulsa do tecnicismo acadêmico "observador" e "neutro" frente às pesquisas militantes, a legitimidade do Grupo como agente produtor de conhecimento é posta em crise – trata-se de ativismo ou de saber científico? É, por exemplo, bastante comum que os pesquisadores, quando estão nas assembleias dos movimentos sociais, sejam tratados como alguém de fora, externo, da academia, e, portanto, com valor menor no contexto daquela luta naquele instante. Por outro lado, dentro da própria universidade, muitas vezes há um tom de desqualificação por parte de alguns pesquisadores mais tradicionais que acusam o Grupo de ativista e militante e, dessa forma, não produtor autorizado de saber científico. Esse não lugar conferido ao novo é histórico e, portanto, confere às equipes de trabalho uma série de questionamentos que forçam um registro constante das ações para que repetidamente possamos debater em espaços coletivos a formalização (mesmo que provisória) do método adotado.

Como mais um ator integrante da rede de resistência, o pesquisador engajado, em meio às urgências políticas e sociais do caso e às constantes repactuações com os parceiros, age num tempo do eterno-agora, pois o imediatismo das respostas pode garantir o estancamento das ameaças, e num espaço sobreposto e heterogêneo, uma vez que interessa agir nos lugares em que a rede, o estado, a universidade, a rua e o corpo se comunicam e emergem.

O momento do aqui-agora é o espaço-tempo concreto da ação tática; de práticas e ferramentas que, feito rompantes espontâneos do corpo que rejeita o elemento estranho, golpeia, com faro crítico de ocasião e com a maior força possível, os planos do "inimigo" (a ordem de despejo, a destruição de um parque, obras associadas à GPUs, leilões de bens públicos, atos de privatização da cidade, etc.). Essa combinação é capaz de construir ações potentes de resistência onde a velocidade dos processos aumenta exponencialmente, distorcendo as dimensões formais do "tempo do mercado" – o timing das trocas, do sujeito consumidor e do horário comercial –, e desviando das armadilhas do "espaço do Estado" – o processo judicial pró-proprietário, as audiências e as reuniões públicas teatrais. Essas táticas, inventando e/ou subvertendo, ainda que fugazmente, esses tempos e espaços hegemônicos, agem através e pelo meio (nas dobras), propondo ações diretas de negociação, campanhas e denúncias na rua e na rede, assembleias populares em espaços públicos, planos alternativos e ocupações temporárias de instituições.

Essas armas experimentais são táticas que, em movimentos de sístole ou contratação, direcionam, por mecanismos heterogêneos, as linhas e as tramas da rede de resistência para os nós com potência paralisante do estado de ameaça. A iminência do perigo exige táticas nodulares (entre nós), ou seja, solicita ações que nutram mutuamente a inteligência de rua e rede para lidar com temas cuja oportunidade pode ser determinante para o estancamento imediato da situação de violação.

No caso específico do conflito socioterritorial da Izidora, as táticas nodulares do Indisciplinar agiram, sobretudo, para potencializar a denúncia de um Grande Projeto Urbano associado ao território das três ocupações ameaçadas de despejo – a Operação Urbana do Isidoro –, de forma que essa incidência política e jurídica repercutisse na paralisação da ordem de desocupação forçada. Diversas combinações de ações e ferramentas de rua e de rede foram desenvolvidas, numa parceria com membros e apoiadores da rede Resiste Izidora, lideranças das comunidades afetadas, movimentos sociais populares (Brigadas Populares, Movimento de Lutas, Bairros e Favelas – MLB, Comissão Pastoral da Terra – CPT), grupos acadêmicos (Práxis-UFMG, Polos-UFMG, Escritório de Integração da PUC-MG) e outras organizações (Arquitetos Sem Fronteira – ASF, Coletivo Margarida Alves de Advocacia Popular), tendo o Indisciplinar assumido a frente, de forma pontual, para denunciar as irregularidades da Operação Urbana, durante o ano de 2015.

Desde o ano de 2014, primeiro grande momento de perigo a ameaçar de despejo as três ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, que o Indisciplinar atua como colaborador da rede Resiste Izidora. Nesse contexto, pesquisadores do Grupo, engajados nas campanhas e atos de rede e rua que envolveram ampla mobilização da sociedade civil, acamparam no território, em ações de vigília noturna e participaram das festas de arrecadação e apoio às famílias, e, ainda, contribuíram na construção de materiais gráficos que denunciavam a ameaça de graves violações de direitos no local.

Contudo, foi a partir de março de 2015 que as ações do Indisciplinar no conflito da Izidora se intensificaram, tendo o Grupo assumido forte papel na rede de resistência, atuando como um dos atores na Mesa de Negociação de Conflitos Fundiários, criada pelo estado de

Minas Gerais. Esse espaço formal de negociação, do ponto de vista do governo, voltava-se à pactuação da retirada das famílias do território para construção de um gigantesco empreendimento habitacional. Desde esse momento, as atividades dos investigadores do Grupo se concentraram: (i) na participação nas reuniões públicas da Mesa de Negociação – sempre divulgadas por streaming – e nos encontros para elaboração do seu decreto regulamentador; (ii) nas conversas com os atores da rede Resiste Izidora para discussão e planejamento de ações conjuntas; e (iii) na investigação e estudo do universo jurídico-urbanístico envolvendo o conflito, para além da discussão sobre a posse e propriedade dos terrenos em disputa.

Em junho de 2015, com a divulgação de um comunicado da Política Militar de que estava sendo montado um grande esquema policial para execução da ordem de despejo das três ocupações, as ações do Indisciplinar, num movimento de contração, direcionaram-se para denúncia ampla e mobilização popular sobre as irregularidades da Operação Urbana e o risco de que sua efetivação levasse a cabo a construção de um gigantesco gueto de pobres na região, às custas do despejo violento e irrazoável de milhares de famílias que ocupavam para fins de moradia.

Numa construção simultânea de ações de rua e de rede, o Grupo ajudou a pautar a discussão pública sobre o conflito, trazendo à tona, de forma evidente, o perverso projeto urbanístico para região da Izidora, negociado entre os entes federados e grandes empreiteiras regionais, demonstrando, de forma tática, a associação entre a ilegalidade do despejo (pauta principal da rede de resistência) com o bilionário projeto repleto de irregularidades. Ou seja, o nó que poderia desatar a desocupação forçada era: o projeto urbanístico ilegal da Operação Urbana não pode justificar o despejo de famílias que ocupam para fins de moradia.

Como forma de construção de uma inteligência cartográfica ex post facto, agruparemos as táticas nodulares desenvolvidas pelo Grupo, neste trabalho, em dois grandes momentos: (i) “ações de denúncia” e (ii) “ações de mídia e comunicação”. Ambas as ocasiões táticas/momentos táticos são atravessadas pelos espaços das ruas e das redes, agindo num contínuo móvel e híbrido de dispositivos tecnopolíticos conjugados pelas ações de acusar, denunciar e comunicar.

As ações táticas de denúncia e de mídia tiveram como elemento-chave do processo de acusação, denúncia e comunicação em ruas e rede, o documento técnico denominado “NOTA PÚBLICA DO GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG SOBRE AS IRREGULARIDADES JURÍDICAS DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS NO ISIDORO”. Esse documento foi produzido logo após o noticiamento público da ação policial de despejo e amplamente divulgado em campanhas de comunicação e mobilização em rede poucos dias após a publicização da ameaça. O objetivo era, como o primeiro parágrafo do texto anunciava, “manifestar o repúdio do Indisciplinar ao desalojamento de milhares de famílias que vivem na área e, ainda, publicamente denunciar as ilegalidades dos instrumentos urbanísticos aplicados na região pela Prefeitura de Belo Horizonte à revelia da sociedade”. A ação de despejo estaria, a partir daí, publicamente vinculada à execução de um projeto urbanístico ilegal e excludente.

A partir desse nó diversas atividades de rua e de rede se desenvolveram e, organizadas, diagramaticamente, podem ser apresentadas nas seguintes frentes:

Ações de denúncia na rua:

- Divulgação e debate da Nota Técnica por meio do dispositivo Aulão Público, na Escola de Arquitetura da UFMG, que contou com ampla campanha de chamamento e convite. [6]

- Representação das ilegalidades da Operação Urbana junto ao Ministério Público estadual – Patrimônio Público e Habitação e Urbanismo.

- Participação, para falar das ilegalidades do projeto urbanístico, em reuniões que criaram fato político para impedir o despejo, como a reunião no auditório da Defensoria Pública junto com parlamentares da base aliada do governador do estado e membros do Ministério Público e Defensoria Pública estaduais.

[6] No dia 25/06/2015, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG realizou um AULÃO PÚBLICO aberto à comunidade que apresentou e debateu as irregularidades da Operação Urbana do Isidoro. Conforme consta da chamada do evento: “Através da perversão de instrumentos urbanísticos, o Município de Belo Horizonte tem levado a cabo o que pode se transformar numa guetização socioterritorial da região do Isidoro. Particionada pelo Poder Público, essas deturpações irão perpetuar a captura dos instrumentos jurídico-urbanísticos pela iniciativa privada, em prejuízo à justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização e a realização de infraestrutura técnica e social para atender os empreendimentos habitacionais previstos para área. O conflito fundiário das ocupações da Izidora não pode ser tratado de forma divorciada dessas irregularidades da Operação Urbana.” Material disponível em: http://oucbh.indisciplinar.com/?cat=10.



Img. 3 (pág. seguinte) Foto do Aulão Público e print da chamada do Indisciplinar no evento do Facebook, com divulgação de vídeo. Fonte: acervo pessoal

- Participação na Mesa de Negociação do conflito junto ao governo do estado e apresentação da Nota Técnica em reunião extraordinária no MinasCentro com presença de membros do governo federal e estadual, representantes da empresa responsável pelo empreendimento Granja Werneck, lideranças das três ocupações, movimentos sociais da rede Resiste Izidora, parceiros da universidade e organizações apoiadoras.

Ações de denúncia na rede:

- Produção da página específica no blog do Indisciplinar sobre Operações Urbanas, narrando a emblematicidade do conflito da Izidora e divulgando todas as informações mapeadas pelo Grupo. No ápice da ameaça de desejo, quando ganha relevo a discussão da Operação Urbana, há elevado crescimento da consulta ao blog.

- Tradução gráfica das irregularidades da Operação Urbana em diagramas, gifs, e tabelas, de forma a ilustrar o Aulão Público e, ainda, o texto do blog.

- Campanha de divulgação da Nota Técnica nas mídias sociais por meio da fanpage do Indisciplinar e da rede Resiste Izidora.

- Entrevistas em mídias regionais sobre o tema da Operação Urbana.



Img. 5 Cartografia da cultura realizada na ocupação Vitória. Fonte: acervo pessoal

Ações de mídia e comunicação na rua:

- Articulação da Rede Cidades UFMG sobre o conflito da Izidora e construção de uma Carta coletiva da Rede repudiando o despejo de forma associada à contrariedade do projeto de cidade levado a cabo pela Operação Urbana. A Carta foi entregue ao Reitor da UFMG.

- Redirecionamento da disciplina UNI009 para o tema da cartografia da cultura das ocupações, envolvendo visitas às três ocupações para conversa e mapeamento coletivo sobre os bens e ações culturais no território. O material produzido foi utilizado como fonte na Mesa de Negociação do conflito para dar visibilidade aos diferentes modos de vida existentes e, dessa forma, permitir o questionamento dos critérios unidimensionais de cadastro das famílias para os programas habitacionais.

- Participação constante nos encontros do grupo de trabalho de comunicação da rede Resiste Izidora.

- Ocupação de mesa do IBDU – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – no ENAMPUR (Encontro Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano), principal evento de Pesquisa e Planejamento Urbano do país, discutindo planejamento urbano e conflito, num hotel 5 estrelas, para denunciar o caso da Izidora.

Ações de mídia e comunicação na rede:

- Colaboração contínua na manutenção das postagens na fanpage Resiste Izidora, construindo campanhas de divulgação das diversas irregularidades envolvendo o conflito territorial. Após a divulgação da Nota do Indisciplinar, enumerando 9 irregularidades, a Rede criou, como tática similar, campanha de divulgação dos inúmeros problemas envolvendo a região, postando, constantemente, memes e documentos como as “31 irregularidades na Izidora”, elaborado pelo Coletivo Margarida Alves de Advocacia Popular.

- Realização de campanha de divulgação da carta da Rede Cidades – UFMG nas redes sociais, por meio da fanpage do Indisciplinar.

- Produção de material gráfico sobre a “cartografia da cultura” nas três ocupações da Izidora retratando os diferentes modos de vida presentes no território.



Img. 6 Arte produzida sobre um morador da ocupação Rosa Leão após a cartografia da cultura. Fonte: acervo pessoal

- Publicação na Revista AU – Arquitetura & Urbanismo, sobre a atividade de cartografia da cultura nas ocupações da Izidora.

Esse conjunto de ações táticas, construídas no espaço-tempo regido pela premência da ameaça de desocupação forçada, trouxe, ao menos, a convicção entre os parceiros da rede Resiste Izidora e moradores afetados de que para além da disputa fundiária envolvendo o conflito, há, em curso, claro projeto urbanístico levado a cabo pelo Município de Belo Horizonte em parceria com grandes empresários, frontalmente irregular. [7] Tanto é assim que o Ministério Público de Patrimônio Público representou contra a inconstitucionalidade da lei que rege a operação urbana perante a Procuradoria Geral desta instituição, assim como o Ministério Público de Habitação e Urbanismo está estudando a apresentação de uma Ação Civil Pública também atacando a mesma operação urbana, com base no procedimento cível aberto pelo Indisciplinar.

A denúncia desse projeto urbanístico perverso e excludente não foi a causa imediata da suspensão do despejo que até então manteve as

[7] Em diversos momentos não houve acordo entre os atores da rede resiste izidora da conveniência de se apresentar o argumento da ilegalidade da Operação Urbana, como tática que reforçaria a suspensão do despejo. E, não foram poucas as vezes em que os parceiros da rede voltaram atrás e defenderam sua ampla denúncia e divulgação.

[8] Em decisão histórica o Ministro Og Fernandes do STJ suspendeu o despejo das ocupações da Izidora em sede de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança em que se questionava as condições da Polícia Militar de MG realizar a ação de desocupação forçada respeitando as garantias mínimas e prévias a essa medida. Acesse a decisão aqui: https://goo.gl/5MGssH. Contudo, esse entendimento foi revisto em decisão datada de 28 de setembro deste ano. Na ocasião, o TJ/MG entendeu, divergindo do STJ, que o estado de MG e sua PM teriam apresentado razões hábeis a legitimar a ação de despejo com as garantias prévias aos ocupantes. O que estava em jogo eram a integridade e a dignidade de milhares de famílias e por respeito aos seus direitos, procedimentos prévios à ação de desocupação forçada teriam que estar aclarados e assegurados. Contudo, o órgão especial do TJ julgou que mesmo com as precárias e insuficientes condições apresentadas pelo estado de Minas Gerais, a PM tem condições de desalojar 8 mil famílias, numa ação cujo efetivo de policiais e aparatos se assemelharão a uma ação de guerra.

[9] Como alertam Gabriel Giorgi e Fermín Rodríguez "la vida nombra un campo de conceptos y de prácticas no dominado por el hombre como categoría ordenadora de la experiencia. La vida se ha vuelto el más allá de la subjetividad, lo que viene a exceder los límites del sujeto individual, a arrancarlo del campo de la experiencia, a dislocar el campo de su conciencia, a vaciar su interioridad, a tensar violentamente su lenguaje, a reorganizar sus políticas, a reconfigurar sus modos de producción" In: Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilíes Deleuze Slavoj Zizek; compilado por Fermín Rodriguez y Gabriel Giorgi. – I a ed. – Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 08.

[10] Essa é a aposta da cartografia dos movimentos dos indignados espanhóis, produzir diferentes tecnologias de mapeamentos a serviço de diferentes estratégias, conhecer, criticar e antecipar o inimigo. Sobre o tema ver DE SOTO, Pablo. Los Mapas del 15M: el arte de la cartografía de la multitud conectada. Disponível em: Último acesso em: 22 set. 2015.

três ocupações salvaguardadas por decisão jurisdicional provisória. [8] Contudo, a compreensão do caso nas suas entrelinhas nos leva à conclusão de que a ampla divulgação e a repercussão das irregularidades da operação urbana nas ações de todos os membros da rede de resistência contribuíram para abalar a legitimidade do projeto urbanístico hegemônico para a Izidora. E, atualmente, a possibilidade de questionamento judicial da operação urbana, bem como de outras irregularidades jurídicas envolvendo a genealogia proprietária da terra na região, são os principais pontos a manter aberta negociação entre os atores em conflito e garantir os direitos dos moradores das ocupações da Izidora.

Percurso 2 – Estratégias enredadas: mapeamento biopolítico do conflito

Os nós, sem as linhas, não se enredam e não se desatam. Há, no processo maquínico de cartografia indisciplinar, uma construção que também se desenvolve entre enredos, cuja potência de ação está na contação de estórias difíceis, não ditas, ou silenciadas – quais são os interesses políticos e econômicos por trás dos conflitos socioterritoriais? Quais são os instrumentos jurídicos que legitimam a atuação combinada entre Estado e capital? Quais os mecanismos de financiamento dessas parcerias? Como desmontá-la? E, ainda, como instituir algo novo a partir das insurgências? Esses questionamentos, bem como todas as inquietações próprias do pesquisar ativista aqui narrado, são atravessados, necessariamente, pela compreensão biopolítica da produção do espaço: o território urbano e os modos de existência que nele se desenvolvem, produzem e reproduzem a vida [9], disciplinando, normalizando, instituindo o corpo, os bens comuns e as atividades intersubjetivas.

As estratégias enredadas dizem respeito aos dispositivos e ferramentas que, num movimento organizado de diástole e dilatação, recupera e refaz linhas, enredos e tramas relacionadas à frente de ação cartografada. Ao contrário das táticas nodulares, aqui os movimentos de enredar são planejados; o espraiamento estratégico das linhas da trama conflitual – quais são os atores, como eles agem, quais seus instrumentos, como se relacionam? –, está a serviço da construção de novos mundos que não apenas possibilitem o ataque ao inimigo – já que cartografia é arma –, mas também o antecipe, o reconheça e o exceda. [10] E, por isso, o atravessamento biopolítico, pois as estratégias de cartografia indisciplinar enredam as práticas normalizadoras do biopoder às ações biopotentes de resistência e alteração desse regime normativo.

A principal plataforma de mapeamento do Indisciplinar, Urbanismo Biopolítico (UB), associa um conjunto de ferramentas de rede: wiki, blog, fanpage e crowdmap. O crowdmap, nessa plataforma, funciona como um mapa online e colaborativo que permite o georreferenciamento de grandes projetos neoliberais ou das resistências biopotentes, com associação a um questionário online de coletagem e organização de dados. Esse questionário constitui um guia para o mapeamento da economia política do grande projeto, seus mecanismos de financiamento e atores envolvidos, bem como investiga os processos de resistências a eles colocadas no território. [11]

No que diz respeito à cartografia do conflito da Izidora, as estratégias do Indisciplinar compõem duas dimensões principais de enredação: as ações de coleta de dados, sistematização de informações e organização documental na Plataforma UB estão combinadas com a ação de pesquisa técnica aprofundada acerca do marco político e jurídico do conflito em sede da pesquisa doutoral já mencionada. Esse alinhamento entre o mapeamento complexo e qualificado do conflito com a pesquisa de doutorado está construindo um conjunto de ferramentas sobre o tema que tem servido de suporte comparativo para atuação em conflitos semelhantes. É um processo de cartografia com elevado grau de replicação, tendo em vista a emblematicidade do conflito da Izidora e as inovações do método de investigação.

Além disso, esse processo de fortalecimento das linhas e das tramas continua a contribuir em ações mediatas de resistência frente às ameaças de violações de direitos no território, tendo as atividades acadêmicas de participação em eventos científicos e a publicação em revistas especializadas auxiliado na divulgação do caso e suas diversas estórias (disputa posse/propriedade, gigantesco empreendimento habitacional do MCMV, Grande Projeto Urbano de parceria público-privada, presença de comunidade tradicional de quilombo e regularização fundiária de milhares de famílias em áreas de grande relevância ambiental). E, claro, o suposto binarismo aqui apresentado, táticas nodulares X estratégias enredadas, reflete apenas uma ferramenta analítica de se contar o que tem sido feito e não a experiência real de cartografia. Há inúmeras táticas enredadas e estratégicas nodulares sendo recriadas nas ações de mapeamento e investigação.

A partir das linhas que fogem do nó atrelado à Operação Urbana, diversas atividades de rua e de rede estão sendo desenvolvidas e, organizadas, diagramaticamente, podem ser apresentadas nas seguintes frentes:

[11] A estrutura da Plataforma é constantemente revisada pelos pesquisadores. Na sua última versão, o questionário aparece estruturado em seis blocos de perguntas que, em relação ao Urbanismo Neoliberal, investigam seus agentes envolvidos, mecanismos de parceria, ações relacionadas às políticas públicas realizadas pelo Estado e ações jurídicas, instrumentos e dispositivos jurídicos e de comunicação, custos e recursos e tipos de financiamento. Em relação ao Urbanismo Biopotente, as perguntas são estruturadas de forma que, ao mesmo tempo, seja feito um espelhamento com o que é investigado na outra categoria, e faça sentido com o que está sendo cartografado. Dessa forma, investigam os agentes apoiadores, a rede formada por eles, as ações no que diz respeito às políticas públicas auto-engendradas pelos moradores e ações jurídicas, os instrumentos jurídicos e de comunicação, os recursos e o financiamento, relacionado a instituições e/ou acordos comerciais.



Img. 7 Reunião com parceiros do LabCidade sobre o mapeamento dos atores e ações. Fonte: acervo pessoal

Mapeamento de atores e ações na rua:

- Reuniões com pessoas, organizações e movimentos sociais que fazem parte da Rede Resiste Izidora.

- Entrevistas e roda-de-conversa com atores-chave do conflito, em processo.

- Debate público do mapeamento com parceiros em workshops colaborativos.

Mapeamento de atores e ações na rede:

- Constituição e sistematização de base de dados na wiki, em processo.

- Produção de linha do tempo territorializada das ações do conflito, em processo.

- Mapeamento dentro do crowdmap “urbanismo biopolítico”, respondendo ao questionário sobre o urbanismo neoliberal, em processo.

Atividades acadêmicas na rua:

- XVI Encontro Nacional da ANPUR – Enanpur (Belo Horizonte/MG, 2015)

- VIII Encontro Brasileiro De Direito Urbanístico (Fortaleza/CE, 2015)



Img. 9 Apresentação sobre a cartografia indisciplinar na Izidora no Congresso internacional “Contested Cities”, em Madri. Fonte: acervo pessoal

- II Seminário De Estética e Crítica da Arte na FAU-USP (São Paulo/SP, 2015)

- Seminário “Representaciones Cartográficas De Ciudades En La Investigación” (Cidade do México, 2016)

- Congresso internacional “Contested Cities” (Madrid/Espanha, 2016)

- II Encontro sobre experiências de planejamento em contexto de conflito social – IPPUR/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ, 2016)

Mapeamento de atores e ações na rede:

- Divulgação das palestras/apresentações no blog do Indisciplinar.

- Análise dos dispositivos de mídia da rede Resiste Izidora, em processo.

- Construção de análise topológica que combine elementos de rua e de rede para avaliar as “ações diretas em rede” da Resiste Izidora, em processo.

- Produção de material gráfico, como diagramas e mapas críticos sobre o conflito.

As estratégias enredadas confirmam o compromisso cartográfico da pesquisa engajada em construir novos mundos na medida em que se investiga. E, dessa forma, são ações que também possibilitam, na medida em que se abrem as linhas e os enredos, revisitar ações táticas, refazer análises e qualificar o trabalho. As principais atividades desse processo ainda estão em curso e sua divulgação e debate têm servido para recriar os procedimentos do Indisciplinar em outras frentes e, ainda, inspirar a cartografia de outros conflitos por parceiros de nossa rede de investigação, bem como inventar tecnologia para ações de resistência em outros territórios.

Essas tecnologias-armas, percebidas por meio da experiência militante da pesquisa Indisciplinar na Izidora, são ferramentas de luta que, combinadas, tramam (orquestram e costuram) dispositivos que podem potencializar a transformação da realidade, com sentido de justiça espacial. Ainda que as múltiplas variantes e a ambiguidade dos elementos que configuram os conflitos sociais tornem difícil a avaliação do papel do pesquisador engajado na dinâmica da luta territorial, situar a investigação é um caminho que não deve ter mais volta, se o desejo de refazer e repensar a ciência for colocado pari passu ao desejo de radical transformação do método científico e do lugar do pesquisador frente aos problemas radicais do nosso cotidiano.

Esse conjunto de ações enredadas tem sido recortado pelo processo de contação de estórias, buscando revisitar os acontecimentos do conflito de forma a conversar com eles e, a partir da daí, desenvolver uma narrativa onde a diferença entre a realidade e a ficção não é muito clara. A dinâmica cartográfica não constrói ferramentas para se acessar o real, mas possibilita a invenção de outros mundos no encontro com diferentes eventos situados, abrindo caminho para o diálogo entre os acontecimentos e a pesquisa.


CEF E
negociem
RESISTE
IDORA
Pandara
RESISTE

REFERÊNCIAS

ACERTEAU, M (2003). **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003.

COSTA, G.; MAGALHÃES, F. (2011). **"Processos socioespaciais nas metrópoles de países de industrialização periférica: reflexões sobre a produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte"**, Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 1 3, n. 1, p. 9-25.

DELEUZE,G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** 5 vol.. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

GUATTARI, F. (1992). **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34.

OLIVEIRA, F (2008). **A economia brasileira: crítica da razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo.

MARICATO, E. (2011). **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 119.

PÉREZ DE LAMA, J. (2009). **La avispa y la orquídea hacen mapa en el seno de un rizoma. Cartografía y máquinas, releyendo a Deleuze y Guattari.** Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 121-145, set./dez.

RENA, N. (2015). **Cidade Inventada: táticas do cotidiano constituindo uma multidão de inventos**. Disponível em: http://blog.indisciplinar.com/artigos/ Acesso em maio de 2016.

RENA, N.; BERQUÓ, P.; CHAGAS, F. (2014). **"Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes"**. Lugar Comum (UFRJ), v. 1, p. 71-88.

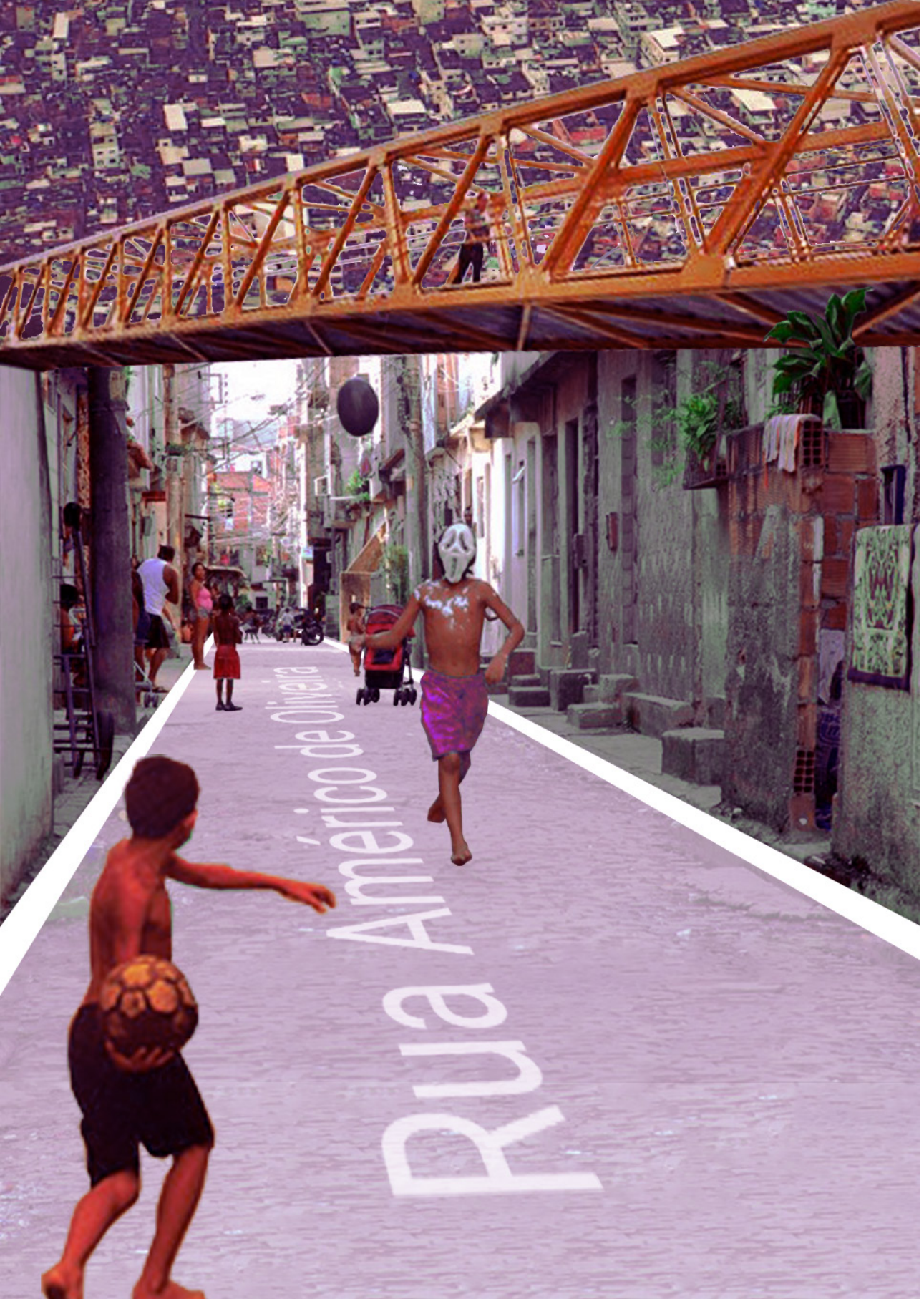
RODRIGUEZ, F.; GIORGI, G. (2007). **Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilíes Deleuze Slavoj Zizek; compilado por Fermín Rodriguez y Gabriel Giorgi**. – I a ed. – Buenos Aires: Paidós.

TORET; J. (2015). @DATAANALISYS15M. **"Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas". El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuída**. IN3 Working Paper Series. Disponível em: < http://in3wps.uoc.edu/index.php/in3-working-paper-series/article/view/1878>. Acesso em: 10 Mai.

*** Julia Ávila Franzoni** doutoranda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora convidada no Laboratório de Law & Theory da Universidade de Westminster, em Londres.

*** Daniela de Oliveira Faria** graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora bolsista do grupo de pesquisa Indisciplinar.

*** Natacha Araújo Rena** professora doutora na Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Minas Gerais.



CARTOGRAFIA E PARTICIPAÇÃO: CONTRAÇÕES POLÍTICAS NO GUIA DAS RUAS DA MARÉ*

CARTOGRAPHY AND PARTICIPATION: POLITICAL CONTRACTIONS ON THE MARÉ STREET GUIDE

*Carolina Ferreira da Fonseca***

Resumo

O Guia de Ruas da Maré constitui um conjunto de ações investigativas realizadas no complexo da Maré (Rio de Janeiro) ao longo de 2014. Este conjunto condensa sentidos de representação mobilizados enquanto força emancipatória, num processo político conjecturado pela produção cartográfica como dispositivo de disputa de territórios urbanos precários. A dimensão política configura a problemática central desta abordagem. O artigo desdobra-se da pergunta que abre o guia: "O que significa para a Maré fazer parte da cartografia da cidade do Rio de Janeiro?", e aponta para a noção de escrita como reconhecimento, visibilidade e presença. Um tipo de cartografia a contrapelo, figura jurídica instituinte, investida política reivindicatória de existências sociais, territoriais e culturais descartadas deliberadamente pelo exercício cartográfico constrangedor da alteridade territorial.

Palavras-chave: *representação; cartografia; participação; alteridade e política.*

Abstract

The Maré Streets Guide is a set of investigative actions taken in Maré Complex (Rio de Janeiro) over 2014. This set condenses representing senses mobilized as emancipatory force, a political process conjecture by cartographic and census production as dispute procedures within precarious urban territories. The political dimension sets the central problem of this approach. This papper unfolds the question that opens the guide: "What does it mean for the Maré be part of the Rio de Janeiro's mapping?". It points to the notion of writing as recognition, visibility and presence. A type mapping against the grain, a political mobilization that demands social, territorial and cultural existences deliberately discarded by cartographic exercise that embarrassing otherness territory.

Keywords: *representation; cartographic; participation; alterity; political*

Apontamentos preliminares: entre economia escriturística e privatização

No momento em que se consolida o princípio da propriedade privada burguesa, a dimensão espacial assume centralidade nas estratégias de regulação viabilizadas pelos instrumentos de abstração e equivalência universal. Esse processo de hegemonia da regulação jurídica pelo enquadramento do Estado Nacional, tributário do direito geocêntrico, apresenta intercorrências com a produção cartográfica hegemônica, que instrumentaliza os modos de representar o espaço e definir os termos do seu acesso, domínio, propriedade e uso. Santos (1988) cita o contrato como o centro da projeção hegemônica das representações sociais instituídas via direito burguês. Às associações entre direito x espaço x cartografia e legitimidade política associamos as proposições de De Certeau sobre economia escriturística:

> *a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior. Ela estoca aquilo que vai selecionando e se dá os meios de uma expansão. Combinando o poder de acumular o passado e o de confrontar a seus modelos a alteridade do universo, é capitalista e conquistadora. (...) A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia ontem o burguês, hoje o tecnocrata. Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção.* (DE CERTEAU, 1994, p. 226-230)

Nessa passagem, alteridade corresponde a um conjunto mais Nessa passagem, alteridade corresponde a um conjunto mais abrangente que a dimensão espacial, envolve práticas correlatas ao "corpo vivido" (DE CERTEAU, 1994) atracadas ao lugar, à oralidade, à terra, a tarefas não-verbais. A escriturística, ao confrontar-se com a alteridade, constrange o outro e, no caso da presente análise, os outros modos de se relacionar com o espaço, sua figuração, expressão, visibilidade, materialidade, submetendo-o aos seus pressupostos econômicos, científicos e jurídicos. Na acepção de Acselrad (2010, p. 18) poderíamos falar de "economia territorial de signos", que, diante da concepção de controle e apropriação mencionada, efetiva o processo de interceptar e enquadrar a alteridade territorial por pressão fundiária e desenvolvimentista, muitas vezes de envergadura internacional.

A análise de Certeau sobre a disjunção entre oralidade e escritura no seio do fazer histórico relaciona-se ao exame da disjunção entre itinerário e mapa, narrativa e mapa, operada na transição da lógica medieval-teológica para a modernidade-iluminista. A

[1] Henri Acselrad trata como "assalto territorial" (2010, 17) o processo de mercantilização das terras nas regiões da fronteira agrícola do Brasil durante o período militar. Neste momento, objetivou-se fazer funcionar o mercado de terra, incorporando-lhe a lógica do capitalismo financeiro. Observa-se, nesta conjuntura, correlações analíticas com os pressupostos da economia escriturística indicada por De Certeau.

cartografia moderna e científica insere-se como um dos instrumentos protagonistas dessa economia escriturística, voltada à apropriação do espaço exterior. "A produção de mapas, no caso, propõe uma forma de controle simbólico e, no sentido lefebvriano, de apropriação do espaço, que se articula a disputas territoriais por dominação de espaços concretos" (ACSELRAD, 2010, p. 19) [1].

Os rebatimentos entre De Certeau e Santos requerem uma mediação específica, uma vez que as formulações sobre economia escriturística constituem um ensaio-crítico direcionado à escrita da história, e, por fim, remete-se à construção da ciência numa perspectiva mais abrangente. E Santos, ao propor uma cartografia simbólica do direito, recorre à metáfora da cartografia para em seguida explorá-la de forma literal. Nesta mediação aproximamos tais considerações, pensando na escritura enquanto a figura jurídica que institui a propriedade no atual regime fundiário e o direito enquanto a instância de legitimidade que a admite.

Ambos, direito e economia, nessa perspectiva, inscrevem um modo de regulação espacial, instrumentalizado pela cartografia e seus respectivos mecanismos de distorção/representação da realidade, incorrendo na apropriação do espaço. A cartografia, que em muitos casos instrumentaliza processos entre diversas instâncias atreladas a determinado espaço, ela mesma na sua figuração canônica, ao lançar mão de convenções de uma linguagem sectária, privatiza o próprio espaço de interlocução. A privação subjacente ao exercício desta linguagem, por vezes, fragiliza o domínio de determinada propriedade ao expropriar da efetiva possibilidade de participação aqueles que não dominam seus códigos. Um tipo de interdito entre esta linguagem e os particularismos inerentes à alteridade territorial, que despotencializa a adoção do mapa como suporte para interlocução.

O Estado moderno, a economia de mercado e a ciência atrelam-se e operam a partir da privatização, processos de dominação, expropriação, acumulação e concentração dos territórios, estabelecendo a ideia de território jurídico. Noutros termos, território legal, oficial, formal, arremetendo aqueles modos de representar os espaços e seus respectivos modos de juridicidade – a alteridade territorial – para os idos da ilegalidade e da informalidade. Tais alcunhas jurídicas deflagram um truncado confronto pela legitimidade dos territórios, que por sua vez passam pela legitimidade dos sujeitos e suas práticas correlatas. Neste confronto de legitimidades, a cartografia proposta por Santos pretende trivializar o direito e incitar um novo senso comum, enquanto conhecimento simultaneamente vulgar e crítico. Identifica-se, a partir da interlegalidade, um tipo de porosidade ética e jurídica como estratégia para desnaturalizar o exercício do poder decorrente da ciência jurídica dominante.

O enfrentamento crítico da conjuntura delimitada pelas relações entre economia escriturística x direito x legitimidade x cartografia aponta horizontes cartográficos engajados em mobilizações decorrentes de inúmeras condicionantes. Entre elas e a mais central encontra-se o processo denominado de "virada territorial". Trata-se de uma expressão cunhada por Karl Offen (2003) para definir o processo de reconfiguração do controle sobre os territórios a partir de mobilizações cujas demandas territoriais têm acionado diferentes figuras e recursos jurídicos para efetivar a demarcação e titulação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e afro-descentes, mais pontualmente na região tropical da América Latina, a partir da década de 90. A Constituição brasileira de 1988 influi na afirmação desta virada, à medida que altera sobremaneira a relação de forças entre o Estado, a economia e os sujeitos tradicionais ao definir o mecanismo de auto-declaração como estruturante das dinâmicas de reconhecimento e titulação da terra e/ou território.

Nestas estão envolvidas questões como a dessacralização da ciência cartográfica e sua respectiva epistemologia científica; a valorização do senso comum territorial ou, noutros termos, da alteridade territorial; por fim, a desestabilização do diagrama de forças definidor de posições, projeções, simbologias dos sujeitos enredados nessas tramas. A aproximação do senso comum em contraponto à sua recusa em desligitimidade, desencadeou a ressemantização da cartografia em incontáveis expressões e formatos, aqui agrupados pela ideia de escriturísticas à contrapelo.

Guia de rua – Maré 2014

Um conjunto de ações investigativas realizadas no complexo da Maré (Rio de Janeiro) condensa sentidos de representação mobilizados enquanto força emancipatória e resistente, num intenso processo político conjecturado pela produção cartográfica enquanto dispositivo central de disputa e legitimação de territórios urbanos. Um tipo de escriturística a contrapelo, figura jurídica instituinte, investida política reivindicatória de existências sociais, territoriais e culturais descartadas deliberadamente pelo exercício escriturístico constrangedor da alteridade territorial.

> *Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas (...) e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido como integrante do mundo da vida.* (2014, p. 13)

A *empresa escriturística* proposta por De Certeau (1994), confrontada às formulações de Benjamin (1994), no que se refere à escrita de uma *história a contrapelo*, encadearem a contração conceitual – escriturística a contrapelo. Uma tentativa de discutir processos relativos à associação entre a figura jurídica escritura e modos de inscrição do espaço no suporte cartográfico mobilizados por sujeitos sociais envolvidos em disputas por legitimidade territorial. Nesta passagem do Guia, inserido no capítulo cujo título é a seguinte pergunta "O que significa para a Maré fazer parte da cartografia da cidade do Rio de Janeiro?", a noção de escrita decorre em reconhecimento, visibilidade e fazer presente.

Na cartografia moderna o território passa a ser representado no suporte cartográfico, via de regra, composto de papel e mediado pela tríade projeção, simbologia e escala; no guia aparece o sentido de "grafar (marcar) o solo em que vivemos". Ou seja, toma-se a cartografia como inscrição/marcação no espaço e não apenas do espaço no papel, delineando uma tensão entre escrita, suporte e território importante se pensarmos na natureza do espaço em questão.

A cartografia como dispositivo da escriturística implicada no exercício de domínios sobre o território da ordem da apropriação simbólica e concreta curva-se num tipo de reversão a contrapelo e evidencia o avesso da direção unívoca território > representação, diagramando movimentos de idas e vindas entre representação <> território <> representação. O guia de ruas do Complexo composto por 40 mil domicílios, em 16 favelas (Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro, Novo Pinheiro, Vila do João e Conjunto Esperança) expõe disputas quanto aos regimes de visibilidade e de enunciação potentes para problematizarmos linhas de forças das tramas cartográficas aqui delineadas.

> *As favelas não deveriam estar na escrita oficial da cidade? Os cartógrafos se esqueceram das favelas? O fato é que as favelas sempre foram consideradas nos discursos hegemônicos como expressões da ausência de civilidade e de carência de urbanidade. Há um perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade. Assim vista, as favelas não poderiam figurar na cartografia da cidade. Estavam banidas das representações urbanas oficiais. O avesso não deveria aparecer.* (2014, p. 14)

Frente ao sentido de favela como o avesso da cidade promulgada por múltiplas frentes de constrangimento da alteridade territorial empreende-se o avesso da cartografia que lhe subjaz representatividade. A alteridade territorial explicitada no bojo das cartografias sociais, via de regra, apropria-se de simbologias singulares e veicula figurações com imagens manuais, locais, geradas por sujeitos comuns ou ordinários nas artes de representar. Neste caso, o guia de ruas Maré configura um exemplar paradoxal da relação de correspondência direta entre modo de representação e ação política.

Se em princípio poderíamos concluir que desvios formais e estéticos quanto aos modos de representar o espaço nas cartografias apontariam para processos contestatórios de hegemonias, ao nos depararmos com o Guia tal correspondência é desfeita. Neste encontramos um conjunto de mapas convencionais quanto à forma de representação, cujo objetivo é localizar e orientar; a perspectiva é aérea, o traçado geométrico e abstrato e a escala uma grandeza matemática. Ou seja, adota-se um regime de visibilidade cunhado pela representação estática, tributária da racionalidade instrumental que, nos termos definidos por B. Santos (1988), compreende a projeção geocêntrica, alinhada à ótica do Estado.

Entretanto, esta é apenas uma leitura formalista do vasto conjunto de informações produzido e do processo que viabilizou sua elaboração. Representação estática que, no entanto, movimenta os protocolos da representação hegemônica da favela, que opera via produção de ausência e banimento. Do ponto de vista da linguagem cartográfica, trata-se do alinhamento à ótica do Estado Moderno e da epistemologia científica; entretanto, do ponto de vista do processo e dos sujeitos envolvidos, faz-se presente a perspectiva da cartografia social.

De paradoxal passamos a pensar com B. Santos (*idem*), no sentido de identificar a *porosidade ético-jurídica* como fenômeno fundamental em diversos processos de luta por legitimidade jurídica (citamos há pouco a luta pelo direito à moradia em Recife e no Rio de Janeiro) [2]. Alternâncias e sobreposições quanto à admissão de legitimidades locais e estatais interpõe-se como negociação insistente nestes processos, um tipo de convivência tensionada de diferentes *modos de juridicidade*, que convergem para a constituição de planos de pluralidade jurídica.

O Guia da Maré configura uma tentativa de absorver as convivências entre cartografia social e projeção geocêntrica. Nos casos mais disseminados de cartografia social, também persiste a visão aérea enquanto base (a carta) que acolhe as informações da cartografia, que por sua vez infiltram a dimensão simbólica pela incorporação de iconografias singulares, correlatas à dimensão das vivências/

[2] "Quando em 1970, estudei o direito interno e não oficial das favelas do Rio de Janeiro, tive ocasião de observar que este direito de grande escala, representava adequadamente a realidade sócio jurídica da marginalidade urbana e contribuía significativamente para manter o status quo das posições dos habitantes das favelas enquanto moradores precários de barracas e casas construídas em terrenos invadidos (SANTOS, 1977). Quando dez anos mais tarde, estudeis as lutas sociais e jurídicas dos moradores das favelas do Recife com o objetivo de legalizarem a ocupação das terras por meio de expropriação, compra ou arrendamento, verifiquei que a forma de direito a que recorriam era o direito oficial, estatal, um direito de menor escala, que só muito seletiva e abstratamente representava a posição sócio jurídica, mas que definia muito claramente a relatividade das suas posições face ao Estado e aos proprietários fundiários, um direito que nas condições sociais e políticas da época, oferecia o atalho mais curto para o movimento de uma posição precária para uma posição segura." (SANTOS, 1988, p. 153)

[3] O caminho institucional previsto para o conjunto de informações levantadas nesse processo é disponibilização para a prefeitura, validação dos logradouros, reconhecimento dos endereços, que por sua vez, assinalam os primeiros passos para o processo de regularização fundiária.

[4] Nesta segunda edição de 2014, o Guia de Ruas da Maré, foi atualizado e todas as ruas existentes, atualmente, possuem um nome. Os moradores, através de reuniões por rua, discutiram e escolheram de forma coletiva um nome para a rua onde moram.

experiências, oralidade/ancestralidade, tempo/narrativa histórica, etc. Daí decorre a convivência entre legitimidades local e estatal.

> *As comunidades, a partir do domínio de metodologias e tecnologias e do apoio de pesquisadores, têm dado visibilidade a si mesmas e as seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas territoriais. A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa. Nesse sentido, os "mapas são os territórios", e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas.* (VIANA JR, 2009, p. 4)

A visibilidade em questão no Guia de Ruas é a possibilidade elementar de possuir, por exemplo, um Código de Endereçamento Postal (CEP) [3] e, portanto, não se faz presente nenhuma exploração iconográfica para construir sentidos particulares. A projeção geocêntrica é exclusiva, a convivência não apresenta intercorrências plástico-formais, pois a tríade (escala, projeção e simbologia) reproduz estritamente o regime de visibilidade da cartografia científica. A porosidade, portanto, deriva dos pressupostos éticos veiculados pelo guia de uma forma geral, sintetizados a seguir, "enfrentar o conjunto de representações e ações distorcidas sobre como são e vivem a população dos territórios abrangidos pela Maré" (2014, p. 5).

Nesse plano, instaura-se a guerra simbólica de mapas, a ideia de enfrentamento, de confronto mediado pelas existências deliberadas pela cartografia a contrapelo, cujos regimes de participação e visibilidade pleiteiam o reconhecimento dos moradores das favelas como sujeitos de direitos frente às cartografias hegemônicas, responsáveis pelo seu apagamento e banimento. O Guia de Ruas da Maré (2014) [4] compõe um conjunto mais abrangente de produção de conhecimento e informação, envolvendo processos comunicacionais, denominado de Censo Maré.

Tal Censo foi realizado em 2012 – que também formalizou a primeira versão do Guia de Ruas – defendia a intenção de elaborar um diagnóstico global da situação sócio demográfica do bairro. A prerrogativa de fomento às políticas públicas e fortalecimento de redes de comunicação desdobraram-se em mais duas ações: o Censo de Empreendimentos Comerciais, com vista à apontar rumos para políticas no campo econômico; e o Censo Domiciliar, possível guia de plano de investimentos norteados pela melhora na qualidade de vida.

A porosidade também faz transpirar os engendramentos disciplinares do procedimento estatístico-geográfico do Censo. O Censo estatal enquanto ferramenta institucional de contar e sistematizar a



Img. 1 Páginas do Guia de Ruas da Maré, 2014

composição das populações, formato fiel aos protocolos disciplinares defendidos por Foucault, abre-se como membrana permeável por onde infiltram-se outras autoridades recenseadoras. Sujeitos não-estatais herdeiros da exclusão urbana e territorial forjam um interstício institucional, e agenciam seu próprio censo.

Hoje, mais de meio século que as primeiras favelas apareceram no mapa oficial da Cidade, ainda nos mobilizamos pelo direito de ver nossas casas e ruas identificadas. Casas e ruas fazem parte da história cotidiana das pessoas e da cartografia da cidade. Por isso o seu registro cartográfico é indispensável. E, no caso das favelas, uma dimensão política da maior relevância. Estar no mapa é ter uma marcação gravada, é ter o seu território reconhecido. Nossas ruas são os endereços de nossas moradas. É o lugar onde nossas vidas acontecem, repousam e encontram com outras vidas. Por isso é imprescindível que elas sejam identificadas, nomeadas e gravadas no mapa da cidade. Agora, o ofício de cartógrafo é nosso. Façamos dele uma arte para a garantia e afirmação de direitos. Façamos dele um movimento amplo para sermos reconhecidos como cidadãos de uma mesma, porém, plural cidade. (2014, p. 15)

O regime de participação vincula-se aos pressupostos da cartografia social no que se refere ao envolvimento comunitário de grupos compostos por sujeitos locais, em que o técnico em saberes específicos da cartografia assume a função de mediador. No caso do Guia, a participação compreende uma ampla investida deliberada por dois sujeitos institucionais co-implicados historicamente com a territorialidade da favela. O Observatório de Favelas e a Redes de Desenvolvimento da Maré [5] em parceria com o Instituto Pereira Passos operam a agremiação de moradores, formados como agentes de campo do processo de recenseamento.

Da composição dos sujeitos

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ: instituição da sociedade civil, sediada na Maré e criada a partir do engajamento isolado de alguns militantes envolvidos com o movimento comunitário deste conjunto de favelas. A sua rede de parceiros articula instituições como Petrobrás, Fundação Ford, Funarte, Criança Esperança, Bancos (Caixa Econômica Federal, do Brasil, Itaú Social, de Desenvolvimento da América Latina), entre inúmeros outras, explicitando o atrelamento entre escala local e global. Apresentam-se com o seguinte argumento:

Promover a construção de uma rede de Desenvolvimento Territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural da Maré e que produzam

[5] O projeto foi apoiado pelas 16 organizações locais representantes de cada uma das favelas integrantes do complexo: Associação Comunitária Roquete Pinto, Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Esperança, Associação de Moradores do Conjunto Marcílio Dias, Associação de Moradores do Conjunto Pinheiro, Associação de Moradores do Morro do Timbau, Associação de Moradores do Parque Ecológico, Associação de Moradores do Parque Habitacional da Praia de Ramos, Associação de Moradores do Parque Maré, Associação de Moradores do Parque Rubens Vaz, Associação de Moradores do Parque União, Associação de Moradores da Vila do João, Associação Pró-Desenvolvimento da Comunidade de Nova Holanda, Conjunto Habitacional Nova Maré, Conselho de Moradores da Vila do Pinheiro, União de Defesa e Melhoramento do Parque Proletário Baixa do Sapateiro.

conhecimentos e ações relativas aos espaços populares, que interfiram na lógica de organização da cidade e combatam todas as formas de violência. Com esta estratégia de ação a instituição busca desenvolver projetos dentro de temáticas como educação, arte e cultura, mobilização social, segurança pública, desenvolvimento local, comunicação, combate à violência, em suas diversas manifestações e geração de trabalho e renda.

Quanto ao guia, encontramos as seguintes pontuações de dois coordenadores da Redes:

Trata-se de um projeto ousado de desenvolvimento local. (Dálcio Marinho) [6]

O recebimento de cartas era um problema, nós ligávamos para os Correios e eles diziam que não iriam por ser área de risco. E o ponto fundamental deste trabalho de identificação de logradouros é que as pessoas que moram nas comunidades e conhecem aquela realidade de perto, participam desse momento de mudança". (Edson Diniz) [7]

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS: surge em 2001 com o projeto de Rede de Universitários de Espaços Populares e em seguida subsidia dois mil bolsistas em 33 universidades do país, no projeto Conexão dos Saberes. Desde sua fundação dedica-se a reposicionar os moradores (principalmente os jovens) de espaços populares, viabilizando processos de formação e pesquisa com foco na desnaturalização dos sentidos das favelas associadas estritamente à violência, criminalidade e pobreza. Seus parceiros e patrocinadores apresentam coincidências com a Redes de Desenvolvimento, ressaltamos apenas alguns inéditos e com evidência para a presente discussão: Secretaria de Economia Criativa e Secretaria Municipal e Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos, as áreas de atuação do Observatório foram se definindo, ampliando e diversificando. Hoje são mais de 10 projetos em andamento em cinco frentes: Políticas Urbanas; Educação; Comunicação; Artes e Território; e Direito à Vida e Segurança Pública. Atualmente, a instituição conta com um conjunto de intelectuais de origem popular e de outros espaços, os quais, por meio de suas ações, levantam uma discussão não sobre a dimensão particular da favela e de outros espaços populares, mas sobre a cidade. Assim, nos caracterizamos como uma instituição propositiva, buscando possibilidades de construção de metodologias, tecnologias sociais e conceitos que contribuam para a cidadania plena e para o respeito à diferença.

No que se refere mais pontualmente ao Guia, rastreamos:

[6] Disponível em http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado/#sthash.a5XSWByT.dpuf).

[7] Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4520488.

Garantir visibilidade e o reconhecimento das favelas contribui para assegurar os direitos dos moradores e o desenvolvimento desses territórios. (Jailson de Souza e Silva) [8]

Estes dois sujeitos do mapeamento de caráter institucional interpõem de fato um contraponto às representações hegemônicas da favela. Nesse caso, ou pelo menos até este momento, meados de 2012 quando o Censo Maré e o Guia de Ruas irrompem como mobilização efetiva de sujeitos populares (ainda que institucionais), não se falava em mapear favelas [9]. As dominâncias quanto às tensões entre hegemonia e resistência apresentavam-se de forma nítida, a escriturística a contrapelo demarca a alteridade territorial da favela, uma face dissonante e resistente frente aos gestos cartográficos executados pelas projeções geocêntricas.

Entretanto, o movimento das tramas cartográficas impede a cristalização da resistência, a experiência do Guia de Rua da Maré converte-se no modelo de mapeamento a ser replicado em todos os territórios pacificados do Rio de Janeiro. Este modelo passa a ser coordenado pelo Instituto Pereira Passos, até então parceiro e interlocutor fundamental para de fato viabilizar a incorporação dos dados do mapa oficial da cidade. As posições na trama redefinem-se, a Redes de Desenvolvimento da Maré ocupa nesse novo arranjo da trama o papel de parceiro, desempenhando a atribuição técnica de treinamento dos agentes de campo, os moradores-recenseadores desta nova investida que passa a ter o recorte dos territórios pacificados.

De contrapelo a modelo: gestos pacificados

Em princípio, ressaltamos as expressões emancipatórias da composição de sujeitos formada pela articulação entre as duas instituições supracitadas. Um agenciamento de subjetivações populares, na sua maioria moradores dos 16 bairros da Maré. Seu conhecimento do território por vezes encontra-se inscrito na sua experiência cotidiana, que, em função da elaboração do Guia, passa por um processo de sistematização e formalização, para que posteriormente seja incorporado no mapa oficial.

As linhas e direções de articulação desta trama reposicionam-se quando o Estado passa novamente a antecipar o levante cartográfico do sujeito comum, determinando os modos de instrumentalização do processo, os caminhos a serem percorridos pelo conhecimento produzido e pelo sujeito engajado na sua produção. O Estado neste caso é conjecturado pelo Instituto Pereira Passos, instância responsável pela implementação das UPPs sociais nos territórios já submetidos à ocupação das UPPs.

[8] Disponível em http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado/#sthash.a5XSWByT.dpuf.

[9] Haja visto o truncado jogo de representações delineado pelo pedido de retirada das favelas da plataforma Google.

> *A UPP Social mobilizou suas equipes de campo para o desenvolvimento de mapas sobre os territórios pacificados. Até a década de 1960, as favelas não apareciam nos mapas municipais. Hoje, elas já estão assinaladas, mas apenas as principais vias aparecem. Desde maio de 2012, os agentes de campo da UPP Social estão mapeando as ruas, travessas, becos e praças dos 22 territórios pacificados, em um projeto sob a orientação da Redes de Desenvolvimento da Maré, instituição da sociedade civil que em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP) realizou um censo e acaba de lançar um guia de ruas das 16 comunidades da Maré.* (LA ROCQUE, 2012, p. 8) [10]

A escriturística enquanto instrumento de apropriação do espaço exterior, remetida por De Certeau (1994) às estratégias da classe dominante (nas suas diversas formatações – burguês, tecnocrata) alinha-se neste caso ao processo de "gestão territorial, institucional e da informação" empreendido pelas UPP e UPP Social (LA ROCQUE, 2012, p. 5). Converte-se uma mobilização de cunho efetivamente participativo – dado o pólo de deliberação do processo ser um sujeito coletivo, popular, fortemente implicado no território onde atua como cartógrafo – numa das estratégias de gestão destas dimensões.

A centralidade da UPP como parâmetro deliberador dos territórios a serem mapeados evidencia os compromissos de expansão das apropriações dominantes subjacente à escriturística geocêntrica e resseca a porosidade local/ estatal. Ainda que haja a presença dos moradores enquanto executores técnicos do mapeamento, a relação de participação é interposta pela hierarquia institucional, restando rastros formalistas e retóricos de uma mobilização que justamente desfez o nexo entre modo de representação e ação política

O léxico deste modelo de mapeamento derivado do Censo Maré pelo Instituto Pereira Passos tagarela associações entre mapeamento e integração, empreendedorismo, desenvolvimento, sustentabilidade, que por sua vez inserem-se como modo de operação da participação e do protagonismo comunitário. Correspondências entre direito, visibilidade e política pública, instâncias fincadas à figura jurídica da escriturística a contrapelo, passam a percorrer os trilhos da favela como "território promissor"[11] e da "favela como oportunidade", operando um desmonte questionável da representação hegemônica. Neste suplanta-se a hegemonia da ilegitimidade via criminalização, banimento e expropriação por outro processo de mitificação e reificação. Nos termos propostos por Telles (2014), neste novo processo a cultura da favela tende a perpetrar valores canalizados para a ideia de teologia da superação.

> *Ao falar em favela como oportunidade, na verdade discutimos a construção de políticas públicas capazes de reconhecer, valorizar e potencializar os ativos desses territórios em prol de uma estratégia de desenvolvimento integradora e sustentável, fundamental para injetar ainda mais velocidade à virada, o processo de transformação positiva que dominou a agenda da Cidade do Rio de Janeiro nesses últimos quatro anos.* (LA ROCQUE, 2012, p. 1)

Tais pontuações datam um processo histórico muito controverso em curso no período de 2008 e 2012, marcado pela intensificação dos mecanismos de gestão militarizada da vida cotidiana, cujo ápice pode ser vislumbrado com os processos de ocupação das favelas pelas UPP's [12]. Uma espécie de saturação do mapa do medo, nos termos propostos por Ribeiro (2010). La Rocque e Telles (idem) expõem ângulos opostos, enquanto Telles formula a crítica as aderências entre pobreza, empreendedorismo e anulação da perspectiva crítica para entender os modos de produção da própria pobreza; La Roque é porta voz de um conjunto de ações definidos pelo Plano Integrado de Desenvolvimento da Favela e Rede de Comunidade Integradas, cujo objetivo é vincular desenvolvimento local e empreendedorismo, a partir da exploração dos ativos desses territórios. Um embate irresoluto, que seguiremos explorando em outros fios dessa trama.

No caso pontual do Guia de Ruas da Maré, lidamos com extremidades das dominâncias perseguidas: hegemonia e resistência, como se cada uma delas explicitasse expressões muito saturadas para problematizar a cartografia enquanto escriturística a contrapelo e escriturística como modelo. O confronto entre modelo e contrapelo engendra na guerra simbólica dos mapas diversos outros movimentos, posições, encadeamentos e associações.

Interpelações da trama: apontamentos finais sobre participação

A participação constitui a dimensão central na articulação destes movimentos, mas sua efetividade e impacto nos desdobramentos entre representação política e representação cartográfica assumem características distintas. A participação efetiva-se de forma evidente no caso do Guia de Ruas da Maré, sujeitos locais empreendem o levante cartográfico que reposiciona suas existências, territorialidades e práticas no regime de visibilidade corrente, instaurando uma disputa por legitimidade política.

A cartografia na sua expressão político-jurídica, evidente no Guia de Ruas da Maré, detém índices de participação relevantes quanto a efetivação de resistências urbanas. A apuração dos princípios correlatos à participação foi composta na perspectiva dos léxicos, um agrupamento de sentidos mapeados ao longo da problematização deste caso. O léxico

[10] Presidente do Instituto Pereira Passos e Coordenadora da UPP Social. Ex- Secretária Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, é doutora em Economia pela PUC-RJ e atuou como assessora financeira no BNDES.

[11] Expressão encontrada no site do evento Todas as redes: as redes da cidade abertas para os jovens da favela, realizado em 2012, na ECO-UFRJ. Levantamos nessa articulação a presença de uma vertente do Sebrae-RJ voltado para o desenvolvimento de empreendedorismo em comunidades pacificadas.

[12] A inúmeras e complexas implicações entre comunidade, favela, UPP; a dissenssuais perspectivas dos sujeitos envolvidos nesses engendramentos extrapolam nossas indagações. Não nos furtaremos de algumas posições com relação a esses engendramentos, mas de antemão, apontamos nossas limitações metodológicas no sentido de confrontar com maior densidade a questão específica das UPP's e o redesenho da geopolítica urbana na cidade do Rio de Janeiro.

comprometido com a hegemonia/dominação associa participação a empreendedorismo, protagonismo, gestão, governabilidade e ativos; o léxico empenhado com as resistências agrega valorização, potencialização, democratização, inclusão, legitimação, empoderamento, autoestima e enfrentamento.

O entendimento de Fraser (2009) quanto à representação e o estabelecimento de fronteiras políticas define um elo gráfico e imagético para pensar pertencimento à comunidades de direito ou exclusão. Um pensamento de conotação cartográfica, à medida que a fronteira é elemento decisivo na consolidação da escriturística cartográfica. A linha demarcatória de domínios e propriedade passa a grafar sujeitos, práticas, sistematizar classificações, interpor reconhecimento da cidadania territorial e de múltiplas outras dimensões ligadas ao direito (OFFEN, 2003).

O caso da apropriação do Guia de Ruas da Maré pela UPP Social, braço desarmado da UPP e instância comprometida com a atual gestão da segurança pública do Rio de Janeiro, contorce o gesto a contrapelo em projeto modelo e padrão. O Guia passa a ser implementado em todas as favelas pacificadas, mas, ao mesmo tempo, é acionado por agentes de saúde, funcionários dos diferentes prestadores de serviço público (água, luz, telefone, correios) e também privados (bancos e comércio em geral).

O Guia de Ruas da Maré evidencia processos relevantes para problematizarmos as tensões e implicações entre hegemonia x resistência e insurgência x dominação. Atribuímos a cada uma das dominâncias o sentido de polo de atratividade de sentidos, uma perspectiva magnética, que ora atrai, ora repele determinadas ocorrências, conformando zonas adensadas ou esvaziadas de sentido. Zonas repletas de manifestações resistentes quanto à inscrição dos territórios precários, populares, autoconstruídos e autogestionados nos regimes de visibilidade contemporâneos; zonas ocas de resistência, atraídas que são pelas dominâncias hegemônicas

A escriturística a contrapelo insere-se nesse movimento e mesmo que seja uma emergência fulgurante do polo resistente, passa a deslocar-se nos engendramentos desse magnetismo de natureza política. As associações entre as práticas cartográficas e essa multiplicação de formatos reverberam as contrações cognitivo-culturais e intensificam a produção do conhecimento sobre determinado território como possibilidade de apreendê-lo, delimitá-lo, ou seja, apropriar-se das suas múltiplas dimensões.

A noção de apropriação condensa nossa hipótese primeira quanto à produção e à instauração do espaço como contraponto ao entendimento de representação do espaço. Dos termos assinalados por De Certeau (1994, p. 226) – “a empresa escriturística cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior” –, extraímos uma indicação relevante para destilar os sentidos de produção e instauração. Trata-se de depurar suas efetividades a partir da relação entre produção de conhecimento (instância cognitivo cultural), instauração de processos políticos (luta taxonômica) e apropriação de territórios (enfrentamento material e imaterial). Uma articulação, trama de engendramentos, cuja culminância é a efetivação de existências na/da cidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; VIANNA, Aurélio (Orgs.) C**artografia Social dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2010.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v. 1).

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FRASER, N. **Renquadrando a justiça em um mundo globalizado.** Lua nova, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.

Guia de Ruas da Maré, 2014. Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas (orgs.)

LA ROCQUE, Eduarda. **Novo impulso à virada do Rio**, 2012. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/c897df72-d5be-42be-b4a7-212f54d83abc

OFFEN, Karl H. **The territorial turn: making black territories in Pacific Colombia** in Journal of Latin American Geography 2(1), 2003, p. 43-73.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Dança de sentidos: na busca de alguns gestos". In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (orgs). **Corpocidade: debates, ações e articulações.** Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. In Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 24, março, 1988.

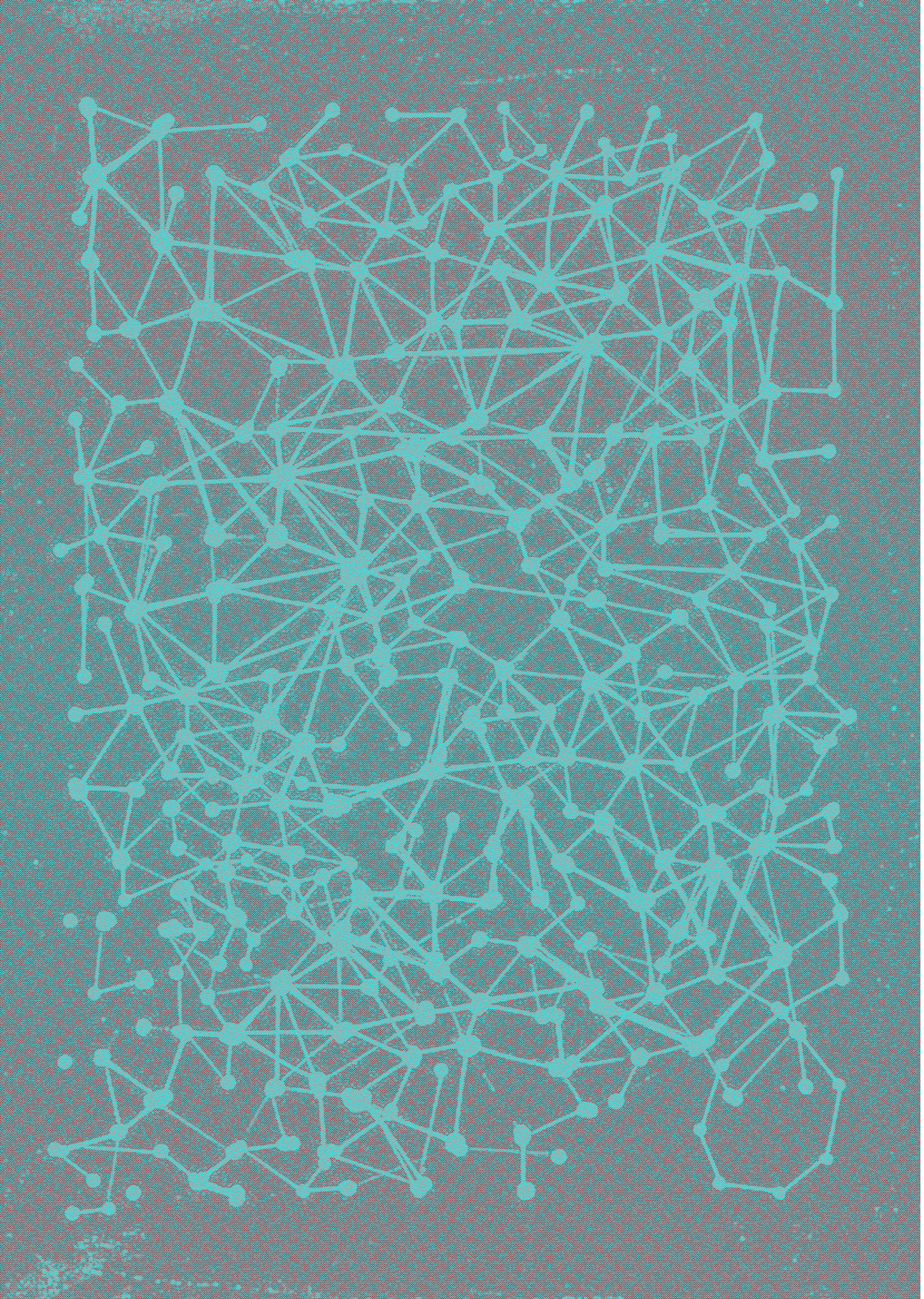
TELLES, V. **Espaços, mercados, controles: campos de tensão e cartografias políticas da cidade.** Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Q4MtmKMcopc.

VIANA JR., **O reencantamento da cartografia** In Le Monde Diplomatique 05 de junho de 2009.

*Parte deste artigo foi apresentado numa comunicação durante o 6º Simpósio Iberoamericano de história da cartografia (2015).

**Carolina Ferreira da Fonseca é Graduada em design pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora em processos urbanos contemporâneos pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, com a tese intitulada "Tramas cartográficas contemporâneas: sobre política, representação e produção da cidade". Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, onde atua nas interfaces entre design e urbanismo. Coordena o projeto de pesquisa Entrópicos e o projeto de extensão Escritório público de arquitetura, urbanismo e design.

Contato: caca.fonseca@gmail.com



COMPLEXIDADE, CARTOGRAFIA DE

COMPLEXITY, CARTOGRAPHY OF

*Cristina Ribas**

Resumo

A noção de complexidade emerge no trabalho de Felix Guattari relacionada à sua produção de cartografias esquizoanalíticas (GUATTARI, 2013). A complexidade como conceito pode ser pensada da mesma maneira que as cartografias esquizoanalíticas, ambos conceitos são gerativos e servem não apenas para entender, mapear e analisar, mas também para incitar, inventar, criar e modular processos. O conceito de complexidade, junto com a análise de Guattari de modos de subjetivação no capitalismo contemporâneo é muito útil para entender políticas de subjetivação (ROLNIK, 2010) implicadas em modos de produção contemporâneos, seja no campo das artes, da clínica, dos movimentos sociais ou outros. Neste artigo, eu discuto o trabalho de coletivos, grupos e projetos de pesquisa que têm usado a cartografia de complexidade para trabalhar processos na tensão micro-macropolítica. Eu argumento neste artigo como processos cartográficos são constitutivos dos cartógrafos-pesquisadores eles mesmos, interferindo portanto na dicotomia que separa pesquisador do objeto de pesquisa. A cartografia opera como ferramenta militante e micropolítica, realizando a análise dos fluxos do poder e do capital, ao mesmo tempo em que atua como ferramenta constitutiva de processos de subjetivação, em seus processos de singularização na resistência à diversas opressões.

Palavras-chave: *cartografia; complexidade; subjetividade; criação; semiotização.*

Abstract

Complexity is a notion that emerges in Felix Guattari's work related to his production around schizoanalytical cartography. Complexity as a concept can be thought of on the same way as the schizoanalytical cartographies themselves, both are concepts that are generative, aiming not only to understand, map and analyse, but also unleash, invent, create, modulate processes. The concept of complexity, together with Guattari's analysis of the modes of semiotisation from contemporary capitalism is very useful to understand the politics of subjectivation embed in contemporary modes of production, in the realm of the arts, clinics, social constituencies and more. In this article, I discuss the work of collectives, groups and research projects which have been using cartography of complexity to work out micropolitical processes. I argue in this article how cartographic processes are constitutive of the cartographer-researcher, interfering in the dichotomy that separates the researcher from the object of the research. Cartography operates as a militant and micropolitical research process that carries out an analysis of the flows of power and capital (while it also works as a constitutive element of the processes of subjectivation) in its processes of singularzsation, resisting several oppressions.

Keywords: *cartography; complexity; subjectivity; creativity; semiotizzation.*

Quem diz a verdade? Esta não é mais a questão, mas sim a de saber como e em que condições pode melhor aflorar a pragmática dos acontecimentos incorporais que recomporão o mundo, reinstaurarão uma complexidade processual.
(GUATTARI, 1992, p. 17)

Todos aqui devem ter tido a experiência – eu, pelo menos, a tenho frequentemente – do contraste entre a descoberta da complexidade, da riqueza, da diferenciação que se pode ter entre uma experiência onírica e a pobreza de meios que se tem ao despertar, quando se tenta expressar essa produção onírica pela rememoração, pela escrita ou pelo desenho. Aqui, eu me permitiria questionar toda referência à indiferenciação, toda referência às mitologias espontaneístas: toda vez que conseguimos agenciar dispositivos de expressão que escapam ao despotismo do sistema das significações dominantes, que escapam à articulação de todas as sintaxizações dominantes, estamos justamente lidando com maquinismos altamente elaborados.
(GUATTARI; ROLNIK, 1987)

Apenas pela intersecção do finito e do infinito, no ponto de negociação entre complexidade e caos, será possível desenroscar graus de complexidade mais altos dos que o capitalismo financeiro é capaz de gerenciar e elaborar.
(BERARDI, 2012)

Ressalva

A cartografia de complexidade quando aplicada na composição de territórios, na apresentação de mapeamentos, na criação de planos diversos, na criação de novos signos que desviam das significações dominantes é também uma destruição. Quando dizemos cartografia funcionando como ferramenta de composição de lutas de resistência, devemos considerar também a função destruidora das cartografias. A "cognição criativa" (KASTRUP, 2008) trabalhada a partir dos métodos cartográficos não é, portanto, meramente acumulativa. Ela opera por meio de processos e modos de semiotização que, além de seleção, edição, desenho, também realiza cortes, apagamentos, destruições.

Complexidade como um conceito

De que maneira a cartografia trabalha processos de singularização ao mesmo tempo em que realiza uma análise do sistema econômico e político que é necessário enfrentar? Neste texto, investigo a noção de complexidade como conceito acessório para produzir e analisar processos e projetos que desenvolvem mapas e cartografias, sejam eles mais dedicados ao mapeamento dos fluxos do capital ou à emergência de resistências aos efeitos desses fluxos. Investigo então o trabalho da complexidade como conceito que corrobora nas políticas de subjetivação que os métodos cartográficos mobilizam. O campo teórico e prático são as cartografias esquizoanalíticas desenvolvidas por Felix Guattari [1] como processos cartográficos que operam processos de singularização ao mesmo tempo em que produzem uma análise dos contextos econômicos e políticos nos regimes de austeridade do capitalismo contemporâneo, aos quais é necessário resistir. São matéria deste texto o capitalismo contemporâneo, as lutas de resistência às subjetivações capitalísticas e as políticas de subjetivação e singularização das lutas elas mesmas.

[1] Neste artigo dou ênfase ao trabalho de Félix Guattari, não desconsiderando a emergência do conceito de cartografia esquizoanalítica em seu trabalho junto a Gilles Deleuze, principalmente em *O anti-Édipo* e *Mil platôs*. Interessa-me mais o trabalho de Guattari por sua diagramática (pela expressão também visual e cartográfica da teorização de Guattari), e por estar absolutamente relacionado à sua prática junto a movimentos auto organizados, e na instituição psiquiátrica La Borde.

A noção de complexidade emerge no trabalho de Felix Guattari relacionada à sua produção de cartografias esquizoanalíticas (GUATTARI, 2013). O conceito de complexidade pode ser pensado da mesma maneira que as cartografias esquizoanalíticas, ambos conceitos são gerativos e servem não apenas para entender, mapear e analisar, mas também para incitar (*unleash*), inventar, criar, modular processos. A complexidade surge com as bifurcações incitadas pelos processos clínicos no seu encontro com a micropolítica, e faz parte da heterogênese ontológica de Guattari. Guattari define em *Caosmose* (1992) que "a esquizoanálise, mais do que ir no sentido de modelizações reducionistas que simplificam o complexo, trabalhará para sua complexificação", o que ele chama de um "enriquecimento processual". A esquizoanálise e a cartografia trabalham então de maneira a corroborar a "tomada de consistência de linhas virtuais de bifurcação e de diferenciação" (GUATTARI, 1992, p. 90-91) em processos de subjetivação. Essa proposta diagramática (e não programática) de Guattari não quer levar sujeitos concretos a bloqueios reais, expondo suas vidas a um caos que os imobiliza, mas quer incitar "caosmoses". Aquilo que nos imobiliza, por sua vez, são os processos de subjetivação capitalísticos, que exaurem nossa potência de desejo, pré-significando nossos fluxos produtivos dentro da normatividade do capital (subsunção da arte, subsunção da política, subsunção da clínica, subsunção da cartografia – tudo a serviço de uma reprodução social colada ao significante capitalístico).

A noção de complexidade elevada a conceito, junto com a análise de Guattari dos modos de subjetivação no capitalismo contemporâneo é muito útil para entender as políticas de subjetivação (ROLNIK, 2010) implicadas em modos de produção contemporâneos, seja no campo

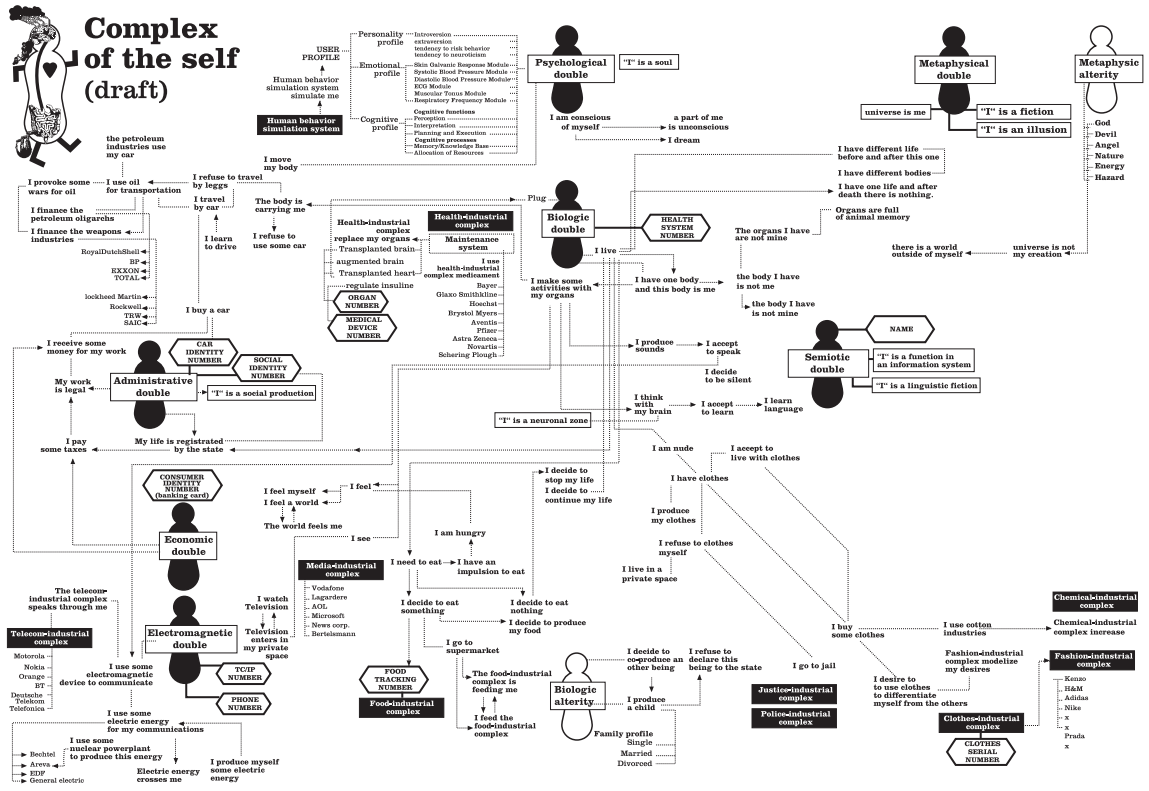
das artes, da clínica, dos movimentos sociais e outros. No Brasil ascartografias esquizoanalíticas têm sido desenvolvidas de maneira a fomentar um contexto transdisciplinar e transversal, em processos de análise que se combinam com processos criativos e estéticos. Contudo ainda existem poucas análises que relacionam diretamente as cartografias analíticas e os processos de mapeamento de processos macropolíticos ou problemáticas majoritárias. Meu interesse está em investigar a complexidade como ferramenta para forjar processos micropolíticos interferindo nas manifestações molares da macropolítica. Ou seja, de que maneira os processos de pesquisa trabalham em processos de subjetivação e liberam vários efeitos na esfera da macropolítica. E de que maneira a noção de complexidade corrobora na produção de cartografias. Este tipo de aplicação da complexidade como ferramenta, junto do plano de fundo ético das cartografias esquizoanalíticas, permite a observação da emergência de subjetivações singulares. Eu objeto que o modo de composição de novos planos cartográficos passa também pela destruição de modos de semiotização, ou seja, pela destruição de certos mundos em um mundo comum. Neste artigo, eu discuto o trabalho de coletivos, grupos, projetos de pesquisa que têm usado a cartografia de complexidade para trabalhar processos na tensão micro-macropolítica. Eu argumento neste artigo como processos cartográficos são constitutivos dos cartógrafos-pesquisadores eles mesmos, interferindo, portanto, na dicotomia que separa pesquisador do objeto de pesquisa. A cartografia opera como ferramenta militante e micropolítica que realiza a análise dos fluxos do poder e do capital e atua ao mesmo tempo como ferramenta constitutiva de processos de subjetivação, em seus processos de singularização. A base teórica desse artigo é o trabalho de Guattari e o trabalho de alguns pesquisadores no contexto brasileiro, como Eduardo Passos, Virginia Kastrup, Suely Rolnik entre outros. [2]

Complexo do Self

Olha isso. Eu digo. Olha esse "Complexo do Self". Bureau D'Études [3] é uma dupla de artistas-cartógrafos-diagramadores. No diagrama do *Complexo do Self* vemos vários duplos nominados ao lado da representação de cabeças-tronco gordinhas, tipo João-bobo (vou chamá-los de João-bobo). O duplo Admistrativo, o duplo Econômico, o duplo Eletromagnético, o duplo Biológico, o duplo Psicológico, o duplo Semiótico, o duplo Metafísico. Duas alteridades são sinalizadas em Joãos-bobo em branco: alteridade Metafísica e alteridade Biológica.

[2] No Brasil cartografias esquizoanalíticas produzidas a partir do âmbito acadêmico emergiram no contexto paulistano a partir do trabalho de Suely Rolnik (*Cartografia Sentimental*, 2011); e no contexto carioca inicialmente ancoradas na produção de Deleuze e Guattari, a partir da conceituação de "rizoma" em *Mil platôs*. Referências são PASSOS, KASTRUP e ESCOSSIA, 2009 e HUR e VIANA, 2016. É importante ressaltar que o desenvolvimento de cartografias esquizoanalíticas em âmbito acadêmico trabalha transversalmente esse espaço.

[3] Bureau D'Études (http://bureaudetudes.org/).



Img. 1 Complexo do Self

Nas pontas de cada percurso que parte das cabeças-tronco estão formas hexagonais que expõem os diversos números que serializam as pessoas no mundo contemporâneo e, portanto, nos identificam. Número de identidade social, número do carro, número do sistema de saúde, número do telefone, número do consumidor (o cartão do banco), número do cartão de compras do supermercado, entre outros. Tarjas pretas indicam os complexos aos quais aqueles processos pertencem: complexo industrial da mídia, complexo industrial da produção de comida, complexo industrial da justiça, complexo industrial das roupas, entre outros. De que se trata? De um diagrama de um sujeito hipotético que é atravessado por diversos fluxos econômicos e de poder. Os fluxos materiais e virtuais que atravessam sua existência, e a constituem enquanto tal são afirmadas pelas frases "eu aceito viver com roupas", "eu uso alguma planta nuclear para produzir energia" a "eu produzo uma criança". O hipotético "Eu" expressa as muitas vozes num sujeito que assume diversos estados, papéis e valores. É quase como se não houvesse um sujeito, visto que é multifacetado, e é quase impossível capturá-lo em um único movimento. Ele é um sujeito assujeitado. O que vemos são os diversos processos de subjetivação que o atravessam. Ele está sempre relacionado aos seus diversos duplos. A cartografia

explicita que esse “Eu” perpassa diversas definições ou realizações de si. Abaixo do hexágono do duplo Semiótico, por exemplo, se lê “‘Eu’ é uma ficção linguística”, e ao lado do duplo Administrativo se lê“‘Eu’ é uma produção social”.

Se é possível que nos reconheçamos eventualmente numa dessas posições, é possível que criemos também outras linhas e outros processos de subjetivação que multiplicam essa cartografia de um “eu”. Como hipotéticos João-bobos somos nós mesmos ali “entre” funções, movimentos, agenciamentos. O João-bobo pode estar sendo agenciado por dois (ou mais) fluxos. O João-bobo pode ser imobilizado por um agenciamento, colocando-o em um impasse, ou forçando-o, com o impasse, a encontrar respostas, resistências, novos movimentos. Da percepção dos diversos agenciamentos em seu corpo, o João-bobo pode produzir diversos “eus” transicionais.

A cartografia “Complexo do Self” coloca em evidência indivíduos não isolados, mesmo que a incidência dos fluxos de agencimento sejam percebidas com toda sua intensidade sobre o indivíduo isolado. Por isso é necessário analisar de modo coletivo a incidência dos fluxos capitalísticos, por exemplo, explorando os processos de co-sujeição em busca do desenvolvimento de processos de co-produção. A cartografia feita pelo *Bureau D’études* coloca em evidência as significações e as codificações que se imprimem a partir de uma vida e que se projetam em sua identidade e seu corpo – ou seja, os diversos modos de semiotização que se imprimem em sua forma de vida. A cartografia nos atenta para os processos sociais, institucionais, econômicos que se produzem a partir de uma vida e para o aparato que se constrói ao redor do sujeito-assujeitado.

Mas também pode ser que olhamos para essa superfície complexa buscando os espaços e as trajetórias de improvisação e singularidade, ou em como cada um faz uma vida para si, à sua maneira. Se torna evidente que compartilhamos diversas opressões. As opressões são comuns. E os processos de resistência? Como trabalhamos em busca de uma comunalização resistindo às formas de opressão comum que sofremos?

Ler coletivamente essa imagem, essa cartografia, ativa os pontos por onde a cartografia passa. Imagens de complexidade revelam relações muitas vezes invisíveis (porém ativas) em vários processos materiais e ou subjetivos, ou relações de submissão assimiladas, naturalizadas em nossas vidas. Aquilo que se vê nas linhas das cartografias de complexidade, tal como no “Complexo do Self”, mostra relaçõesque

podem ser evidentemente percebidas por diversas formas de opressão. Apresentar essas relações de opressão pode expor condições subjetivas e materiais, marcando campos de subjetivação, e campos do possível (ou do impossível). É possível ler imagens de complexidade como maneira de abrir os “antolhos” de que falou Guattari, abrindo transversais... (GUATTARI, 1992, p. 16-18; 1986, p. 96).

O tipo de *flickering* (vibração) que a cartografia de complexidade quer provocar é o exercício do olhar de não olhar só para uma coisa, mas ao olhar para essa coisa saber que ela é parte de uma multiplicidade de coisas. Como se fosse embaralhar esse próprio texto e rediagramá-lo a partir dos conceitos que ele mobiliza, para assim expor os campos em cruzamento nessas ideias sobre complexidade. A leitura de cartografias de complexidade requer, portanto, muita atenção, ela levanta conhecimento sobre um contexto, ela produz conhecimento, e toca a imaginação, que deslancha trabalhando junto com a cognição.

Símbolos Catastróficos do desenvolvimento / formas de resistência nativas

Copiei essa frase do mapa feito pelo projeto Cartografia Crítica da Amazônia. [4]

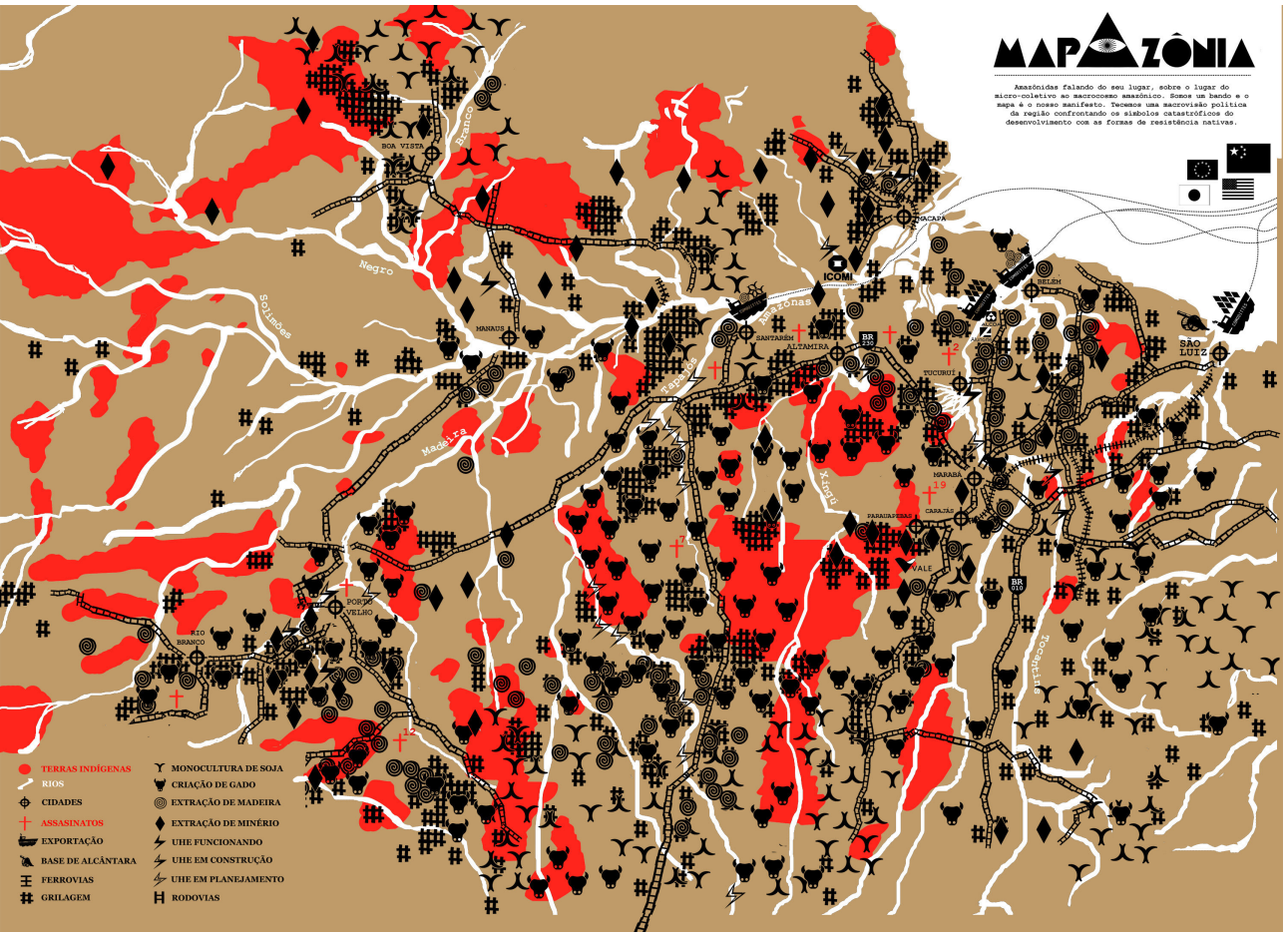
[4] Cartografia crítica da Amazônia: http://dossie.comumlab.org/.

A prática do mapeamento ou da cartografia (o fazer dos mapas de complexidade) tem se difundido como estratégia, proporcionando ao trabalho coletivo o desenvolvimento de formas de expressão que operam intervenções. Diversos movimentos auto-organizados têm feito uso da cartografia para apresentar a complexidade das forças de opressão, e ao mesmo tempo trabalharem seus processos de resistência pela criação de novos conhecimentos.

Uma das principais posições que a cartografia pretende discutir é quem e como detém ferramentas de representação do mundo, pensando que é a vida que segue à frente, e as forças e os fluxos do capital a perseguem. É importante ressaltar que quando dizemos representação estamos já em um regime específico. Será esse um regime que se alavanca na manutenção do poder? Podemos pensar naquele mapa do mundo clássico dos tempos da escola, e depois naquele outro, distorcido, que procura a representação “real” do território. Para a cartografia crítica não há neutralidade, e portanto representar ou apresentar um território depende de uma certa ética da apresentação como criação de mundo. “Descascar” os modos de representar e apresentar significa trabalhar na ética das operações cognitivas.

Nem todo mapa é subjugação, contudo, nao mundo da representação. A representação ela mesma como ferramenta de produção de verdade torna-se a p r e s e n t a ç ã o na busca de representações do território-mundo que insurgem das lutas urbanas, das lutas rurais dos movimentos campesinos e das lutas dos territórios indígenas. A defesa da terra, expressa na representação/apresentação do território, torna-se uma questão crucial na atualidade, visto que a remarcação de terra no caso indígena é a garantia da manutenção do direito de permanência na sua própria terra, lugar que conhecem com seus corpos e seus rituais, e que lhes é deveras constitutivo.

Img. 2 Cartografia crítica da Amazônia



A noção de apresentação vem para contrapor a noção de representação. Eu não vou desenvolver uma análise extensa, mas optar pelo uso de apresentação por conta de seu sentido funcional, junto à ação de mapeamento mesmo. A noção de apresentação difere da noção de representação, mas elas não se opõem. Com a afirmação de que a cartografia não é representação, encontramos uma pista: a cartografia procura produzir efeitos no momento mesmo em que é feita, por isso ela tem o desafio de ser cartografia de intervenção (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009). Ou seja, negar representar não é parte de uma retórica, é um princípio da estratégia dessa prática, é colocar a cartografia ela mesma em estado de experimentação junto com as lutas. Pensar a partir dos efeitos, das intervenções e da apresentação é realizar uma crítica às representações das lutas sociais, abrindo um espaço de composição entre estratégias e lutas. Isso diz de quem detém poderes de representação, e por outro lado também diz das formas de militância e das formas de reprodução das lutas. A pesquisa acadêmica, por exemplo, pode operar como representação e ativar poucas intervenções;a prática de um artista também.

Considerando que comecei esse texto falando de um “complexo do self”, uma pergunta que podemos fazer à cartografia como ferramenta é: de que maneira a cartografia é provocadora de processos de singularização ao mesmo tempo em que provoca uma análise crítica de um sistema econômico e político que é necessário enfrentar? A noção de intervenção é uma maneira de pensar essa “dobra”, essa co-produção entre análise e produção de subjetividade. O cartógrafo compõe com o território à medida que se mexe por ele.

A prática da cartografia como construção da complexidade é, portanto, também uma intervenção na forma de produzir conhecimento e dar acesso ao conhecimento produzido. Ao invés de pensar “produção do conhecimento” podemos pensar em “prática do conhecimento” como versão mais radical, mais autonomizante daquela primeira. A prática do conhecimento está mais diretamente relacionada às intervenções que realiza ,e aos efeitos de suas intervenções.

Diversas complexidades têm sido cartografadas na atualidade por pesquisadores, nômades, ativistas, artistas, coletivos, agrupamentos efêmeros, entre outros, como maneira de lidar o problema de apresentar complexidades do capital contemporâneo, das lutas e das políticas de subjetivação. Hoje em dia mapas, cartografias e diagramas, desenhos, planos táticos se confundem e contaminam-se uns aos outros nos seus modos expressivos e nos seus modos de fazer. No vocabulário das práticas políticas e estéticas há uma pedagogia crítica que é inerente

à construção dos mapas táticos, que é o fazer dos mapas ele mesmo. Grupos, projetos, processos intercambiam táticas, ferramentas, símbolos, códigos, softwares, data, metadata, texturas, fontes, referências e mais.

Dessa maneira trabalham por exemplo o coletivo-dupla Iconoclasistas (Argentina) [5], os projetos mobilizados por Pablo de Soto (*Mapping the commons*) [6], a rede LabsurLab na América Latinaa [7], Antena Mutante (Colômbia) [8], a dupla já citada Bureau D'Études (França), e muitos mais. O trabalho desses grupos vêm mostrando como os agenciamentos do capital têm como efeito a perda dos direitos civis básicos, por exemplo, no Brasil: a perda do direito à moradia no caso das remoções em massa no Rio de Janeiro na ocasião dos mega eventos Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), ou a remoção de maior parte da Vila Autódromo no Rio de Janeiro [9]. A inventividade e a ressignificação de espaços comuns em vários lugares do mundo mapeados pelo projeto *Mapping the Commons*, por sua vez, trabalha de maneira a fortalecer processos de resistência nos direitos de uso à cidade, resistindo aos processos de revitalização e transformação das cidades em cidades-mercadoria. Tais grupos e projetos vêm desenvolvendo potentes processos e imagens-cartografia que aumentam o fluxo de apresentações das forças de resistência das incontáveis singularidades que compõe o mundo.

Como se faz uma cartografia?

O método da cartografia a partir das cartografias esquizoanalíticas é, na verdade, um não-método. É uma inversão da noção de método – que de *meta-hodos* se torna *hodos-meta* [10]. Não quero fechar a definição de cartografia apenas segundo as cartografias esquizoanalíticas, mas abrir significações e usos da cartografia como método-não-método de pesquisa que excede a cartografia como representação de território geográfico existente, como na cartografia clássica. A cartografia como não-método trabalha na composição de territórios em diversos planos de significação e diversos planos semióticos, e se dedica a compor planos subjetivos que não são menos reais, são planos que se caracterizam como móveis, cambiáveis, transformacionais.

[5] Iconoclasistas (www.iconoclasistas.net).

[6] Red LabsurLab (https://labsurlab.org/).

[7] Mapping the Commons (http://mappingthecommons.net/pt/mondo/).

[8] Antena Mutante (http://antenamutante.et/).

[9] Diversos projetos que trabalharam uma cartografia ainda que iniciática e precária das remoções. Referências são o projeto https://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/cronica-visual/ e diversos como o blog que documenta a remoção de centenas de casas na favela Estradinha 2014 (http://wwwestradinha1014.blogspot.co.uk/). A campanha que ganhou mais força foi a Viva a Vila Autódromo (https://vivaavilaautodromo.org/).

[10] A inversão entre meta-hódos e hódos-meta quer deixar em aberto o percurso de uma pesquisa. Os autores sugerem que é difícil saber de antemão todos os recursos que um pesquisador irá precisar. Para ler sobre essa inversão recomendo a introdução do livro *Pistas para o método da cartografia*, em PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, (2009, p. 10-11).

Para construir uma cartografia em um processo coletivo, precisa-se primeiro estabelecer seu objetivo (ou sua função). Na cartografia não-método muitos caminhos podem ser tomados. Se baseada em levantamento dos dados e na construção de uma imagem, seja como mapa, diagrama ou cartografia propriamente ditos, o que a cartografia como não método não quer deixar fechada é a relação entre objetividade e subjetividade do processo. Portanto a cartografia vale como processo, e não pela objetividade de uma imagem a ser criada. Apresentar algo, portanto, não necessariamente é a parte central de um processo cartográfico, mas sim expor a relação com os processos de subjetivação que se agenciam, com as lutas, as militâncias, a agitação de um campo do desejo junto à produção de conhecimento, por fora dos diversos bloqueios que vivemos no dia a dia.

Faz parte do não-método da cartografia incorporar o processo de investigação como parte da pesquisa ela mesma, observar os efeitos que acontecem já no processo da pesquisa. Por exemplo, mesmo que uma pesquisa cartográfica trabalhe com dados já coletados em pesquisas institucionais ou disponíveis na mídia, a investigação pode incorporar aportes dos próprios participantes-cartógrafos na significação dessa informação (o mesmo vale para os agenciamentos futuros dessa cartografia). Os dados que compõem uma cartografia podem ser coletados entre aqueles que a realizam, a partir de suas experiências de vida, de seus vocabulários e de suas lutas (RIBAS et al, 2014). A cartografia como não-método quer envolver aqueles que seriam tomados como "objetos" de pesquisa, o que a liga a experimentos da socioanálise e da análise institucional [11]. Por isso Guattari fala em "micro-agenciamentos analítico militantes" (GUATTARI, 1987, p. 67), ou na "participação de modelos de construção de suas próprias vidas" (GUATTARI, 2009, p. 173). Nesse sentido, na prática da cartografia, o que está em jogo são os processos de subjetivação incorrendo por meio da própria feitura da cartografia. A cartografia na sua processualidade e como não-método procura ser constitutiva dos próprios cartógrafos-pesquisadores, visto que a cartografia induz uma quebra na dicotomia pesquisador-pesquisado. O trabalho da dupla Iconoclasistas, por exemplo, acontece de maneira a, ao mesmo tempo, compartilhar uma metodologia e empoderar lutas locais na América Latina e *alhures*. [12]

[11] Refiro-me aqui ao trabalho de René Lourau, que muito influenciou as cartografias esquizoanalíticas no contexto acadêmico brasileiro.

[12] Um trabalhos da dupla Iconoclasistas é referência para essa espécie de metodologia que descrevo aqui, um o "Manual de Mapeo Colectivo", 2013 (http://desarquivo.org/node/1679).



A complexidade como conceito serve aqui para, mais uma vez, aportar um mundo que não é simples (mundo complexo dos fluxos do capital e do poder), e ao mesmo tempo assumir a potência do desenho de tais forças, fazendo com que o "investigar" e o "fazer o mundo" se aproximem, se intersectem. A cartografia de complexidade permite colocar em prática um *conhecer* e um *reivindicar* o mundo que não passa apenas pela representação dele, mas pela criação dele, pela criação de novas formas de apresentação. Ou seja, a cartografia de complexidade permite observar os diversos modos de semiotização em curso, e interferir nesses modos de semiotização.

A pesquisa, a implicação (conceito que vem da socioanálise) e a criação colocadas juntas produzem muitos efeitos: sacodem a criação subsumida pelas leis da economia criativa; sacodem o mercado da produção do conhecimento e seus imediatismos; se opõem a certo poder da ciência moderna (e talvez certa preguiça), que procurava simplificar os processos em sistemas, em modelos, limpos de seus movimentos nomádicos, erráticos; e, por último, trabalham em favor de subjetividades transversalistas, a partir de encontros reais, contingenciais, e da criação e proliferação semióticas relativas ao processo. Ao aportar a noção de complexidade abrimos caminho, portanto, para pensar também a singularidade, desde os modos de singularização relacionados às individualidades, como às diversas coletividades a partir das quais nos constituímos enquanto tal.

Img. 3 Cronología colectiva de las luchas e los movimientos de los últimos 30 años. Iconoclasistas

Capitalismo cognitivo

Não sei se a complexidade se opõe à ideia de simplicidade. São regimes diferentes, pode-se dizer. Um não antecipa o outro. Nem pressupõe. Se temos uma ou mais linhas traçadas em um papel e uma quantidade x de informações conectadas por essas linhas diagramadas, temos uma cartografia que, apesar de parecer simples, pode ser de razão complexa. Parece então que uma cartografia ou um diagrama podem ser simples, mas tratarem de uma complexidade tal que possamos ir lendo neles níveis de imbricação de relações e fluxos, materiais e imateriais, visíveis e invisíveis, conhecidos e desconhecidos. Eles operam em "mão dupla" (ou mais de uma "mão"), porque fluxos podem não ter "pontos finais" claros e podem indicar, ao invés de "finalidades", "conexões". Podem, talvez, indicar um sistema de rebatimento infinito? Imagine se cortarmos um fluxo, o que é que vamos encontrar no escrutínio da matéria daquele fluxo, que tipos de *currency*, elementos, signos, valores, sujeitos, pedaços, sobreviventes... Fluxos, ainda que "achatados" numa imagem de cartografia, também podem ser vistos em sua tridimensionalidade, na sua espessura. Evitando a ideia de que há uma oposição entre simplicidade e complexidade, podemos encontrar uma "função complexa".

Isso pode ser visto, na cartografia "Complexo do Self", da dupla Bureau D'Études, citada anteriormente, e em diversas outras cartografias de fluxos econômicos e de poder no capitalismo contemporâneo feitos pela mesma dupla. No Brasil, o projeto Proprietários do Brasil [13] tem uma empreitada semelhante, abrindo as contas de grandes empresas brasileiras e de seus fluxos econômicos.

[13] Proprietários do Brasil (www.proprietariosdobrasil.org.br/).

O dia a dia é tomado por uma série de ações aparentemente simples que escondem diversas redes, de subjetividades a economias (o lucro invisível, o trabalhador invisível). A velocidade das vidas no dia a dia solicita um apagamento das marcas pessoais, das identidades e das singularidades. Na espessura dos fluxos invisíveis e desconhecidos, um sujeito pode estar de maneira tal implicado tão desconfortavelmente, que pode não encontrar as maneiras de se soltar dessa trama, dessa espessura. Fluxos na era do capitalismo contemporâneo possuem processos de codificação que neutralizam e naturalizam modos de existência e reprodução, levando a repetições e automatismos. O valor capitalista como modo não de vida, mas de sobrevivência, nos engole num *thick flow*, num fluxo espesso.

Olho o boleto impresso termicamente que seguro em minhas mãos ao retirar o extrato do banco, olho o recorte da embalagem do sanduíche que eu comprei, olho para meus sapatos que acredito serem "meus",

olho o sensor de presença que acende a luz na calçada de noite, olho o movimento do metrô e como entramos e saímos dele (há técnicas corporais que aprendemos no dia a dia). Tantas ações automatizadas antes mesmo que eu faça algo, tantos efeitos respondem aos meus movimentos, tantos sistemas produtivos em ação para que o valor (do capital) esteja correndo solto naquele fluxo espesso.

Segundo Franco Bifo Berardi, em *The uprising: on poerty and finance (O levante: sobre poesia e finança)* (2012), o que muda a partir do final da década de 70 na economia é a relação entre tempo e valor. Ou seja, há uma perda de relação direta (não por acaso, por escolha!), ou material, entre tempo de trabalho e valoração. Isso significou uma mudança na forma de agregar valor ao que é produzido, ew da mesma forma ao lucro sobre a produção. A des-relação direta entre tempo de produção e produto (o que não significa o desaparecimento do trabalho por hora!), em que o trabalho já não é físico, muscular ou industrial, aumenta o contraste entre *coisas materiais e signo*, sendo o signo, para Berardi, aquilo que mais se produz na atualidade. O signo adquire mais valor do que a matéria emesma, caracterizando produção como "essencialmente semiótica". O capitalista não se preocupa se está produzindo frangos, livros ou carros, escreve Berardi. "O que é importante para o capitalista é produzir lucro!" (BERARDI, 2012).

Destruição de um mundo

Quando o referente é cancelado, quando o lucro é feito possível pela mera circulação de dinheiro, a produção de carros, livros e pão se tornam supérfluos. A acumulação de valor abstrato é feita possível pela sujeição de seres humanos ao débito, através da depredação de recursos existentes. Berardi chama isso de "destruição do mundo real", que começa com a emancipação da valorização da produção de coisas úteis, e da auto-replicação sempre crescente de valores no campo financeiro.

Segundo Bifo, a primeira fase do capitalismo seria a da desracionalização entre a medida e a valoração. A segunda fase, ou uma fase moderna tardia, acontece quando a informação entra junto aos fluxos do capital, o que Bifo chama de "abstração digital". Nessa fase, há um aumento significativo do intercâmbio produtivo entre "máquinas informacionais" porque elas tomam o lugar dos corpos dos trabalhadores, ou seja, máquinas em lugar de corpos vivos. Nessa fase tardia ele diz que os corpos foram "cancelados" do campo da comunicação direta ou conjuntiva e estão separados, ou "conectados" por informação. Nesse ponto ele vê uma "reversão" maior, o que eu chamaria de uma "perversão" do capital.

A emancipação do valor do referente leva à destruição do mundo existente. Berardi insiste em dizer que o que se chama de "crise financeira", que não é de maneira alguma uma crise, é uma maneira de conduzir o movimento e a vida do capital ele mesmo. O que quer dizer diretamente: a produção da escassez para alguns acontece enquanto outros vivem em abundância e quer dizer a produção de austeridade, com a perda de direitos básicos, inclusive de acesso ao capital ele mesmo.

Quando Berardi fala de uma destruição do mundo, ele fala também no sentido das relações sociais existentes. Ele ressalta que no capitalismo financeiro a violência se torna uma forma de controle. A violência é colocada como forma de opressão direta dos corpos dos trabalhadores e trabalhadoras. (Berardi se refere ao ciclo de manifestações globais a partir da crise de 2008, mas também à violência sobre os processos vitais, à segmentarização da vida em detrimento do trabalho, e à perda de relações afetivas comunitárias acarretando na impossibilidade da constituição redes de solidarização.)

Então, no caminho do aumento da abstração, e do endividamento tomando conta dos processos vitais, ele identifica um aumento da informação que leva à produção de menos significado. Ou seja, há uma maior quantidade de signos circulando, mas eles têm menos referentes reais do que nunca. Alienação extrema. O aumento da circulação de signos sem sentido e o modo da circulação provocam a eliminação do significado e do sentido, gera um sem número de ações vazias, atuadas por sujeitos concretos vazios de singularidade.

O esvaziamento dos signos e o aumento da circulação de signos sem sentido me faz pensar também na perda de sentido de diversas práticas, de diversas ações, ao tentarmos deter em nossas mãos o sentido da produtividade do que fazemos, seja na arte, seja na clínica, seja na academia, seja na militância, seja na política.

Recomposição do mundo

A cartografia de complexidade tem a tarefa de trabalhar na decodificação dos fluxos visíveis e invisíveis do capital, de modo a entender o que caracteriza o capital hoje. E também tem o desafio de recompor um mundo, um mundo de lutas, de resistências, que proliferam para além do binarismo de um mundo a contrapor. Vai se tornando cada vez mais árduo o trabalho daqueles que procuram a resistência aos modelos majoritários ou a análise da relação cada vez mais intrínseca entre vida e capital, entre capital e estado (expresso nas

mentalidades neoliberais que assumem o poder), e os diversos modos de semiotização que se produzem nessa trama. Assim se imprimem modos de vida, direitos, exclusões, criminalizações, obrigações, e por outro lado privilégios, lucros, finos tratos, hierarquias, etc. Tomando a complexidade como ferramenta de estudo do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, de resistência, podemos perceber como o capitalismo avançou e complexificou as linhas, migrações, passagens, sobrecodificando e co-produzindo a vida, e como é inerente à própria vida uma organização rizomática que é, por sua vez, perseguida e significada pelo capitalismo.

A complexidade pode ser um aparato conceitual para definir o modo de operar da economia na era mais "avançada" do capitalismo contemporâneo[14], que se cola aos fluxos vitais, aliando-se à própria produção do desejo. O capital, contudo, exaure o desejo. O desejo se subsume aos processos de valoração do capital. As conexões ou os "componentes de passagem do desejo humano" são esvaziadas, as "intensidades de desejo são esvaziadas de sua substância", reduzidas e rearranjadas com normas dominantes e redundâncias (GUATTARI, 2011, p. 156-157). Não por acaso, o trabalho da construção da complexidade surge no momento em que são provocados muitos cruzamentos entre modos de organização social, entre campos do saber como resposta aos esquemas modernos, no momento em que o estruturalismo como forma de constituição do mundo precisava ser decomposto, e outras formas mais rizomáticas precisavam assumir seu espaço.

Lembro aqui novamente daquela ressalva: a variabilidade infinita da vida é também a destruição dos sistemas vigentes. Essa destruição, contudo, não é a destruição de que fala Berardi (destruição do mundo real, das conexões reais, da natureza-mundo). A destruição necessária e à qual me refiro na ressalva é a dos mundos alienantes, destruição que chama outros modos de composição. Assim é proposto, por exemplo, que os microagenciamentos sejam intervenções, ou atravessamentos, nos macroagenciamentos. Que a molecuralidade seja uma força que opera de outra maneira, diferente da majoritária molaridade. No intento de se desemaranhar das forças majoritárias patriarcais, fascistóides, morais e tecnicistas, é preciso redimensionar os fluxos vitais a partir dos agenciamentos de dimensão local, contingencial, relacional. É nesse sentido Guattari e Suely Rolnik concebem a molecularidade. Porém, diz Guattari, os "componentes de subjetivação e conscientização que resultam de modos de semiotização heterogêneos nunca surgem a partir de uma substância significante vis à vis com um conteúdo e matéria universais" (GUATTARI, 2011, p. 157). Como desenvolve Guattari sobre a "significação do mundo e o sentido do desejo", assim que "solicitamos quebrar com a redundância das significações dominantes, isso requer que aumentemos a variedade de nossos recursos semióticos" (GUATTARI, 2011, p. 156).

[14] Tenho encontrado alguns artigos que usam a expressão "capitalismo avançado". Talvez não seja este o desejo, mas para mim essa definição parece corroborar com uma compreensão do capitalismo como um modo de produção de sucesso. O capitalismo como modo de produção é pleno de "insucessos".

Assim a cartografia de complexidade pode servir para reverter fluxo das significações, retomar o trabalho dos signos, produzindo novos signos que estão atentos, contudo, a uma composição do mundo mais complexa, mais variada, menos linguística e menos hierarquizada que aquelas no regime estrutural, moral, ritmado por ritornelos automatizados. A cartografia de complexidade pode, por sua vez, trabalhar a singularização e a politização dos signos a partir de uma sensibilidade caósmica (no limite entre mundos, no limite entre o finito e o infinito do mundo, no limite entre o eu e o mundo, e mais...), de maneira a fazer entender o que nos toma hoje, como vivemos nossos próprios fluxos produtivos, e não só de que espaços e modos de significação precisamos escapar, mas que mundos e modos de semiotização precisamos destruir. A luta por visualizar, relacionar e apresentar é também por destruir, recompor e criar novos fluxos.

Volto para aquela minha pergunta formulada anteriormente: de que maneira a cartografia é provocadora de processos de singularização ao mesmo tempo em que provoca uma análise crítica de um sistema econômico e político que é necessário enfrentar? A cartografia – referenciando às cartografias esquizoanalíticas – pode se apropriar de um certo materialismo (a cartografia esquizoanalítica como psiquiatria materialista). Trata-se de uma dimensão de análise do desejo, de seus movimentos, considerando que eles são produzidos socialmente, e, portanto, não isoláveis num sujeito concreto (ainda que seja possível analisar um sujeito concreto para encontrar a dimensão coletiva dos agenciamentos do desejo). Gregório Baremblitt, psicanalista, responsável pelo desenvolvimento da técnica do esquizodrama escreve, sobre a esquizoanálise:

> *Tais estudos são imanentes aos atos e ações revolucionárias e inventivas, que os exigem para assim poder "desmontar" o que inibe, distorce ou impede a produção, escapar desses limites e deflagrar o novo a serviço da diversidade infinita da Vida, contra toda forma de exploração, dominação e mistificação.*
>
> *(BAREMBLITT, 2013, p. 124)*

Trabalhar a cartografia de complexidade como conceito para pensar os processos de composição das lutas, das singularidades e do mundo pode se dar a partir de uma dimensão político-clínica, em que podemos "desmontar" aquilo que nos bloqueia, em que podemos destruir aqueles modos de semiotização que não nos servem.

Ocorre-me que uma das maneiras de se pensar a funcionalização dessas não-metodologias, da cartografia de complexidade, por exemplo, é estabelecer relações pragmáticas com a produção do comum – o comum das lutas, o comum da criação, o comum dos recursos e dos saberes – como a grande parte das cartografias de complexidade contemporâneas fazem.

As cartografias esquizoanalíticas, como saber comum a ser colocado em prática, trabalham de maneira a encontrar pontos de "perfuração", de corte, de virar do avesso – por meio de processos de análise, de transversalização, de criação. Na perspectiva do comum, a cartografia da complexidade deseja ir provocando bifurcações a partir dos atritos das representações e apresentações do mundo. A produção de uma cartografia de complexidade é a construção de signos junto da construção de mundos, em que não estamos isolados ou imersos num caos (possivelmente imobilizador), em que buscamos "ordenamentos" temporários e singulares no caos ou tomamos parte em diversas complexidades. Nos movemos por ali, e por aqui, e por ali...

A recomposição do mundo por meio de destruições não é, portanto, a construção de um todo homogêneo, mas um todo diverso, repleto de singularidades. A cartografia de complexidades se cola às novas semiotizações que se desenvolvem junto da vida, dos caminhos da vida, da ética das lutas, da construção de territórios e sentidos não fixados, pois multiplicam mais as linhas das cartografias dadas, e apagam, ao mesmo tempo, outras linhas. Nosso traçado vai construindo, inevitavelmente, por imprevistos, e dessa forma é provável que produzamos peças inacabadas, protótipos, pistas, rascunhos, diagramas, o que eu chamaria agora de exercícios de singularização na complexidade do mundo. Isso significa a produção de cartografias não totais, mas estratégicas, cartografias que trabalham junto dos processos de subjetivação. E cartografias que se complementam naquele trabalho exaustivo de resistência.

É evidente que algo complexo pode ser difícil. A complexidade é uma palavra que me faz pensar nas equações de química que eu não conseguia resolver na época da escola (visualmente não muito diferentes para meus olhos de alguns diagramas contemporâneos, que desafiam meus olhos astigmáticos e minha dislexia). Ao pensar a composição do mundo no plano de uma complexidade é preciso assumir que não é fácil se mover no mundo. Diante desse impasse, dessa possível dificuldade e imobilidade, inventar caminhos, inventar bifurcações, discernibilizar inventando novos signos pode ser um modo de habitar essa complexidade.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregório.**Dez proposições descartáveis acerca do esquizodrama**. Disponível em: http://www.fgbbh.org.br/artigos/dez_proposicoes.htm. Acesso em 10/2014.

BARROS, Regina Benevides de; PASSOS, Eduardo. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: ESCOSSIA, L. KASTRUP, V. Kastrup; PASSOS E. (orgs.) **Pistas para o método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BERARDI, Franco (Bifo). **The uprising. On poetry and finance**. Los Angeles/London: Semiotext(e)/MIT Press, 2012.

GALLI, Tania Maria Fonseca; COSTA, e Luiz Arthur CostRa. **Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade**. InEm: Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology – 2008, vol. 42, num. 3, pp. 513-519.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix.**The machinic unconscious: essays on schizoanalysis.** Cambridge, Massachusetts, London, England: The MIT Press and Semiotext(e), 2011.

GUATTARI, Félix. **Schizoanalytic cartographies**. London, New York: Bloomsbury Academic, 2013.

GUATTARI, Félix; LOTRIGER, Silviane (orgs.). **Soft subversions: texts and interviews 1977-1985**. Los Angeles: Semiotext(e), 2009.

HUR, D. U.; VIANA, D. A. **Práticas grupais e esquizoanálise: cartografia, oficina e esquizodrama**. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 68, 2016.

KASTRUP, Virgínia. **A cognição contemporânea e a aprendizagem inventiva**. In: KASTRUP, V.; PASSOS, E. e TEDESCO, S. Políticas da cognição. Porto Alegre: Sulina, 2008. P. 93-112.

PASSOS, Eduardo. **Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade**. 2003. Disponível em www.slab.uff.br/index.php/producao/8-textos/46-eduardopassostextos. Acessado 28/09/2014.

PELBART, Peter Pál., **O avesso do niilismo: c – Cartografias do esgotamento. / Cartography of Exhaustion: Nihilism inside out.** São Paulo, /Helsinki: n-1 Edições, 2013.

RIBAS, Cristina. **Vocabulários interseccionando: uma transversal no Brasil entre Junhos disruptivos.** Revista Mesa, 2015. Disponível em: http://institutomesa.org/RevistaMesa_2/vocabularios-interseccionando/.

RIBAS, Cristina et al. **Vocabulário político para processos estéticos**., Recife/Rio de Janeiro: Editora Aplicação, 2014.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre, RS: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

*Cristina Ribas: Doutoranda em Artes no Goldsmiths College University of London, sob a orientação de Susan Kelly. Mestre em Processos Artísticos Contemporâneos pelo Instituto de Artes da UERJ. Procura provocar articulações entre práticas artísticas, produção de conhecimento, memória, história, arquivos, a partir de práticas micropolíticas. Desenvolve a plataforma Desarquivo.org. Faz parte da rede Conceptualismos del Sur. Em 2014 “catalisou” junto a um grande grupo o projeto e livro *Vocabulário político para processos estéticos*.



RELATO DE ATIVIDADE: MAPA SUBVERSIVO E PRODUÇÃO COLABORATIVA NO JUVENTUDE OKUPA A CIDADE

SUBVERSIVE MAPPING AND COLLABORATIVE PRODUCTION IN YOUTH OCCUPYING THE CITY

*Michel Montandon de Oliveira**

Resumo

Este relato de atividade versa sobre a criação de um mapa subversivo da região metropolitana de Belo Horizonte por meio da colaboração de agentes jovens que participaram do 5º evento a Juventude Okupa a Cidade. A prática se ampara na metodologia dos processos educomunicativos e dialoga com as teorias sobre linguagem, de Bakhtin, e de juventude, de Dayrell e Carrano. O resultado da ação é um mosaico formado por diversos gêneros linguísticos próprios da juventude, como o pixo e o grafite, que nos apresentam uma visão social, política e cultural de parte da juventude urbana.

Palavras-chave: *mapa subversivo; produção colaborativa; juventudes urbanas.*

Abstract

This speech reports the creation of a subversive map of the metropolitan region of Belo Horizonte through the collaboration of young agents who participated in the 5th event Youth Okupa City. The practice is sustained by the methodology of media education, and also dialogues with the theories of language, by Bakhtin, and youth, by Dayrell and Carrano. The result of the action is a mosaic made up of several linguistic genres characteristic of Brazilian youth, as pixo and graffiti, and help building a social, political and cultural vision from a small part of urban youth.

Keywords: *subversive map; collaborative production; urban youth.*

"(...) Bata logo essa chapa/Instagram pra denunciar/Lhe lasco a Tag na testa/E Hashtag pra acompanhar/Um bomb e um trauape/Da ponte, de lá pra cá/Do que contra este cinza/Que a Kombi mandou buscar/ Nem ministro ou a presidenta/Com a cena vão concordar/Chega a dar vergonha alheia/Mapeia de se rasgar/Coloquei a melhor roupa/E as criança mandei chamar/Não me deixa comer cinza/Que a Kombi mandou buscar (...)"

(DOUM – CRIOLO)

A região metropolitana de Belo Horizonte [1] engloba 34 municípios e aproximadamente 9.460 quilômetros quadrados. Vivem, convivem, sobrevivem nessa área aproximadamente cinco milhões de pessoas, sendo, assim, uma das grandes conurbações da atualidade. O território, representado muitas vezes em mapas escolares utilizando-se de elementos estéticos primários – traços, círculos, cores chapadas –, é na realidade uma sobreposição incontável de camadas que passam pela formação geológica, hídrica e atmosférica; a vida vegetal e animal; intervenções antrópicas; construções humanas de diversas sortes que, juntas, criam uma identidade singular a cada região. O ato de ir e vir das pessoas, o acesso ao trabalho e aos aparelhos públicos de transporte, saúde, educação, cultura são fluxos comuns às megalópoles, onde a população cria e recria seus modos de existência. O sentimento de pertencimento se dá na relação da população com o meio ambiente, "o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (SANTOS, 2000, p. 96). As ruas, avenidas, viadutos, são padrões típicos das grandes cidades, sendo destinados à circulação de pessoas e de bens de consumo, são artérias abertas da construção da pólis. O imaginário urbano se forma e transforma a partir da interação constante entre todos esses elementos.

Fazer política além das fronteiras: era este o desafio proposto para o 5º Juventude Okupa a Cidade – evento realizado pelo Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte, organização criada em 2004 e formada por uma rede de grupos, movimentos, entidades e ativistas que atuam na mobilização de jovens em torno da construção de políticas públicas inclusivas e democráticas (FÓRUM DAS JUVENTUDES, 2016). Entre as instituições responsáveis pelo Fórum estão: Associação Imagem Comunitária, Bloco das Pretas, Brigadas Populares, Coletivo Cabeçativa, Coletivo Na Raça, Conexão Periférica, Internet sem Fronteiras – Brasil, Instituto Tucum, Observatório da Juventude da UFMG, Oficina de Imagens.

O quinto evento a Juventude Okupa a Cidade estava marcado para abril de 2014. As ondas difusas das jornadas insurgentes de junho de 2013 e a aproximação da data da Copa do Mundo de 2014 reverberavam no imaginário sociopolítico do país. A proposta dos organizadores do Okupa era trazer o máximo de agentes jovens de Belo Horizonte, principalmente das cidades satélites, para discutir e propor políticas para a juventude periférica urbana em um evento que englobaria intervenções artísticas, shows, saraus e uma aula aberta sobre o recém-lançado Estatuto da Juventude, lei que garante os direitos da população jovem no país e que entrou em vigor no dia 2 de fevereiro de 2014. O local seria uma antiga fábrica de tecidos transformada em centro cultural localizada no centro geográfico da cidade.

O Portal Emdiálogo [2], braço do Observatório da Juventude, programa de pesquisa, ensino e extensão da faculdade de educação da UFMG, já havia firmado parceria com o Fórum nas edições anteriores. Na ocasião, fomos convidados a produzir uma intervenção colaborativa nos parâmetros do tema do evento. Foram realizadas três reuniões prévias, na sede da Associação Imagem Comunitária, para a definição de nossa proposta de participação. A partir da definição do tema, "fazendo política além dos limites", optamos por criar um mapa subversivo e colaborativo da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no qual todos os participantes do evento pudessem deixar sua marca, *tag* [3], recado, poesia, manifesto, ilustração.

Para a confecção do mapa, foram utilizadas folhas de papelão ondulado – aproveitadas de caixas de eletrodomésticos. O material foi tratado com três demãos de tinta acrílica branca. Depois de seco, utilizamos

[1] Dados Vetoriais RMBH (PBH). Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/rmbh-e-colar-metropolitano/>. Acesso em: 26 jul. 2016.

[2] Equipe Emdiálogo do primeiro semestre de 2014 – Shirlei Sales (coordenação), Michel Montandon (coordenação adjunta), Aline Ferreira, Guilherme Lacerda, Helen Cristina do Carmo, Henrique Cosenza, Lucas Coimbra, Luiza Alcântara, Marilda Fernandes, Priscilha de Oliveira e Roberto Cotta (bolsistas).

[3] Do inglês "etiqueta". Segundo o dicionário do Hip Hop "la más simples de las expresiones gráficas procedentes de Nueva York, su estilo va, desde la extrema sencillez hasta lo ilegible". Disponível em: <http://www.rimador.net/vocabulario-hip-hop.php>. Acesso em: 26 jul. 2016.



Img. 1 Mapa no início do evento com detalhe do material fornecido. Fonte: CC BY-SA. | Foto: upslon

um *datashow*, em uma sala escura, para projetar o mapa da RMBH (retirado do Google Maps) para desenharmos, por aproximação, as principais vias de acesso rodoviário, ferroviário e cursos-d'água da região. O acabamento foi feito com canetas de tinta, tipo marcadores, de diversas cores, resultando nove placas de aproximadamente 1 × 1,20 metro, cada uma, que formavam um mapa de 3 × 3,60 metros. As cidades foram identificadas com um ícone em forma de gota, muito utilizados em *softwares* de geoprocessamento. A ideia era que os participantes da atividade pudessem reconhecer e identificar a região de onde vieram e, a partir daí, interferir livremente na superfície. Andar, escrever, desenhar, colar, pichar e grafitar sobre o mapa eram possibilidades da atividade. Nossa equipe forneceu canetas hidrocor e lápis de cera para todos os participantes, vale lembrar que muitos jovens traziam consigo *kits* de intervenção.

De forma esquemática, foram representadas 16 cidades da região metropolitana e a capital, que ocupa o centro do mapa, as principais vias de acesso rodoviário e ferroviário, assim como os principais cursos-d'agua que compõem a geografia da região. Acompanhando o conceito-chave do evento, não foram delimitadas as fronteiras entre os municípios, desse modo o público poderia ter noção das distâncias aproximadas, dos muros imaginários, dos abismos sociais que separam uma cidade da outra. A região central da cidade de Belo Horizonte, delimitada pelo traçado circular da Avenida do Contorno, pode ser facilmente identificada no centro geográfico do mapa. Essa região, planejada nas linhas dos engenheiros no final do século XIX para ser o



Img. 2 Interação e detalhe do mapa. Fonte: CC BY-SA. | Foto: upslon

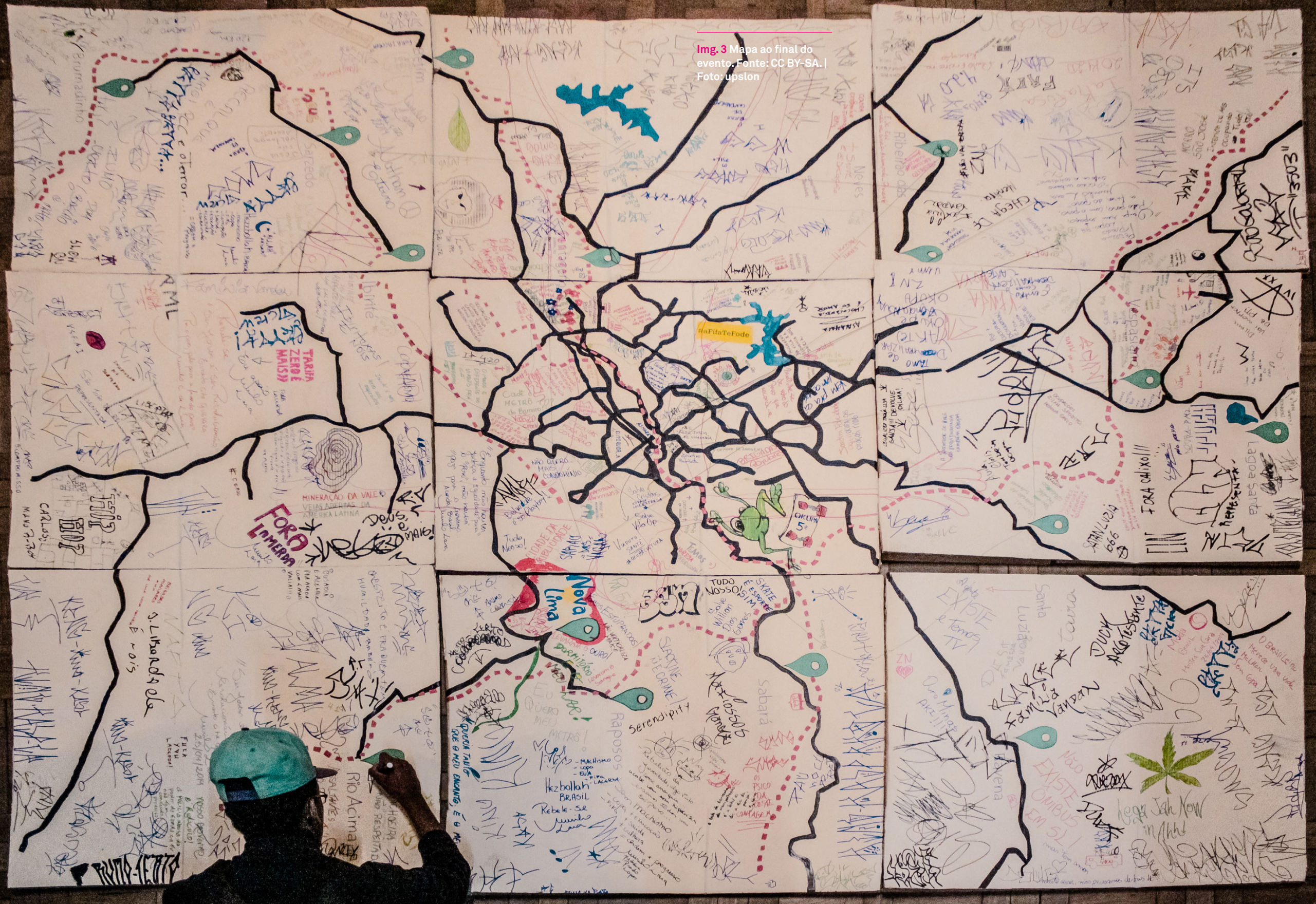
limite da cidade, ainda hoje abriga a maioria dos aparelhos públicos de saúde, lazer e cultura.

Cartografias colaborativas, criações subversivas

O termo cartografia subversiva está ligado ao processo de apropriação crítica e ressignificação de modelos cartográficos padrões, hegemônicos e predominantes (SEEMAN, 2012, p. 140). Para o mesmo autor, essa abordagem não precisa ter necessariamente precisão matemática ou geológica e está mais ligada a uma reconstrução sociocultural, poética ou artística de um espaço físico em algum meio. Os mapas e suas diversas utilidades não estão desatrelados de uma função política ideológica, pois ao longo da história a cartografia foi utilizada com fins militares e de dominação de territórios, "a conquista e organização dos espaços se tornou parte integrante do projeto de modernidade" (FRANCO, 2012, p. 118). Na visão de Franco, a utilização da cartografia subversiva como ferramenta pedagógica deve ser vista como um processo contínuo, de construção dialógica, aliado a parâmetros como modos de representação, métodos de produção, experimentação de linguagens e momentos que delimitem o contexto da produção (FRANCO, 2012, p. 146).

A dimensão pedagógica e colaborativa da construção do mapa se amparou na metodologia da educomunicação. Os processos educomunicativos têm como objetivo integrar as práticas educativas ao estudo sistemático dos sistemas de comunicação (SOARES, 2011, p. 17) e propiciar ambientes lúdicos e dialógicos para a (re)criação e (re) significação dos ecossistemas comunicativos. Na atividade do mapa, procuramos criar um ambiente propício às manifestações de diferentes ideias, levando-se em conta a multiplicidade cultural e semiótica das juventudes urbanas e as formas pelas quais elas se comunicam (ROJO; HELENA, 2012, p. 13).

Os campos da comunicação humana são mediados pela linguagem, sejam eles políticos, culturais, artísticos. As formas de utilização da linguagem se dão por meio de enunciados, os quais, por sua vez, estão ligados a infinitas formas estilísticas que seriam os gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011, p. 261). Os gêneros do discurso refletem as individualidades, visões de mundo, singularidades e universalidades dos sujeitos. Sendo assim, os processos de construção das linguagens são fenômenos sociais, culturais, interacionais não estanques, moldados e hibridizados de acordo com as características de cada lugar. Dayrell e Carrano nos dizem que "os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados" (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 119). A linguagem escrita, do grafite, do pixo e sua dimensão simbólica e expressiva, tão



Img. 3 Mapa ao final do evento. Fonte: CC BY-SA. | Foto: upslon

características ao ambiente urbano brasileiro, podem ser considerados gêneros discursivos e formas legítimas de expressão juvenil, assim como a dança e a música (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 115).

O que está representado nos enunciados, por meio de grafismos, desenhos, intervenções em geral, reflete o modo de perceber de certos grupos da juventude urbana e periférica em relação à cidade. O dialogismo acontece na interação entre os diferentes enunciados impressos sobre o mapa. A tensão é inerente ao dialogismo, "cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados" (BAKHTIN, 2011, p. 297) e emerge nas manifestações, de cunho político-social, deixadas pelos jovens.

Na superfície do mapa, é possível identificar referências à cultura Hip Hop, como no traço das letras desenhadas e em algumas ilustrações. Nos enunciados, aparecem representações de alguns dos principais movimentos sociais atuantes na grande Belo Horizonte no momento da realização do evento, tais quais, "Tarifa Zero é Mais", "Cadê o metrô do Barreiro?" e "Ciclovias fora da Contorno", que tratam de questões relacionadas ao transporte público e mobilidade; "Fora Lamerda", "Fora Calixo" que questionam os poderes executivos das cidades de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, consecutivamente; "Não vai ter copa" e "#a Fifa te fode!" tratam das populações atingidas pela realização da Copa do Mundo de 2014; "Marcha da Maconha" discute a política de combate às drogas. Alguns espaços geográficos de importância sociopolítica foram também delimitados no mapa, como a mineração da Vale no Barreiro – "Veias abertas da América Latina"; ocupações urbanas como Dandara, Eliana Silva, Rosa Leão, Esperança, Vitória, Zilah Spósito, Nelson Mandela, Camilo Torres, Irmã Dorothy e William Rosa tiveram seus territórios marcados no mapa; também apareceram demarcações de espaços de manifestação cultural espontâneas da juventude, como o Viaduto de Santa Tereza, "#Okupacultura", "Sarau Vagau".

No momento da atividade, a apropriação por parte do público aconteceu com muita naturalidade. As principais surpresas dos participantes se davam pela dúvida se sua região de origem estaria de fato representada no mapa, uma vez que muitos consideravam morar bem longe dali.

Depoimento 1: *Moro numa quebrada muito longe daqui, vai ver que estou fora do mapa.*

Depoimento 2: *Vivemos em uma cidade dormitório, as pessoas trabalham em Belo Horizonte e passam a maior parte do tempo no ônibus.*

Depoimento 3: *Sinto-me mais próximo do centro de Belo Horizonte, apesar de morar em Contagem.*

No momento de localização por aproximação, utilizando as coordenadas geográficas e, como referência, as principais vias de acesso rodoviário ou ferroviário, muitos participantes ficaram surpresos com as dinâmicas da cidade, com as distâncias e proximidades. Eram comuns expressões de espanto diante da constatação do pequeno tamanho da Avenida do Contorno em relação a toda região metropolitana, por exemplo. Para outros, o estranhamento se deu ao perceber que o Lago Várzea das Flores, localizado também na região metropolitana, parecia ter um volume bem maior que a famosa Lagoa da Pampulha.



Img. 4 Plano geral do evento 5º Juventude Okupa a Cidade. Fonte: CC BY-SA. | Foto: upslon

Concluindo

O resultado do 5º Juventude Okupa a Cidade foi positivo e reverberou, e reverberará, por muito tempo. Centenas de jovens de diversas regiões de Belo Horizonte e da grande BH passaram pelo local para aprender, discutir, propor, atuar em prol de políticas públicas inclusivas no que tange ao direito dos jovens. O mapa subversivo realizado de forma colaborativa traçou um breve instantâneo de como parte dos jovens da RMBH se expressam e dialogam por meio da linguagem escrita e pictográfica, utilizando-se de signos linguísticos típicos às grandes metrópoles, muitas vezes atuando como suporte para mensagens de cunho social e político. Num breve recorte espacial e temporal, o local onde foi realizado o evento fica exatamente no centro geográfico da cidade e, por conseguinte, do mapa; durante algumas horas de uma noite de outono, os jovens foram estimulados a deixar sua marca na superfície do mapa.

O texto introdutório deste relato de experiência remete à música Doum, do rapper Criolo. A letra faz alusão a uma prática comum, de pretensão higienista, realizada pelo departamento de meio ambiente da cidade de São Paulo. A ação consiste em cobrir as pichações e grafites com tinta cinza, sendo que o critério do que deve ser mascarado ou não fica por conta dos próprios funcionários da prefeitura. Ao tentarmos construir um mapa subversivo da região metropolitana de Belo Horizonte por meio da colaboração dos mesmos jovens que muitas vezes escrevem e colorem os muros da cidade com sua arte, pretendíamos fazer exatamente o oposto do descrito na música, nosso objetivo era descortinar o cinza e deixar transbordar o que as canetas, sprays e rolos de tintas nos tentam revelar no diagrama da cidade. Do ponto de vista estético, temos uma peça que reflete, de certo modo, a imagem que utilizamos de modelo. O mapa espelha a visão de cidade dos jovens. Nos traços às vezes tortuosos, às vezes precisos, da juventude urbana, existem mensagens e discussões de cunho político, social, cultural; existem marcações de espaços de lutas que muitas vezes estão à margem da cartografia escolar tradicional e que dizem muito a respeito do modelo de governança que a cidade pratica. Um modelo que ouve pouco e criminaliza ou marginaliza determinados grupos e práticas.

REFERÊNCIAS

ARREGUY, Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** Regional Leste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. 58 p. : il. ; 21 cm. Produzido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/LesteCompleto.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega a escola. In: Dayrell, J. Carrano, Paulo. Maia, C. L. (Org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FÓRUM DAS JUVENTUDES DA GRANDE BH. **Quem somos**. Disponível em: <http://forumdasjuventudes.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FRANCO, Juliana de O. Rocha. Cartografias subversivas e geopoéticas. **Revista Geografares**, n. 12, p.114-137, jul. 2012.

LIMA, R. P. **Mídias comunitárias, juventude e cidadania**. Ed. revista e atualizada. Belo Horizonte: Autêntica/Associação Imagem Comunitária, 2006.

ROJO, R.; HELENA, R. Pedagogia dos multiletramentos. In: ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-31.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SEEMANN, Jörn. Subvertendo a Cartografia escolar no Brasil. **Revista Geografares**, n. 12, p.138-174, jul. 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio. Ismar de Oliveira Soares. São Paulo: Paulinas, 2011.

*Michel Montandon de Oliveira é servidor técnico do setor de editoração eletrônica da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ e coordenador do projeto de extensão VAN Educomunicativa. É mestre em Estudos de Linguagens pelo Cefet-MG (2014). Graduação em Comunicação Social pela PUC Minas (2001). Experiência na área de educação, com ênfase em comunicação, linguagem, tecnologia e sistemas adaptativos complexos. Experiência como articulador, atuando na tessitura de redes entre jovens estudantes e professores do ensino médio público.

Contato: michelmontandon@ufsj.edu.br



POR UMA CARTOGRAFIA NOTURNA: ESCREVER A HISTÓRIA DOS TERRITÓRIOS QUE NÃO CABEM NO MAPA

FOR A NOCTURNAL CARTOGRAPHY: WRITING THE STORY OF TERRITORIES THAT DON'T FIT ON THE MAP

*Philippe Urvoy**

Resumo

Desde o século XIX, uma ciência do espaço foi remanejando, incessamente, as paisagens urbanas e os territórios para racionalizá-los de acordo com as necessidades econômicas. O urbanismo surgiu no início de sua história como um discurso de verdade que, para poder modelar e uniformizar o espaço, tentou sistematicamente higienizá-lo, eliminando os elementos considerados indesejáveis, ora rejeitando as populações mais pobres para fora dos centros ora reduzindo ao silêncio outras formas de pensar e ocupar o espaço. No entanto, outras formas de vida urbana não pararam de emergir – entre as linhas do desenho planejado – reocupando os espaços vazios logo após cada reintegração de posse. Desde essa época, a cidade é o palco de conflitos e lutas tendo por objeto diversas formas de ocupar o espaço e se relacionar com o território. No entanto, a cartografia moderna, que se impôs como modo oficial de representação espacial nunca procurou evidenciar tais conflitos e contradições, preferindo buscar – seguindo os preceitos do urbanismo – uma homogeneização e simplificação do espaço. Inspirando-se em experiências recentes em termo da produção coletiva do conhecimento, segundo a ideia da copesquisa, o presente texto interroga a possibilidade de uma cartografia, escrita a varias mãos, capaz de delinear a história desta dimensão política do espaço, esta outra urbanidade, silenciada, sistematicamente rejeitada nos cantos de sombra do mapa.

Palavras-chave: *Cartografia; história urbana; conflitos sociais; copesquisa.*

Abstract

Since the 19th century, a science has been constantly rationalizing urban landscapes and territories in accordance to economic demands. The urbanism was born, at this time, as a speech of truth which, in order to shape and standardize the space, had tried to sanitize it at any cost, removing the elements that were considered undesirables. Amongst these elements, the poorest inhabitants were evicted out of the central areas, divergent ways of thinking and occupying the space were silenced. Nevertheless, alternative forms of social urban life never cease to emerge between the lines of the master plan, filling the vacuum left in urban spaces after each evictions. As such, cities remain a place of permanent conflict and struggle around different visions of spatial occupation and relationship with the territory. There conflicts and contradictions, however, are overlooked in modern cartography, the official way of spatial representation, instead looking at how to render the space more homogenous, in line with the ideal of urbanism. Drawing on recent experiences of collective production of knowledge and the idea of co research, this articles discusses the possibility of a multi authored cartography, which could underline the political dimension of space, as well as the other urbanity, silenced and systematically rejected to the hidden corners of the map.

Keywords: *Cartography; urban history; social conflicts; co-research.*

28 de março de 1871. As ruas de Paris “cheiram a miséria” como dizia a canção. Mas, nos últimos dias, a miséria ganhou um cheiro de esperança. A determinação do povo expulsou o exército oficial da cidade, após ter recusado de entregar as armas diante do invasor Prussiano, cujas tropas cercam parte da cidade. As ruas são cobertas de barricadas, as paredes de cartazes espalhados pelos comitês de bairros. Gritos alegres ecoam: “Viva a Comuna!”. As cantinas populares abrem suas portas, nos bairros, para alimentar o povo esfomeado e sem recursos. A Delegação dos Artistas decide abrir os museus e jardins, gratuitamente, a toda população. Enquanto a maior parte da Paris popular não reconhece mais o Estado e o governo, que fugiu para Versalhes , o bairro se torna, aos poucos, a escala de organização de um mundo em construção, onde a política está nas mãos de todas e todos, em todo lugar e em toda hora.

Enquanto as bombas estouram às portas da cidade, diante da dupla ameaça do exército Prussiano e das Tropas fiéis ao governo, a vida ferve nos becos da velho Paris. Em vez de se organizar para ir marchar sob Versailles, os *communards* optam por organizar as defesas da cidade e parecem concentrar os esforços em retomar em suas mãos a organização dos bairros, a organização do tempo – outrora roubado por vidas sofridas de trabalho ininterrupto – reinventar suas vidas, coletivamente, aqui e agora. Durante algumas semanas, as parisienses e os parisienses inventam e articulam em uma das maiores capitais do mundo as linhas de um território novo, único, na história e na geografia. Cerca de um século depois, Guy Debord e os situacionistas dirão que a maior vitória da Comuna de Paris foi de ter sido uma Revolução que procurou transformar a vida sem reconstruir uma burocracia, sem reproduzir o Estado. À visão imperial de um poder autoritário e centralizador, estendido sobre amplo território geográfico – tal como sonhado pelo Segundo Império de Bonaparte e tantos outros – a Comuna opôs uma gestão popular, espalhada no território urbano, voltada para escala local e articulada em uma rede de comitês de bairros.

Quando a Comuna será massacrada, e que as transformações e o processo de emburguesamento de Paris serão retomados – perseguindo o projeto começado pelas obras do Hausmann durante o Segundo Império – Paris voltará a ser a grande cidade burguesa, ordeira e industrial sonhada pelo Imperador. A efervescência dos debates inflamados que ecoavam nas ruas deste grande laboratório social será substituída pelo barulho das botas sobre os “passeios ensenguantados”.

Apenas 26 anos depois, no início de outubro de 1897, do outro lado do

mundo, o exército brasileiro terá que realizar diversas ofensivas para conseguir, a duras penas, vencer a resistência do pequeno vilarejo de Canudos, comunidade composta de ex-escravos e camponeses sem terras que tinham se estabelecido, sob a inspiração do profeta milenarista Antonio Conselheiro, no meio do sertão bahiano. Canudos tinha se auto-declarado território livre da autoridade do Estado, funcionando de forma autônoma em termos de economia, segundo um princípio coletivista. A relativa proximidade histórica destes dois massacres, em dois locais diferentes do mundo, não é totalmente fortuita. Quando as barricadas da Comuna ou as vielas de Canudos são destruídas pelos canhões, não são somente episódios da história que se encerram, são territórios abertos sobre diversos outros mundos possíveis que são reduzidos em pó, é uma passarela voltada para o porvir que é transformada em ruínas. E é sob estas ruínas que vai se construir, não somente a cidade do século XX, na qual grande parte de nós nascemos, mas também uma certa concepção moderna do espaço e do território que vai condicionar nosso modo de habitar até os dias de hoje.

Com um estilo bem menos elegante, pois ser filósofo não é para qualquer um, gostaríamos de imaginar que estes parágrafos poderiam evocar as primeiras linhas de um livro que o Michel Foucault nunca escreveu. Com efeito, um dos objetivos de sua obra – como ele mesmo definiu em uma entrevista pouco conhecida que ele concedeu em 1971 – foi de tentar decriptar o processo do surgimento do Estado moderno, através de uma “arqueologia dos discursos e dos saberes” no ocidente. Neste sentido, uma das hipóteses na qual ele fundamenta o seu trabalho é que o ocidente, para construir o seu saber e o seu discurso sobre o *outro*, o que poderíamos chamar a sua escrita do mundo – tomou a palavra a partir de um silêncio imposto à força. Ou seja, a sua relação com a alteridade se construiu reduzindo o outro ao silêncio completo. Dentro de seu trabalho sobre a loucura, Foucault analisa a maneira pela qual o discurso sobre o louco, enquanto objeto científico – e o discurso psiquiátrico de modo geral – emergiu a partir do “grande encarceramento” dos desviantes, no século XVII. Da mesma forma, para produzir um discurso universal, inspirado do Iluminismo, sobre as outras culturas e populações que povoam o mundo – discurso que ia ser a origem da antropologia – o ocidente colonizou e escravizou esse outro nos quatros cantos do mundo. Ele o qualificou de bárbaro, lhe tirando o direito à fala e ao raciocínio para falar em seu nome (FOUCAULT, 1971, p. 11).

Nos parece que a ideia de cidade moderna nasce de um mesmo processo de silenciamento, pois ela se apoia em um discurso de verdade sobre o espaço que a torna irremediável. Na sua conquista dos grandes centros urbanos, tal ideia raramente se instala sem demolir o que está

no seu caminho. A destruição de tudo que não cabe dentro deste novo padrão que é a modernidade é um sacrifício necessário para a criação de um espaço renovado, segundo a própria definição do Hausmann que, ele mesmo, se via como um "artista-demolidor" (HAUSMANN, 1890, p. 10). Seguindo a mesma linha de reflexão aberta por Foucault, podemos considerar que, na segunda metade do XIX, o urbanismo nasce, enquanto um projeto e uma teoria do espaço, como discurso uníssono sobre este, que vai progressivamente se encarregar de reduzir ao silêncio e ao esquecimento toda e qualquer outra forma de ocupar e habitar o espaço, não somente no discurso, mas também na prática. As grandes Reformas Urbanas ocorridas neste período inauguram uma prática padrão, a partir de então recorrente, de aniquilamento e reformulação dos territórios indesejados, o que supõe a remoção das populações que neles habitam e a normatização do espaço – segundo as exigências da economia mercantil e o ideal estético da classe que se enriquece com esta, a burguesia.

No Paris desta época, após décadas de transformações urbanas e destruição de diversos bairros populares – temidos pelo poder por abrigarem as chamadas "classes perigosas" que espalharam barricadas pela cidade durante as revoltas de 1848 – a repressão da *Commune* e o massacre dos insurgentes em 1871 inauguram uma nova etapa de reapropriação da cidade pela burguesia. Junto com a utopia social e política, é uma forma popular de se viver e pensar o espaço urbano que é fuzilado pelo Partido da Ordem, na parede dos *fédérés* do Cemitério do Père Lachaise, no fim de maio deste mesmo ano.

Este fenômeno não é exclusivo de Paris, e se manifesta em diversos locais do mundo neste período. A partir da década de 1860, o projeto de Reforma urbana de Barcelona, segundo o plano do Cerdá, vai ter dentro de seus objetivos uma "higienização" e "moralização" da cidade velha, o que inclui a destruição de muitos bairros populares tradicionais que vai permitir um emburguesamento e uma entrada de capitais no centro da cidade. Algumas décadas depois, grandes cidades latino-americanas como Rio de Janeiro e Buenos Aires empreenderam Reformas similares. No caso do Rio, a virada do século será o primeiro capítulo de uma luta simbólica através da qual o poder municipal e as elites tentarão repetidas vezes, sem nunca encontrar um sucesso completo, expulsar as populações mais pobres e as favelas do centro da cidade – disputa espacial que vai se tornar a regra na maioria das grandes cidades brasileiras. O objetivo destas grandes Reformas sucessivas pode ser resumido pela expressão de um arquiteto francês modernista da época: preconizavam uma "taylorisação do espaço urbano" (VONAU, 2014, p. 284).

Este processo de reformulação, racionalização e normatização do espaço se estende rapidamente para além dos muros da cidade, com a emergência do que o Henri Lefebvre chama de "sociedade urbana", modelo de gestão do espaço que se estende pelo território todo e que define o que presenciamos quando nos deslocamos hoje fora dos centros urbanos (LEFEBVRE, 1970). Um shopping no meio do nada, na beira de uma estrada, uma Zona Industrial em meio a uma paisagem rural, uma linha elétrica de alta tensão ou uma barragem de dejetos de mineração em regiões isoladas, todos estes elementos já são rastros da "sociedade urbana", um território dependendo de uma certa lógica de produção econômica conectada à cidade. Esta resulta de uma visão do território onde cada espaço é fragmentado em parcelas que passam a existir pelo seu valor de troca: espaço do lazer ou do turismo, espaço da produção de energia, espaço da fábrica, espaço do consumo, etc.

Mas isto constitui apenas uma forma de apreender e modelar o espaço, que se apresenta e se sonha como única e que procurou – e ainda procura – se impor historicamente sobre outras, dentro de um processo de disputa contínuo entre a racionalização econômica do território e a manifestação de diversas formas de vidas que, mesmo silenciadas, sempre voltam à superfície. Uma das fábulas que o urbanismo moderno tentou nos fazer acreditar é que a cidade, suas ruas, praças e avenidas, nasceriam, em primeiro lugar, dentro dos escritórios dos planificadores urbanos profissionais, enquanto que tudo que eles produzem é, na maior parte do tempo, uma cidade vazia, morta, uma carcaça que desperta para a vida somente no dia em que moradoras e moradores começam a se apropriar dela, a modelam, desconstroem sua triste funcionalidade pela criatividade cotidiana de seus gestos e seus passos, tal como nos conta o Michel De Certeau (DE CERTEAU, 1990).

Pois a rua, a esquina "nasce do gesto, simples, evidente, cotidiano", dizia um escritor francês, existe por aqueles que lá vivem, seus passos tortos e conversas fiadas. A planta da cidade produzida pelo urbanista, o mapa no sentido clássico do termo, por definição, uniformiza esses gestos, os achata, querendo colocar a todas e todos de acordo sobre uma visão da cidade finalmente *neutra* do espaço, pretensamente objetiva, esvaziada de seus moradores, de suas palavras, do que justamente a torna viva. Temos inúmeros exemplos de centros históricos transformado em objetos turísticos, esvaziados dos seus moradores que, empurrados periferia afora pela especulação imobiliária, são substituídos por lojinhas gourmet e apartamentos alugados em Airbnb. Cada dia se vê menos diferenças notáveis entre os centros históricos mais turísticos – que seja o centro de Ouro Preto, o bairro de Alfama ou de Montmartre – que, uma vez esvaziados de sua identidade são revestidos da mesma autenticidade plástica fabricada sob medida pelos *Tours Operators*. A

visão homogeneizadora que coloca tudo no mesmo nível, primeiro na planta do urbanista, no mapa, acaba por ter um efeito real sobre os diferentes espaços. Assim, como diferenciar hoje as ruas centrais e comerciais de uma ou outra cidade média europeia, de uma ou outra capital mundial, após elas terem sido remodeladas segundo a mesma lógica, o mesmo desenho, com as mesmas lojas vendendo as mesmas roupas, os mesmos objetos e os mesmos alimentos?

Trata-se um pouco da escrita do mundo que se vende, hoje em dia, em todo lugar. Com o guia turístico em mãos, poderíamos contar uma cidade como se estivéssemos lendo uma receita de cozinha ou o roteiro de uma novela. Todas essas estórias acabam tendo o mesmo tom divertido e inofensivo na *timeline* do Facebook.

Mas aquelas e aqueles que gostam de percorrer a cidade e seus recantos fora dos caminhos traçados sabem como a intensidade política que existe dentro dos vínculos que ali se estabelecem, dentro dos conflitos que a atravessam e a transformam, é real, contagiante, portadora de realidades diversas, muitas vezes instigantes, mas também desconfortáveis, complexas. Da mesma forma que existem formas radicalmente diversas de percorrer o território – como por exemplo as que diferenciam o turista do viajante – de habitá-lo e, portanto, de se relacionar com ele, também pensamos que há formas radicalmente diferente de descrever e representar o mesmo.

E isto supõe formas radicalmente diferentes de *cartografias*. Vale sempre lembrar que a cartografia moderna nasce como ferramenta de guerra – tal como a carta do Estado-Maior do General Bacer d'Albe, geógrafo e colaborador de Napoleão, um dos pais pouco conhecidos da cartografia estratégica, ou a primeira carta em escala 1/50 000, mais detalhada, desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial para um controle mais preciso do território.

No entanto, ao longo do século XX, surgiram alguns conceitos de cartografia experimental, que buscaram justamente quebrar o monopólio do Poder sobre uma representação – pretensamente objetiva e científica – do espaço, para criar uma cartografia do afeto, uma *cartografia subversiva*. Estes exploraram a representação do espaço que partiria de subjetividades ou levaria em conta a dimensão afetiva do sujeito. Podemos citar, entre outros, a psicogeografia dos situacionistas ou a ideia de geografias afetivas e libidinais do Deleuze, sendo que ambas queriam não somente libertar a cartografia da pretensão de descrever objetivamente o território, mas também assumir as potencialidades subjetivas e políticas de uma leitura sensível e profunda do espaço em que vivemos.

No entanto, o modo mais comum de representação do território continua seguindo o padrão que presidiu o nascimento da cartografia moderna. Uma representação do espaço que visa, portanto, achatá-lo, detalhá-lo, homogeneizá-lo para torná-lo claro, inteligível, em um simples piscar de olhos.

Imaginamos aqui, pelo contrário, uma cartografia que não teria por objetivo simplificar, homogeneizar, mas que buscaria ressaltar as singularidades e complexidades que habitam e, ao mesmo tempo, modelam o espaço – se inspirando diretamente da reflexão de Deleuze e Guattari que imaginavam "uma teoria das práticas de apropriação coletiva dos ambientes vividos que determinam o devir do social" (SIBERTIN-BLANC, 2010, § 2). Em vez de tentar, a qualquer custo, colocar tudo e qualquer elemento que compõe o espaço – um vilarejo, um shopping, um beco, uma usina nuclear, uma floresta, etc. – no mesmo nível, reconciliado, pensamos em uma cartografia seguindo uma lógica inversa, que buscaria tornar evidentes as formas múltiplas, diversas, por vezes incompatíveis, de ocupar o território e, portanto, as linhas de fraturas e de conflito que o percorrem, ou as que estão porvir.

Se a geopolítica já tentou estabelecer mapas que descrevem o espaço geográfico tendo em consideração diferenças e conflitos políticos, ela funciona exatamente segundo a mesma lógica da cartografia estratégica de guerra, isto é, a escala do Estado-Nação, se interessando por conflitos entre grandes blocos políticos ou entidades estatais.

Mas ainda existem poucas experiências que traduzem uma geopolítica da cidade, da escala local, do cotidiano, que poderiam testemunhar acerca de conflitos de outras naturezas, que se manifestem em outros níveis, e por vezes de forma discreta, quase invisível, refletindo inclusive a violência simbólica, diluída no curso do tempo. Com efeito, a cidade, desde as grandes Reformas do fim do século XIX, não foi somente modelada pela lógica de produção capitalista – como o pretende muitas vezes a leitura clássica marxista – ela é o fruto de um conflito perpétuo entre formas diversas de se relacionar com território.

Mas o que sabemos exatamente destas outras formas de apreender o espaço? Que sabemos das auto-reduções de aluguéis e assembleias de moradores na Itália dos anos 1960-70, das primeiras ocupações de terras urbanas e favelas nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas, ou da auto-gestão urbana experimentada durante a Revolução Espanhola?

Pouco. De fato, a escrita da história social, e da história em geral, parece ter sido bastante silenciosa em relação à questão territorial. Isto porque a tradição marxista, desde o princípio, considerava o espaço, ou



ainda a cidade, como cenário do social, como objeto secundário, como nos lembra a Kristin Ross em seu trabalho (ROSS, 1988). O que de fato importava, para os historiadores marxistas, era as relações econômicas e o conflito de classes que surgem a partir destas relações. Lembremos das críticas de Engels (1984) a Proudhon, que ele considerava ingênuo por produzir uma crítica social a partir da questão da habitação. Por isto, a historiografia marxista sempre tendeu a focar no local de trabalho como único local que abrigaria uma possível transformação social radical. E, com isso, tendeu a se concentrar nos sujeitos que lá eram majoritários: homens, adultos, trabalhadores. Enquanto isso, as lutas enraizadas dentro dos bairros, a partir do local de moradia, tinham outros protagonistas que atuavam, historicamente marginalizados e silenciados: mulheres, crianças, desempregados – outrora chamados de vadios e mendigos...

Existiram na história recente diversas formas de ressignificação do território, do espaço, a partir de outras relações sociais, que podem nós servir hoje para criar um outro referencial de relações sociais e espaciais, baseado não em utopias, mas em experiências concretas, recentes, muitas vezes vizinhas de nós, mas que insistimos em ignorar durante vários anos. Quantas vezes, ao criticar tal ou outro aspecto da sociedade na qual vivemos, já ouvimos alguém dizer: "mas afinal o que vocês queriam? O que vocês propõem de melhor?". Esta simples pergunta, repetida milhares de vezes ao redor do mundo, em diversos contextos, em várias línguas, por pessoas tanto da direita como de esquerda, que não conseguem enxergar possibilidade social além do modelo social, econômico e político vigente, mostra o tamanho do trabalho de descompartimentação do imaginário a ser feito, em busca de outras referências, de outros caminhos já trilhados, porém desconhecidos, sempre mantidos na sombra, como apontado inclusive pelo antropólogo David Graeber (GRAEBER, 2011). Como nos lembra bem o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalvez: "existe uma batalha pela descolonização do pensamento para a qual a recuperação do conceito de território possa talvez contribuir" (PORTO-GONÇALVEZ, 2006, p. 161).

Hoje ainda, grande parte dos conflitos decisivos que nós vemos ao nosso redor parecem ser aqueles que implicam uma *territorialização* – uma apropriação e ressignificação do espaço, do território, em nome de outras normas sociais, contraditórias àquelas hegemônicas. O que chamamos por vezes hoje de "lutas ambientais" implica muitas vezes em um embate entre formas distintas de ocupar o território, o espaço, e de se relacionar com ele. Por exemplo, quando indígenas e ribeirinhos, tal como atualmente no rio Tapajós, lutam contra um projeto de

hidrelétrica, e pela auto-demarcação do seus territórios ou quando as populações no interior da França ou da Itália se mobilizam e passam a ocupar permanentemente um território para impedir que uma floresta ou um vale sejam sacrificados para a construção de um aeroporto ou de uma linha de Trem-bala. Diante de tais fatos, a afirmação de Deleuze segundo a qual "o devir é geográfico" nunca pareceu tão atual (DELEUZE, PARNET, 1978, p. 48).

Para retratar a complexidade e a dimensão conflitiva inerente à ideia de geografia e território, nos parece ser necessário desconstruir a ideia de representação do espaço centrada em um só ator, em um só olhar. Como se fosse preciso encontrar algo no meio do caminho entre a representação totalizante e pretensamente neutra da cartografia do poder, sem, no entanto, se contentar com uma descrição ultra-subjetiva do espaço como proposto, por exemplo, pela já citada psicogeografia. Neste sentido, procuramos imaginar uma forma de escrita coletiva, capaz de quebrar as barreiras que existem entre os que – supostamente – *fazem* a cidade e os que devem se virar para sobreviver nela, entre "profissionais", "pesquisadores" e *outros*: moradores, que foram em diversas ocasiões objetos de estudo passivos, mas não mudos, da sociologia urbana. Neste sentido, a ideia de copesquisa, cara ao movimento operaista italiano, opera uma mudança de paradigma fundamental para se pensar formas de construção coletivas e des-hierarquizadas do saber. Na linha direta da ideia de copesquisa, surgiram recentemente diversas experiências riquíssimas de escrita coletiva da história ou do espaço. O assunto mereceria, por si só, uma pesquisa extensa, mas escolhemos citar aqui apenas alguns exemplos que inspiraram as reflexões aqui expostas: na Argentina, o coletivo Los Iconoclasistas experimentam um modo de cartografia experimental e coletivo do espaço, buscando fomentar a criação de mapas construídos coletivamente através de oficinas itinerantes e divulgação de saber cartográfico em "código aberto". Segundo eles o processo de mapeamento coletivo " é um processo de criação que subverte o local da enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e das experiências cotidianas dos participantes" (ARES, RISLER, 2013, p. 12). Podemos citar também o projeto Mapping the Commons que se estende entre diversos países e cidades – tais como Grécia, Espanha e Brasil – e que funciona como um laboratório urbano de pesquisa aberto e itinerante que procura realizar um mapeamento, em diversas cidades, em torno do conceito de *comum* – ou seja, os recursos compartilhados diariamente por todas e todos fora da lógica do mercado ou do Estado.

Em termo de escrita da história, vale citar a experiência do projeto Archives Getaway, que nasceu nos últimos anos em Montreuil,

na periferia de Paris, e que funciona como um chamado aberto permanentemente à coleta de fontes, arquivos e documentos sobre a história das lutas e dos movimentos políticos autônomos. Trata-se de um centro de arquivo atípico, de pesquisa coletiva, sempre aberto ao público, onde todas e todos podem ser simultaneamente arquivistas, historiadores ou simples leitores. Ao contrário do processo clássico pelo qual um historiador busca as suas fontes e realiza a pesquisa de forma individual, o projeto propõe que o processo seja aberto, colaborativo e coletivo desde o princípio.

Foi a partir da inspiração trazida por estas experiências, no cruzamento de suas propostas, que nasceu a ideia de um espaço aberto de discussão e troca que poderia esmiuçar um processo de escrita coletiva da história dos conflitos sociais que modelaram e modelam o espaço urbano que conhecemos hoje. Tivemos ocasião de experimentar uma primeira versão de tal ideia no seio da disciplina Conflitos Sociais Urbanos na Era Contemporânea (Europa Latina e América do Sul), que ofertamos no curso de Graduação em História da UFMG, no primeiro semestre de 2016, como estágio docente ao curso de Doutorado. A ideia da aula era justamente tentar propor uma introdução a esta discussão, mostrando – através de alguns exemplos escolhidos em diversas cidades – uma história dos conflitos sociais que eclodiram nas cidades desde as grandes Reformas Urbanas modernistas do século XIX. Durante um semestre, percorremos diversos tipos de conflitos e cidades: da Comuna de Paris à Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, da Barcelona revolucionária aos *pobladores* de Santiago do Chile, além de toda discussão teórica e historiográfica acerca do assunto.

A ideia era que essa viagem teórica e histórica e as discussões por ela fomentadas servissem de introdução a uma segunda parte do curso, que devia se tornar mais experimental ao nível de troca e produção coletiva do conhecimento. A proposta era que esta segunda parte fosse uma espécie de oficina de escrita coletiva da história dos conflitos sociais urbanos – históricos ou contemporâneos. Os alunos e alunas foram convidados a se organizar em grupos e escolher alguns tipos ou níveis de conflitos a partir dos quais deveriam realizar um levantamento de fontes de diversas naturezas – gravação de depoimentos em áudio ou vídeo, arquivos e fontes primárias, etc. Durante o último mês do semestre, cada grupo apresentou os primeiros resultados da pesquisa, levando o grupo a refletir não somente sobre os temas e conflitos estudados, mas também sobre o processo coletivo de pesquisa e escrita da história. Discutimos, nesta ocasião, tanto a emergência da polícia no contexto histórico urbano brasileiro, como a história da Avenida Cristiano Machado, em Belo Horizonte, e dos sucessivos episódios de conflitos e remoções que a pontuam; a dinâmica de mobilização de recentes ocupações urbanas na periferia de grandes cidades; a violência sofridas pelas mulheres em situação de rua e as recentes experiências de lutas feministas para combater tal violência; bem como outros assuntos que, apesar de instigantes, não iremos detalhar de forma exaustiva.

A partir da riqueza desta experiência, surgiu a ideia de tornar perene este espaço de discussão e de escrita historiográfica. É assim que nasceu o projeto *Cartografia Noturna*, que deve tomar corpo – em um primeiro momento – na forma de uma revista virtual aberta que visa reunir reflexões e textos com o intuito de tentar traçar, de forma coletiva, algumas linhas da história dos conflitos sociais urbanos e desta dimensão política do espaço e do território com o objetivo de mapear esta outra urbanidade silenciada, sistematicamente rejeitada nos cantos de sombra do mapa [1].

[1] Para mais informações sobre o projeto consultar www.cartografianoturna.com ou escrever para contato@cartografianoturna.com.

REFERÊNCIAS

ARES, Pablo; RISLER, Julia. **Manual de mapeo colectivo : Recursos cartograficos criticos para procesos territoriales de creacion colaborativa**, Buenos Aires: Tinta Limon, 2013.

DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien, I: Arts de Faire**¸ Paris : Gallimard-Folio Essais, 1990.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Dialogues**. Paris : Flammarion, 1978, rééd. 1995.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Avante, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Freedom and knowledge, Amsterdam: Fons Elders, Enrevista realizada em 1971**, Publicação: 2012.

GRAEBER, David. **Fragmentos de uma antropologia anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.

HAUSMANN, Georges Eugène. **Mémoires du baron Hausmann**, Paris: Victor Avard, 1890.

LEFEBVRE, Henri. **La révolution urbaine**, Paris : Gallimard, 1970.

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos Walter. "**A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**". In: CECEÑA, Ana Esther. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado, Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ROSS, Kristin. **Rimbaud, la Commune de Paris et l'invention de l'histoire spatiale, Paris : Les prairies ordinaires, collection « Singulières modernités »**, Edição original : 1988, Edição francesa : 2013.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. "**Cartographie et territoires La spatialité géographique comme analyseur des formes de subjectivité selon Gilles Deleuze**". In : L'espace géographique, 3/2010 (Tome 39) , p. 225-238

VONAU, Elsa. **La fabrique de l'urbanisme : Les cités-jardins, entre France et Allemagne, 1900-1924**. Lille : Presses Universitaires du Septentrion, 2014.

***Philippe Urvoy** é historiador franco-brasileiro. Cursou sua graduação e mestrado na Universidade Paris I. Realiza atualmente seu doutorado em História Social da Cultura na Universidade Federal de Minas Gerais. Sua área de interesse é, predominantemente, a história dos conflitos e movimentos sociais urbanos desde o século XIX até os dias de hoje, principalmente no Brasil e na Europa latina.

Contato: ph.urvoy@gmail.com



A COPESQUISA COMO MÉTODO: O ESTUDO DE CASO DE UM TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO (TFG) SOBRE O MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA

CO-RESEARCH AS A METHOD: A CASE STUDY CONCERNING A GRADUATION FINAL PAPER ABOUT THE "SALVE SANTA TEREZA" MOVEMENT

Karine Gonçalves Carneiro, Joellyse Cecília Freitas Valadão**

Resumo

Este artigo pretende explorar a experiência de escrita de uma monografia como Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) no que concerne, mais especificamente, ao método da copesquisa. Nesse sentido, a postura metodológica implicou no desafio do enfrentamento de posicionamentos e papéis classicamente estruturados nas divisões orientadora-orientanda; ensino-pesquisa-extensão; e pesquisadoras-objeto. Enfrentamento trazido pela escolha do tema do trabalho, que buscou compreender a luta do Movimento Salve Santa Tereza – em Belo Horizonte/Minas Gerais – no que concerne à articulação de novas formas de participação. Isso porque, por um lado, a professora-orientadora tem atuado como ativista do movimento e, portanto, neste caso, professora-orientadora-ativista. Ainda, se considerarmos a clássica divisão pesquisador-objeto, ao ser ativista do movimento, a orientadora torna-se também sujeito-objeto a ser investigado. Essa situação desloca, por outro lado, a aluna-pesquisadora-orientanda para um campo onde ensino-pesquisa-extensão são indissociáveis, já que sua produção em termos de pesquisa torna-se também um "aprendizado com", que produz material de luta para a própria causa do Salve Santa Tereza. Ainda, o desafio do TFG estende-se para este artigo na medida em que a escrita conjunta – orientadora-orientanda – evidencia não apenas o esforço compartilhado para a abordagem do tema, ou seja, um processo de coautoria, mas também a exploração de novas estruturas de narrativas que deem conta de explorar todo o processo.

Palavras-chave: *trabalho final de graduação; copesquisa; Movimento Salve Santa Tereza.*

Abstract

This article intends to explore the experience of writing a monograph as an graduation final paper in Architecture and Urbanism for the Federal University of Ouro Preto mostly related to co-research as a method. In this sense, the methodological approach implied a challenge, since it faced places and roles classically structured in the divisions advisor-advisees; learning-research-extension; and researchers-object. This challenge was brought by the exploration of a subject that sought to understand the struggle of the Salve Santa Tereza Movement – in Belo Horizonte/Minas Gerais/Brazil – in the basis of articulations for new means of participation. In this panorama, on the one hand, the professor-advisor acts as an activist for the movement and is, therefore, a professor-advisor-activist, but also, if we consider the classical division between researcher-object, being an activist, also transforms her on a subject-object to be investigated. On the other hand, this situation produced a shift for the student-advisee, placing her on a field where learning-research-extension are undissociated, because her production in terms of research also becomes a "learning with" that generates struggle materials for the movement itself. Moreover, the challenge on the final paper reaches this article in the extent that the "writing together" – advisor-advisee – highlights not only a collective effort to think about the subject, in other words, a co-authorship, but also on the exploration of new narrative structures that contemplate the whole process.

Keywords: *graduation final paper; copesquisa; Salve Santa Tereza Movement.*

Introdução

O Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto – "trabalho de caráter interdisciplinar em que se avalia o domínio do aluno sobre os conhecimentos essenciais e sua capacidade resolver problemas de arquitetura e urbanismo" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2008) – traz a possibilidade, através da livre escolha do aluno, de explorações teóricas, práticas ou teórico-práticas de uma variedade de temas relacionados à cidade. Mas neste artigo o que buscamos avaliar é a aplicação do método da copesquisa como forma de subsidiar a produção de um TFG. Mais especificamente, de um TFG cujo título é: "As lutas territoriais como articuladoras de novas formas de participação popular. Estudo de caso: Movimento Salve Santa Tereza, em Belo Horizonte – MG".

De modo geral, o trabalho teve como objetivo elucidar como questões afetas à participação popular ocorreram e ocorrem no Movimento Salve Santa Tereza (MSST), por meio da comparação entre a participação institucionalizada e ofertada pelo poder público e novas estratégias/ táticas implementadas pelo próprio MSST com o intuito de atingir seus objetivos de luta. Como estratégia para a comparação, foi considerada a matriz de participação adotada pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2006) no livro Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos.

Para este artigo, entretanto, menos que evidenciar os objetivos, marcos teóricos e resultados do trabalho de um modo mais geral, pretendemos avaliar os aspectos e desdobramentos relativos à aplicação da copesquisa como método que busca "a implicação mútua entre lutas e teorias diante dos problemas de autonomia, resistência e estratégias coletivas, no intuito de romper com a verticalização ideológica da produção do conhecimento" (CARNEIRO, 2016, p. 102). Nesse sentido, no decorrer desse texto, contextualizaremos o MSST e explicitaremos os marcos referenciais relativos à copesquisa. Mostraremos também as ferramentas metodológicas utilizadas ao longo do processo para que, em seguida, possamos avaliar suas consequências e potencialidades para um tema que agrega questões afetas à produção do espaço, às lutas territoriais e às novas possibilidades de engajamento da academia com os movimentos sociais que têm se conformado na cidade de Belo Horizonte. Nessa última etapa, buscaremos, ainda, uma forma de escrita que possibilite ao leitor identificar o cruzamento das narrativas entre orientadora-orientanda.

O Movimento Salve Santa Tereza

O TFG apresentado acima buscou tratar da atualidade do MSST, entretanto, é importante destacar que dois distintos momentos de luta configuram sua história. Antes de mencioná-los, contudo, é necessário contextualizar o próprio bairro de Santa Tereza que está localizado na área pericentral de Belo Horizonte e tem a Avenida do Contorno [1] como um de seus limites. Santa Tereza foi fundado por volta do ano 1896 e é dotado de simbolismos culturais e históricos e de forte identidade territorial, configurando-se como um bairro de características interioranas (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012). Dentre seus lugares simbólicos, estão a Igreja Matriz de Santa Tereza e Santa Terezinha – localizada na Praça Duque de Caxias, espaço público de grande importância para o cotidiano do bairro – o Clube Oásis e o Mercado Distrital de Santa Tereza.

Foram exatamente estas características – que seus moradores ainda descrevem como portadoras de uma ambiência interiorana, a saber, a baixa altimetria de suas edificações, o relevante convívio comunitário e a predominância de uso residencial – que fizeram com que, em meados da década de 90, uma parcela de seus residentes se organizasse e fundasse o Movimento Salve Santa Tereza. Àquela época estavam sendo discutidas propostas para a elaboração do Plano Diretor (PD) e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) de Belo Horizonte, promulgada em 1996. Inicialmente, pretendia-se que o bairro fosse delimitado por uma "Zona de Adensamento Preferencial" [2] (ZAP), o que conduziria a um maior adensamento e verticalização de suas áreas. Por outro lado, contudo, critérios relacionados às questões socioambientais e socioculturais tinham também espaço nas discussões que estavam sendo conduzidas e propunham para distintas áreas da cidade a criação de "Áreas de Diretrizes Especiais" (ADEs). Foi na esteira dessas discussões que os moradores, através da primeira formação do Salve Santa Tereza, apresentaram uma proposta de ADE para o bairro com o objetivo de, principalmente, manter as características que julgavam primordiais para preservar o caráter identitário do local e problematizar as dinâmicas de produção de seus espaços.

Como desdobramento das ações do movimento, o PD de 1996, elaborado no governo de Patrus Ananias – cuja gestão foi feita pela Frente BH-Popular, atentando para questões de inclusão social, democratização e promoção da justiça social – absorveu suas demandas e criou a ADE de Santa Tereza inserida no art. 83 da LPOUS Lei 7.166/1996 (BELO HORIZONTE, 1996). Sua regulamentação, entretanto, foi efetuada após passar pelo processo de sensibilização dos vereadores e da opinião pública. A ADE de Santa Tereza tornou-se a primeira ADE regulamentada

[1] A Avenida do Contorno representa o limite urbano "planejado" constante no plano de Aarão Reis para a cidade de Belo Horizonte. Ela delimitava, no plano, a chamada zona urbana portadora de um desenho composto por duas malhas hipodâmicas sobrepostas. Externamente a ela foi pensada uma área suburbana destinada a chácaras e sítios, local onde, nos anos seguintes, surgiu o bairro Santa Tereza, nosso objeto de estudo. Na porção ainda mais a externa entre essas duas primeiras áreas foi demarcada a zona rural (BAGGIO, 2005).

[2] As ADEs têm como propósito criar parâmetros urbanísticos mais rígidos e com diretrizes mais restritivas no intuito de manter as características de determinados locais, bem como proteger o patrimônio cultural e a paisagem urbana (BARROS, 2016; BELO HORIZONTE, 1996).

de Belo Horizonte e serviu como exemplo para outras ADEs. Em virtude de sua criação, o bairro de Santa Tereza pode manter suas características predominantemente residencial e horizontal, seguindo parâmetros urbanísticos específicos como, por exemplo, a adoção de altimetria máxima de 15 metros para cada edifício a ser construído (BARROS, 2016).

Como consequência do atendimento de seus anseios, o MSST se dispersou por um período de dezessete anos, dispersão que "pode ser lida sob a chave de ciclos dos movimentos sociais, com a previsão de seu esvaziamento a partir das suas conquistas" (BARROS, 2016, p. 75). Entretanto, suas ações e histórias serviram de base para a retomada do movimento com novos integrantes, no ano de 2013, quando novas ameaças começaram a rondar o bairro. É sobre as ações dessa nova formação que o TFG se debruçou.

No ano de 2013, em Belo Horizonte, na gestão do segundo mandato de Márcio Lacerda, iniciou-se o aprofundamento de propostas de cunho mercadológico que visavam a transformação de seus espaços públicos através da lógica privatista do capital. Para isso, um instrumento presente no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) – Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001 – a saber, as operações urbanas consorciadas [3] (OUCs), tornou-se a principal base de reformulação de um tipo de "desenvolvimento" que conduziu à proposta de uma OUC, a Nova BH. A Nova BH "implicaria em intervenções urbanísticas em 58 bairros da cidade que juntos representam cerca de 7% do território do município (25 km²), afetando diretamente aproximadamente 170 mil moradores" (OUC NOVA BH, 2016). Na verdade, a OUC Nova BH ampliava ações menores que já haviam sido perpetradas em escalas mais pontuais e reduzidas pelo poder público através das parcerias público-privadas (PPPs) e de operações urbanas simplificadas [4]. Propostas que, de acordo com Souza (2006), sob um discurso do "bem" e do "desenvolvimento" buscavam vender parcelas das nossas cidades e homogeneizá-las para a ação do capital.

Nesse cenário surgiu a proposta para a construção de uma torre de oitenta e cinco andares na porção sul do bairro, próximo às Vilas Dias e São Vicente, e para a transformação de duas outras torres vazias e inacabadas [5], existentes na mesma região, em um hotel. Em função da divulgação desse projeto, em abril desse mesmo ano, alguns moradores começaram a se reunir com o propósito de discutir os impactos que tais empreendimentos trariam para Santa Tereza (BARROS, 2016). Teve início, assim, com a condução de certas ações, o segundo momento do Movimento Salve Santa Tereza. Vale ressaltar que a primeira dessas ações foi um panfleto (Imagem 1) que foi distribuído em pontos diversos do bairro com o objetivo de denunciar a ameaça da verticalização, que

[3] De acordo com o estatuto da Cidade, as operações urbanas consorciadas são um conjunto de intervenções, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (BRASIL, 2001). Entretanto, o que temos percebido é que este instrumento tem sido absorvido pelas elites do mercado imobiliário e tem contribuído fortemente para processos de gentrificação.

[4] As operações urbanas simplificadas, da forma como descrita no PD de 1996, são motivadas por interesse público e são destinadas a viabilizar intervenções tais como a: otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas; a implantação de Programas de Habitação de Interesse Social; a implantação de espaços públicos; valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico; dinamização de áreas, visando à geração de empregos (BELO HORIZONTE, 1996). Mas também este instrumento foi utilizado pelo mercado imobiliário de modo a garantir maiores lucros em seus empreendimentos.

[5] Essas torres estavam inacabadas devido à falência da construtora responsável pela obra e foram ocupadas por um grupo de pessoas até que, em 2010, um incêndio ainda não explicado deu origem a remoção das famílias que ali viviam.



Img. 1 Panfleto de Ação: MSST. Fonte: Salve Santa Tereza (2016)

alteraria as características que haviam sido preservadas pela criação da ADE de Santa Tereza – resultado das ações do MSST em sua primeira formação.

Inicialmente com poucos integrantes, o movimento foi ganhando gradualmente novos simpatizantes devido, principalmente, à criação da página "Salve Santa Tereza" no Facebook. Mas o fator que ampliou as discussões e acirrou a mobilização dos moradores face iniciativas que, para eles, trariam prejuízo a seu cotidiano e paisagem foi a cessão do Mercado Distrital de Santa Tereza [6] para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. A proposta da PPP entre poder público e empresa de transformar a área em uma escola automotiva foi considerada como uma tentativa de privatização de um espaço público. Com a implantação da escola automotiva o mercado seria ocupado por quatro mil e quinhentos alunos por ano e o temor era de que isso provocasse alterações no bairro, tais como o alargamento de vias e a modificação do uso majoritariamente residencial.

Mas o que provocou grande insatisfação aos moradores e que culminou na consolidação e ampliação do MSST foi a flexibilização da ADE de Santa Tereza durante a assembleia do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (COMPUR) ocorrida no mês de agosto de 2013. Para viabilizar a implantação da Escola Automotiva no local, o COMPUR – apesar do voto contrário de alguns conselheiros e da pressão das pessoas pela não-aprovação da matéria – alterou o uso da quadra onde está localizado o mercado, uma vez que na ADE de Santa Tereza é permitido que qualquer escola possa ocupar no máximo 400 m² e a escola da FIEMG ocuparia 6 mil m². Além disso, o projeto da FIEMG seguia em sentido contrário à vocação do bairro e aos processos de participação popular, uma vez que nenhum morador havia sido consultado sobre a proposta (BARROS, 2016). Tal situação fez com que a ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza se configurasse como a principal pauta de discussão e atuação do MSST. Para isso, uma série de ações tiveram início com o intuito de buscar formas participativas de atuação [7].

Neste sentido, o TFG buscou mapear as ferramentas que foram utilizadas pelo MSST e que, neste aspecto, foram indicadoras de novas formas de participação popular. Dentre elas tiveram destaque as assembleias públicas – que geralmente ocorreram (e ainda ocorrem) semanalmente, em espaços majoritariamente público tais como a praça Duque de Caxias e na porta do Mercado Distrital de Santa Tereza – aulões públicos, abaixo-assinados, informativos, ocupações temporárias do entorno do mercado, reuniões com o poder público e com a FIEMG, criação, publicações e fóruns de discussão na página do MSST no Facebook, criação de um bloco carnavalesco e de marchinhas com conotação crítica face à venda dos espaços públicos da cidade para o mercado, etc.

[6] O mercado que por anos se manteve em atividade como lugar de abastecimento foi fechado em 2007. Desde então, algumas propostas para a ocupação de seus espaços ocorreram. A primeira delas aconteceu um ano após seu fechamento, quando, na administração do então prefeito Fernando Pimentel, cogitou-se que esta grande área de 19.240 metros quadrados passasse a abrigar a sede da guarda municipal. Porém, pesquisas realizadas mostraram que 90,3% da população do bairro era contrária a este uso pelo fato de não estar em convergência com as potencialidades do bairro (BARROS, 2016). Outras propostas foram alvo do mesmo tipo de rechaço. A última e mais recente foi a tentativa de construção de um teatro elizabethano na área externa do mercado. Proposta que pela altimetria também feria a ADE.

[7] É importante mencionar que a divulgação da cessão da área do mercado para a FIEMG assim como a aprovação da flexibilização do uso de sua quadra – que flexibilizava a própria ADE – ocorreram num período em que a cidade vivia as repercussões do levante de junho de 2013, fato que, certamente, aguçou a participação de parcela da população em causas referentes ao direito à cidade. No caso específico da cidade de Belo Horizonte, ações que antecederam esse período vêm sendo observadas de modo mais incisivo desde 2009. Exemplo disso são alguns movimentos e coletivos tais como a Praia da Estação e o Duelo de MCs, ambos na região conhecida como "Baixo Centro". A partir da Praia, outras tantas manifestações e movimentos começaram a eclodir em lugares distintos da cidade, movidos pelas indignações populares em prol do direito à cidade.

Para finalizar, é necessário evidenciar que no momento de escrita deste artigo, a FIEMG, devido à pressão popular, não tem mais a cessão de uso do mercado e que o movimento segue com suas ações que têm como meta a ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza, tendo em vista um programa de atividades elaborado coletivamente com moradores do bairro e que busca respeitar suas características simbólicas, culturais, sociais, ambientais e econômicas. Nesse sentido, os processos de negociação com o poder público sofreram algumas alterações devido ao fato de o mercado estar, atualmente, sob a responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura (FMC), que tem ampliado os canais de diálogo com a comunidade através da criação de uma "Comissão para a Discussão do Projeto de Ocupação do Mercado de Santa Tereza" – através da Portaria FMC N. 016/2016 (BELO HORIZONTE, 2016) – da qual faz parte o MSST.

O método da copesquisa e o TFG

Em entrevista cedida, em 14 de abril de 2015, durante o "Seminário Internacional Faces da Resistência" que aconteceu no Memorial de Medicina de Pernambuco, em Recife, foi perguntado à arquiteta e urbanista Raquel Rolnik sobre as formas pelas quais a academia poderia contribuir para o planejamento urbano e também sobre modos de compartilhar produções acadêmicas de maneira a colaborar positivamente com o processo de urbanização em curso nas cidades brasileiras. Em sua resposta, Rolnik retomou a noção de que a academia tem, no que diz respeito ao planejamento e sociologia urbanos, a história de produzir conhecimento em relação muito estreita com as lutas, haja vista a forte aproximação entre o Movimento Nacional pela Reforma Urbana [8] (MNRU) e a universidade durante os anos 1970. Entretanto, sobre o momento atual – principalmente pós junho de 2013 – ressalta:

> *agora nós temos um novo papel para a academia, nesse momento, de se colocar, de produzir também um novo conhecimento. Mas esse conhecimento novo, ele não se produz fechado no gabinete pensando, estudando e citando. Esse conhecimento só vai ser produzido na relação com a intervenção e a luta. É ali que vai ser produzido. (...) E isso é uma produção de conhecimento e uma produção de alternativas e uma produção de política alternativa que se faz na luta e em contato com as lutas. Eu acredito que isso é um novo ciclo que está acontecendo na academia e na universidade.* (CAUS ENTREVISTA, 2015)

A resposta dada por Rolnik aponta para necessidade de novas posturas, métodos e ações nas formas de interações entre saberes [9] o das lutas, o das ruas e o da universidade. A chamada-convite por "sair do gabinete" parece buscar por práticas que rompam com a hegemonia dos

procedimentos técnico-científicos que estabelecem posicionamentos estanques para, de um lado, o sujeito-pesquisador e, do outro, o objeto de pesquisa. Procedimentos herdados do pensamento moderno influenciado pelo Iluminismo do século XVIII, que trouxe consigo metodologias que se mostraram ineficazes do ponto de vista de sua abrangência, seja ela nas ciências humanas ou sociais. O binarismo sujeito-objeto findou por produzir, de acordo com Romagnoli (2008), pesquisas embasadas em um método experimental e reducionista, que analisa, de um modo geral, apenas aspectos quantitativos, negando o sujeito enquanto participante e ator.

A partir da fala de Rolnik e das pontuações de Rogmanoli, buscaremos delimitar, tanto a partir de uma perspectiva teórica quanto de uma perspectiva prática, o modo como a copesquisa configurou-se como essa outra possibilidade de método-atuação acadêmica no contexto das lutas territoriais no TFG explicitado acima.

No que diz respeito à perspectiva teórica, a copesquisa – tradução de *conricerca* [10] – não busca alterar o objeto da investigação, pois não distingue sujeito e objeto. Nesse sentido, ela trabalha na implicação mútua entre lutas e teorias diante dos problemas de autonomia, resistência e estratégias coletivas, no intuito de romper com a verticalização ideológica da produção do conhecimento. Esse fato, no entanto, "não significa depor o rigor, mas redimensioná-lo como resultado das interações diretas entre os muitos agentes, enredados na produção colaborativa do conhecimento. O objetivo é tanto conhecer para transformar, quanto transformar para conhecer" (CAVA, 2012, p. 23). Dessa forma, a copesquisa tem como intuito a valorização das capacidades dos próprios sujeitos localizando o pesquisador no interior dos processos de subjetivação (CAVA, 2012; MENDES, 2012; CARNEIRO, 2016). Assim, "o observador não só muda de posição, movendo-se do externo ao interno dos processos analisados, mas cessa mesmo de ser observador: se transforma em sujeito de seu próprio objeto de pesquisa e intervenção" (ROGGERO *apud* MENDES, 2012, p. 10). Nesse caso, o pesquisador é também participante, havendo um completo envolvimento na relação sujeito-objeto sem qualquer distinção da mesma. Ou seja, o sujeito participa e pesquisa ao mesmo tempo, visto que a junção do saber acadêmico com a práxis contribui para transformações sociais (ROMAGNOLI, 2008).

No que concerne à perspectiva prática, percebemos, conforme poderá ser visto a seguir, que mais que uma definição por um trabalho monográfico que se encaixa na categoria "teórico-prática" das normas do TFG, o que percebemos foi que, devido à copesquisa como método, nele havia uma indissociável relação entre ensino-pesquisa-extensão. Ou seja, um Trabalho Final de Graduação, mas também um Trabalho-

[8] O MNRU teve um importante papel para a elaboração da Constituição Federal de 1988. No decorrer do processo constituinte e ligado a ele intrinsecamente, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), propôs um programa de reformas nessa área e trabalhou pela sua institucionalização, aglutinando para isso um conjunto amplo de setores sociais como movimentos pela moradia, ONGs, entidades classistas e intelectuais, dentre outros (LOPES, 2005).

[9] Saberes aqui compreendidos no âmbito da analítica foucaultiana que não os desvincula da dimensão dos poderes (FOUCAULT, 1999).

[10] A *conricerca* tem sua origem nas práticas ativistas dos operaístas italianos – grupo de militantes e intelectuais de perspectiva marxista dos anos 1960-1970 (CAVA, 2012).

Ensino-Pesquisa-Extensão (TEPE) que, por isso, a partir deste trecho da escrita, será referenciado deste modo.

Mas antes de avançarmos, esclarecemos que deste ponto do texto em diante iniciaremos um modo de escrita que pretende evidenciar, no âmbito de uma co-autoria, as contribuições individuais de cada uma das autoras deste artigo. O intuito desse esquema é não apenas mostrar a transversalidade e complementaridade das posições orientadora-orientanda no desenvolvimento da práxis relativa ao TFG, mas também destacar a forma como essas posições influíram diretamente no resultado do trabalho. Desse modo, o sublinhado marcará a escrita da orientadora e **o negrito a escrita da orientanda.**

Em termos práticos, não haveria como distanciar o TFG, como orientadora, de uma perspectiva metodológica que não confrontasse o clássico rigor que cinde objeto e pesquisador. Minha participação no MSST havia se iniciado logo após a divulgação do empreendimento da torre de 80 andares na área da Vila Dias e da Vila São Vicente, em Santa Tereza, no ano de 2013. A esta época, era também conselheira do COMPUR, representando o setor técnico, o que me fez parte de todo o processo que resultou na flexibilização da ADE de Santa Tereza na quadra do mercado – mesmo tendo votado de modo contrário à flexibilização. No momento desta escrita, ainda faço parte do MSST como representante titular da comissão criada pela FMC que visa discutir propostas para a ocupação do mercado. Desse modo, ao ser procurada pela orientanda para auxiliá-la em seu trabalho sobre novas formas de participação popular no contexto das lutas territoriais, tendo como estudo de caso o Movimento Salve Santa Tereza, foi necessário evidenciar a impossibilidade de "blindar" posições. Em outras palavras, seria necessário um método passível à realidade professora-orientadora-pesquisadora-ativista que trabalharia, portanto, conjuntamente com a aluna-orientanda-pesquisadora numa sobreposição transversal dessas posições. Nesse sentido, o processo estabelecia-se de uma forma a "pesquisar com" e não apenas "pesquisar sobre", muito embora essa etapa fosse também necessária.

Mas para além das estruturas clássicas de pesquisa, o TFG [11] foi também a possibilidade de conexão entre as categorias de ensino, pesquisa e extensão. Na verdade, o "nascimento" do TFG ocorreu durante o atendimento, em 2014, da disciplina ARQ-143 (Planejamento Urbano e Regional II) ministrada – não ainda pela minha orientadora – pela professora e, agora, co-autora deste artigo. Como produto final da disciplina, a turma deveria propor um projeto de requalificação para o Mercado Distrital de Santa Tereza. Este foi, então, o momento no qual pude ampliar meus conhecimentos sobre a atualidade das lutas territoriais já que entramos em contato com situações ocorridas

[11] A defesa e conclusão do TFG ocorreu no primeiro semestre de 2016.

em distintas cidades brasileiras e, mais especificamente, no bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. À época visitamos o local e fizemos o levantamento e mapeamento de informações para desenvolver o projeto.

A vinculação da disciplina ao bairro de Santa Tereza marcou a possibilidade de conhecer as dinâmicas do bairro, seus moradores de um modo geral, e também aqueles que eram/são ativistas do MSST. Durante a visita, pudemos participar de uma das reuniões do movimento realizada em frente a uma das entradas do mercado, na rua. Até então, eu acreditava que as questões afetas à cidade e à produção do espaço urbano estavam localizadas apenas no âmbito do planejamento urbano e de sua estrutura pautada em mapeamentos que conduziam a feitura de PDs e LPUOS. Entretanto, a disciplina possibilitou enxergar a necessidade e a possibilidade de outras formas de produção do espaço que vinculasse o saber das lutas ao saber acadêmico. Ou seja, a copesquisa emergiu como uma metodologia capaz de romper com o distanciamento entre as pessoas e o pesquisador.

Desde então, as questões que envolviam a participação popular passaram a me causar uma inquietação, devido à discrepância da relação entre o poder público e a comunidade [12]. Como consequência, nasceu a vontade de entender mais a fundo a participação popular inserida no contexto das lutas territoriais e o TFG tornou-se uma possibilidade de realizá-la; oportunidade de realizar também a costura entre ensino e pesquisa em um contexto de extensão, ou seja, nos moldes do que foi definido, acima, como TEPE.

Inicialmente, a dificuldade para iniciar o TFG/TEPE esteve relacionada com a escolha do local, visto que tanto minha cidade natal, Araxá-MG, como a cidade onde cursava Arquitetura e Urbanismo, Ouro Preto-MG, não possuíam/possuem movimentos sociais urbanos consolidados. Por isso, e por já ter estado em contato com o Salve Santa Tereza durante a ARQ-143, desenvolver o trabalho em Belo Horizonte surgiu como uma possibilidade. Ainda, como a professora-orientadora era também ativista do movimento, essa vinculação poderia contornar situações de distanciamento da luta. Ao compreender que, neste contexto, a copesquisa poderia ser utilizada como um método que legitimaria o TEPE já que à posição de aluna-orientanda-pesquisadora não parecia trazer impedimentos para que se somasse à posição da professora-orientadora-ativista, teve início seu desenvolvimento.

[12] Naquele momento, a FIEMG estava realizando obras no mercado e utilizava ainda do benefício da cessão que lhe havia sido dado pelo poder público municipal.

As ferramentas utilizadas e desenvolvidas e as análises sobre o método

Após ter sido definida e verificada a copesquisa como método para o desenvolvimento do TFG/TEPE buscamos, em seguida, verificar as ferramentas que poderiam ser utilizadas para sua consecução. Nesse escopo, percebemos que tais instrumentos poderiam ser inseridos no âmbito da cartografia. Cartografia que, de acordo com Romagnoli (2008), ao basear-se em Deleuze e Guattari, surge como uma ferramenta capaz de responder à transdisciplinaridade e à complexidade enfrentada no embate entre teoria e prática, já que, para mais além do conceito imaginado pelos geógrafos, é fluida, cheia de percepções, calcada nos afetos vivenciados pelo sujeito e representa uma resposta eficaz às questões que perpassam as concepções hegemônicas (ROMAGNOLI, 2008).

Ainda, a cartografia, por sua linguagem e metodologia livre e criativa, não se reteria a modelos pré-estabelecidos, tendo em vista que o cartógrafo, nesses moldes, possui liberdade criativa e mergulha nos afetos, nas experiências. Esses últimos, por sua vez, são os que vão direcionar a maneira mais adequada para cartografar uma realidade, pois a cartografia usa do corpo e das vibrações, pois "Deixa seu corpo vibrar todas as freqüências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo e língua" (ROLNIK, 1989, p. 2). Se entrega, portanto, como a entrega do corpo à luta. Vibra, portanto, na frequência dos corpos em luta.

Para a impressão dessas vibrações de modo a torná-las não apenas a inscrição resultante do TFG/TEPE, mas também uma ferramenta do próprio movimento, deu-se início a uma busca pelas formas/canais de participação – já que esse era o eixo temático condutor do TFG – utilizados e criados pelo MSST em sua luta com o intuito de confeccionar uma linha do tempo [13] de suas ações. Para isso, foi feito um estudo em profundidade da timeline da página do Facebook do Salve Santa Tereza. Foi interessante, nesse sentido, perceber que o MSST tanto buscou formas de participação distanciadas daquelas tradicionalmente inseridas no âmbito do cardápio de ofertas do poder público – assembleias públicas em espaços públicos, aulões, ocupações temporárias no entorno do mercado, abaixo-assinados, bloco de carnaval, etc. – quanto embrenhou-se nas instâncias participativas formalizadas e institucionalizadas – audiências públicas, conferência municipal de política urbana, dentre outras. Mas na medida

[13] Vale ressaltar que a linha do tempo que foi gerada seguiu os moldes de linhas do tempo já produzidas pelo grupo de pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Grupo que tem como uma de suas frentes de ação as lutas territoriais.

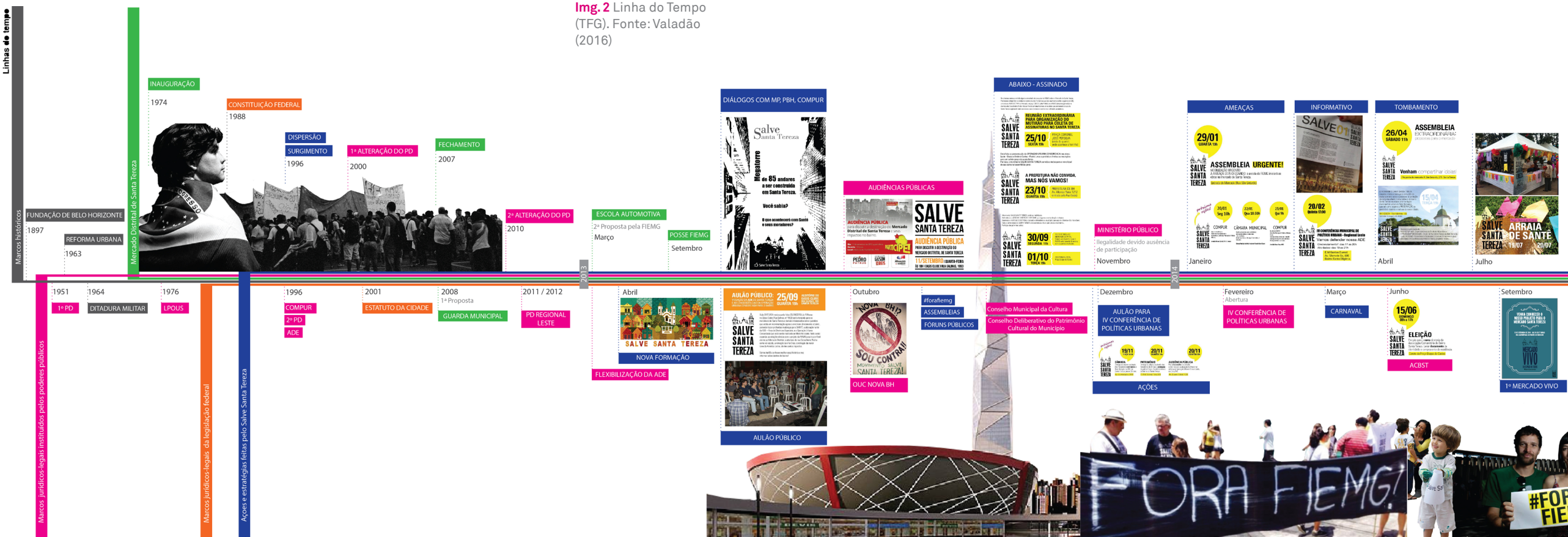
em que produzíamos a linha do tempo das formas de participação, vimos que outros tempos em linha se cruzavam com ela. Veio, daí, a necessidade de adicionar camadas que pudessem evidenciar essas interseções que contemplavam questões de importância, tais como os marcos legais relativos às políticas urbanas e o histórico do próprio Mercado Distrital de Santa Tereza.

Desse modo, a linha inicial desdobrou-se em cinco linhas conectadas e dialógicas: marcos históricos – linha representada na cor cinza, que aborda os marcos mais relevantes no cenário da política urbana brasileira; marcos jurídico-legais instituídos pelos poderes públicos – linha destacada na cor rosa e que representa as principais leis, ações e criação de conselhos que implicam na mudança da política urbana de Belo Horizonte e, sobretudo, que acarretaram modificações no bairro de Santa Tereza; marcos jurídicos legais da legislação federal – linha representada na cor laranja e que traz as duas principais leis brasileiras que versam sobre a cidade, a saber, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade; ações e estratégias do Salve Santa Tereza – ressaltada na cor azul, essa linha conta a história do MSST por meio de suas ações efetuadas desde sua segunda formação em 2013, bem como as ameaças que o bairro enfrenta; e, por último, a linha verde que pontua a história do Mercado Distrital de Santa Tereza que é a principal pauta de discussão e ação do MSST. O resultado final pode ser visto na Imagem 2.

Num segundo momento, com o intuito de elucidar alguns pontos relacionados às formas de participação e sua efetividade às premissas defendidas pelo movimento – horizontalidade e apartidarismo – e à capacidade das novas formas de participação popular como "ativadoras" para a participação, foi aplicado um questionário a seis integrantes do MSST. O material resultante foi um infográfico (Imagem 3) que teve como objetivo tanto produzir um documento de linguagem mais efetiva e acessível para as pessoas envolvidas na luta do movimento como também de gerar informações que poderiam ser discutidas pelo próprio movimento em termos de ações, conceituações e resultados.

Finalmente, é válido mencionar que, no âmbito do TFG, foram realizados outros procedimentos metodológicos com vistas a compreender, de forma abrangente, os mecanismos de participação no Brasil e mais especificamente em Belo Horizonte. Entretanto, no escopo do TEPE/TFG e, portanto, da copesquisa, esses dois desdobramentos cartográficos produzidos foram fundamentais para a visualização de processos

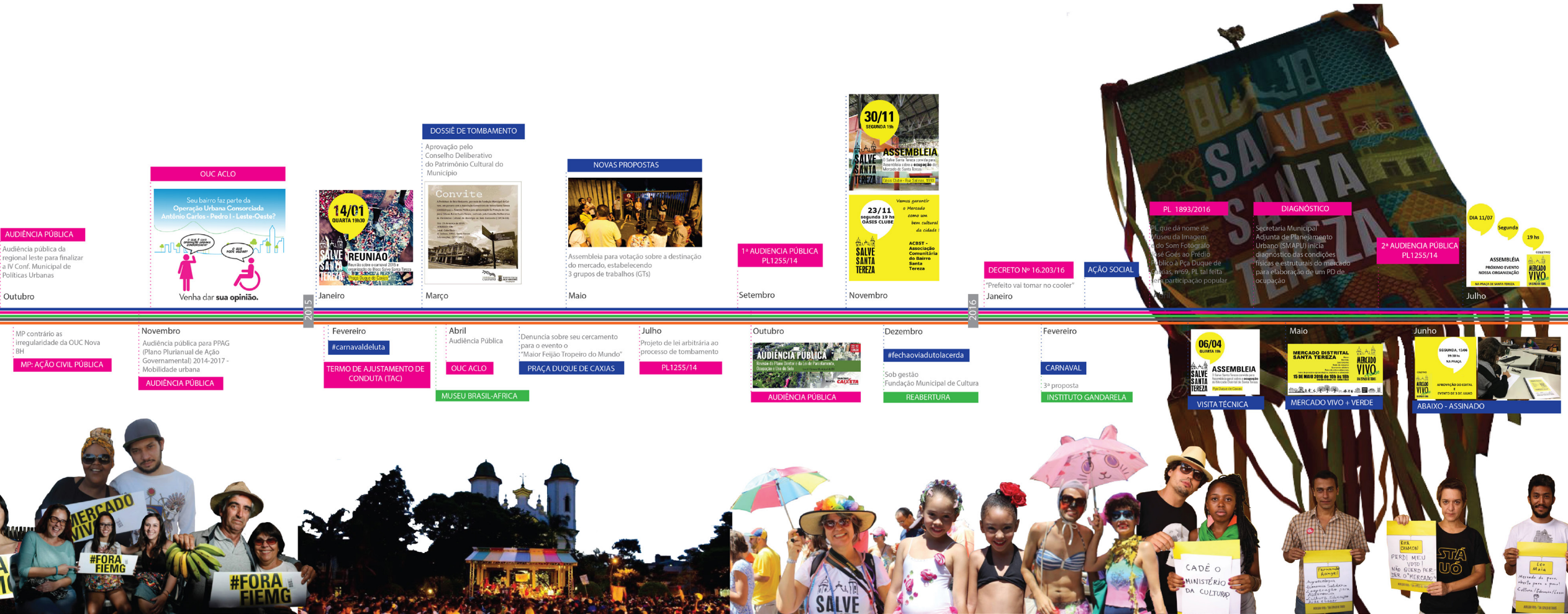
Img. 2 Linha do Tempo (TFG). Fonte: Valadão (2016)

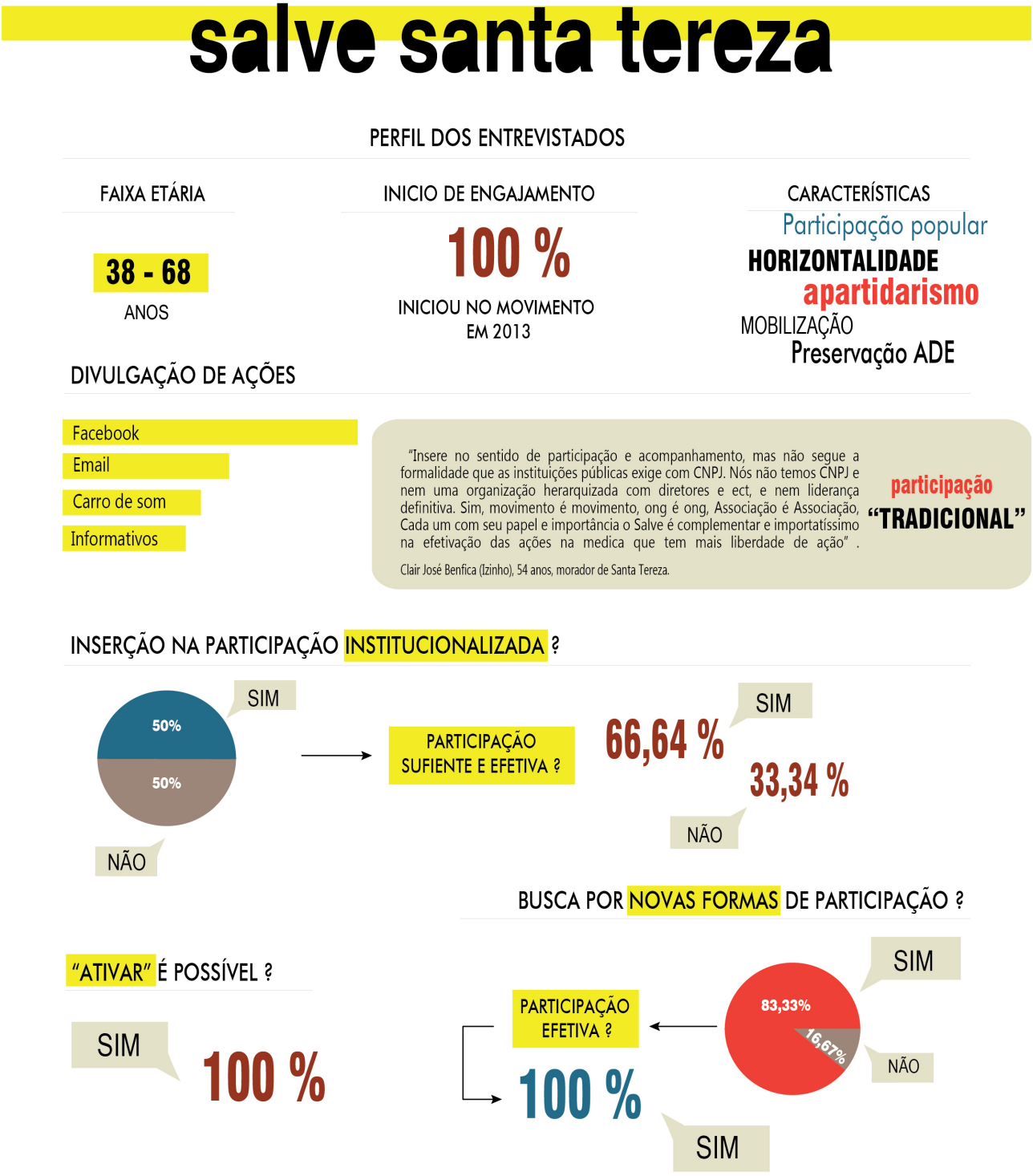


múltiplos e transversais que atravessam o cotidiano das lutas do MSST. Em outras palavras, a copesquisa como método e a cartografia como metodologia – da forma como explicitados neste item – permitiram formas outras de lidar com as múltiplas posições nas relações entre orientadora-orientanda e pessoas envolvidas com o tema do trabalho, mas também entre as próprias orientadora e orientanda. Ainda, o material produzido como resultado final de um estudo-pesquisa – aquele que foi fruto do método e da metodologia – prestam-se também como material para planejamento de ações e para elucubrações do próprio movimento, ou seja, adentra no campo da extensão acadêmica.

Considerações finais

Na busca de outras formas de lidar com as cisões estabelecidas entre os métodos e metodologias clássicas de pesquisas acadêmicas, o trabalho proposto pela orientanda teve como objetivo, mas também como resultado, explorar outros modos de pensar e de agir no que tange as novas complexidades e formatos de relação entre cidades e pessoas – ou seja, outras formas de produção do espaço – na atualidade. Os desafios enfrentados em termos da copesquisa giraram, do ponto de vista da professora-orientadora-pesquisadora-ativista, em torno da necessidade de deslocar olhares e vivências no intuito de menos que fechar cada uma dessas posições em seus supostos devidos lugares, [re]atualizá-las e repensá-las a partir dos processos e resultados que foram sendo alcançados. O "ser do movimento" permitiu aproximar a orientanda-pesquisadora de uma forma mais efetiva dos conflitos, realidades e cotidiano do MSST. Mas foi também um desafio já que um "ser do movimento" é também uma singularidade que não expressa o conjunto das singularidades que conformam o "conjunto do movimento". Desse modo, a interlocução da orientanda-pesquisadora com outros membros do MSST promoveu superfícies de/para deslocamentos e posições. Superfícies múltiplas que se estenderam para a própria luta com os materiais produzidos – a linha do tempo e o infográfico –, possibilitando a reflexão do movimento no que tange sua história e atuação para mais além da questão específica do TFG – a participação





Img. 3 Infográfico (MSST). Fonte: Valadão (2016)

popular – e gerando outras elucubrações. Em outras palavras, da liberdade intrínseca às ferramentas metodológicas utilizadas resultaram discussões livres que abrangeram as relações com outros grupos, instituições e pessoas não circunscritas ao próprio movimento. Foi como olhar para um retrato – um instantâneo – não terminado porque aberto para outras revelações.

No âmbito da conclusão do TFG foi possível verificar que as lutas territoriais que permeiam o espaço belo-horizontino são articuladoras de novas formas de participação e, sobretudo, que a soma das singularidades na luta por um mesmo ideal é capaz de modificar/questionar estruturas participativas instituídas pelo poder público. Percebo que essas conclusões vieram em função de um TFG, como indicado acima, que foi também um TEPE. Fato derivado da copesquisa, que se mostrou um método positivo não apenas no sentido do reposicionamento daquilo que se define como pesquisador e objeto de pesquisa, mas também por proporcionar a revisão das formas como teoria-prática funcionam num ambiente de rica experiência pautado por um "aprendizado com". A cartografia, por sua vez, por ser um processo constante de criação, me proporcionou liberdade para encontrar o caminho que julguei mais adequado para retratar o movimento e suas lutas.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Ulysses da Cunha. Capitulo 2: Belo Horizonte: o percurso da formação da cidade moderna e circunscrição intersticial de permanência e resistências. In: **A Luminosidade do lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza**, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02022006-135000/pt-br.php.

BARROS, Pedro Caldeira de. **Movimentos sociais e políticas públicas: um estudo de caso do Movimento Salve Santa Tereza**. Dissertação de mestrado Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2016.

BELO HORIZONTE. Lei no 6.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Câmara Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1996.

BELO HORIZONTE. PORTARIA FMC Nº 036/2016. Diário Oficial do Município. 18 de março de 2016. Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1159694. Acesso em: 20/09/2016.

BRASIL. Lei no 10.257 de 10/07/2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 26/10/2015.

CARNEIRO, Karine Gonçalves. **Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CAUS ENTREVISTA Raquel Rolnik. CAUS – Coletivo Arquitetura Urbanismo e Sociedade. Belo Horizonte, 15/07/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-sDjXt7FtsM. Acesso em: 18/09/2016.

CAVA, Bruno. A copesquisa militante no autonomismo operaísta. In: **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 37-38, p. 17-38, maio/dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MENDES, Alexandre. A copesquisa nas lutas da cidade. In: **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 37-38, p. 9-16, mai./dez. 2012.

OUC Nova BH. oucbh.indisciplinar. Disponível em: http:// oucbh.indisciplinar.com/ ?page_id=17. Acesso em: 13/01/2016.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. In: **Psicologia & Sociedade**, n. 21, vol. 2, p. 166-173, 2009.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves.

A Singularidade do Lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: **Teoria & Sociedade**, n. 19, jan/jun, p. 82-111, 2011.

SOUZA, Marcelo, L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ouro Preto, 2008. Disponível em: http://docplayer.com.br/7543691-Curso-de-graduacao-em-arquitetura-e-urbanismo.html. Acesso em: 18/09/2016.

VALADÃO, Joellyse Cecília Freitas. **As Lutas Territoriais como Articuladoras de Novas Formas de Participação Popular**. Estudo de Caso: Movimento Salve Santa Tereza, em Belo Horizonte – MG. Monografia (Graduação) em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

*Karine Gonçalves Carneiro é Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Ciências Sociais (PUC-Minas/2016), mestre em Sociologia com ênfase em Meio Ambiente (FAFICH-UFMG/2006), especialista em Arquitetura Contemporânea (IEC-PUC-Minas/1999) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG/1996). Pesquisadora do Indisciplinar UFOP e do GEPSA (UFOP).

*Joellyse Cecília Freitas Valadão é Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisadora do Indisciplinar UFOP.



ARTESANIAS URBANAS: LA ENSEÑANZA DE ARQUITECTURA Y URBANISMO POR MEDIO DE LA VINCULACIÓN CON LA COMUNIDAD EN ECUADOR

ARTESANIAS URBANAS: THE TEACHING OF ARCHITECTURE AND URBANISM THROUGH COMMUNITY ENGAGEMENT IN ECUADOR

Janaína Marx Pinheiro; Hernán Roberto Espinoza Riera**

Resumen

El gobierno ecuatoriano realiza una serie de cambios en el país, desde el nivel productivo, hasta el nivel educacional. Entre los nuevos documentos creados o replanteados en el país, se destacan: la Constitución de la república aprobada en el 2008 a través de un referéndum popular; el Plan Nacional del Buen Vivir, creado en 2009 y la nueva Ley Orgánica de Educación Superior – LOES publicada en el 2010. Todos estos documentos tienen un compromiso en común, la vinculación colaborativa entre ciudadanos para lograr un país en donde se pueda vivir de una mejor manera. El proyecto Artesanías Urbanas surge como una propuesta metodológica de acción en el espacio urbano, donde se reúne el aprendizaje del urbanismo a la vinculación con la comunidad. Por medio de esta experiencia se pudo notar cómo la intervención en el territorio junto con la comunidad, a partir de la activación de procesos culturales como la minga [1], puede potencializar el aprendizaje de los alumnos. Así, las cuestiones urbanas se presentan en su real complejidad, donde son evidenciados relaciones sociales y conflictos, acercando al estudiante de su verdadera actuación como arquitecto y exigiendo de los mismos una postura más crítica.

Palabras clave: *Artesanías Urbanas; metodología y enseñanza; Ecuador; vinculación con la comunidad.*

Abstract

The Ecuadorian government made many changes in the country from the productive level to the educational level. Among the new documents created or rethought in the country are: the Constitution of the Republic approved in 2008 through a popular referendum, the National Plan for Good Living, created in 2009 and the new Organic Law on Higher Education – LOES published in 2010. All these documents have a common commitment, collaborative relationship between citizens in order to made a new country where all people can live in a better way. The Artesanías Urbanas project emerges as a methodological proposal for action in urban space where the urbanism teaching meets the community. Through this experience we see how the intervention in the territory together with the community – from the activation of cultural processes such as minga [1] – can potentiate the student learning. Thus, urban issues are presented in their real complexity, which are evidenced social relations and conflicts, bringing the student of his true role as architect and demanding of them a more critical stance.

Keywords: *artesanías urbanas; methodology and teaching; Ecuador; community engagement.*

El contexto ecuatoriano

A partir del año 2008 el Ecuador pasa por un proceso de cambio dentro de la estructuración interna de políticas públicas que objetivan el mejoramiento de la vida de los ciudadanos con respecto a su entorno. El 20 de octubre de 2008, entra en vigencia la nueva constitución ecuatoriana que viene con la premisa de crear "una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay" [2] (ECUADOR, 2008, p. 3). En el mismo documento, en el capítulo segundo, sección sexta, dedicada al Hábitat y vivienda tenemos que:

> Art. 31. Las personas tienen derecho al disfrute pleno de la ciudad y de sus espacios públicos, bajo los principios de sustentabilidad, justicia social, respeto a las diferentes culturas urbanas y equilibrio entre lo urbano y lo rural. El ejercicio del derecho a la ciudad se basa en la gestión democrática de ésta, en la función social y ambiental de la propiedad y de la ciudad, y en el ejercicio pleno de la ciudadanía. (ECUADOR, 2008, p. 6)

Así mismo, el Plan Nacional del Buen Vivir creado el 17 de febrero de 2013 se presenta como un plan donde "la forma de vida que permite la felicidad y la permanencia de la diversidad cultural y ambiental; es armonía, igualdad, equidad y solidaridad. No es buscar la opulencia ni el crecimiento económico infinito" (ECUADOR, 2013 p. 14).

En lo que se refiere al enfoque urbanístico el plan propone generar nuevos "espacios no formales donde se fortalezca el intercambio de conocimientos y saberes de la sociedad" (ECUADOR, 2013 p. 169), además de fomentar la apropiación de estes tipos de espacios para la libre expresión como una estrategia de democratización del disfrute del tiempo, construyendo así relaciones sociales solidarias (ECUADOR, 2013, p. 182). El espacio público según el plan es visto como un lugar propicio para el encuentro común de personas que luchen contra procesos de expropiación urbana con la finalidad de "fortalecer el derecho a la ciudad, construyendo nuevos procesos regeneradores a partir del diseño participativo y comunitario del espacio" (ECUADOR, 2013, p. 190).

Es interesante destacar que el plan, además de incentivar el derecho a la libre apropiación del espacio público, propone fortalecer las redes comunitarias que pueden generar el intercambio comercial, la recuperación de cultura ancestral y producción local. Por último, la importancia de la regeneración e implantación de espacios públicos son fundamentales para que exista la integración de hogares que, a través de actividades lúdicas, puedan fortalecer los lazos familiares y vivir en armonía con el medio ambiente (ECUADOR, 2013, p. 418).

Si bien los documentos arriba citados muestran la importancia de realizar una vinculación entre ciudadanos para poder retomar y disfrutar los espacios comunes en las ciudades, en la práctica es muy complicado encontrar acciones colectivas que lleguen a los objetivos planteados. En respuesta a esto el gobierno ecuatoriano a través de la Ley Orgánica de Educación Superior – LOES publicada en el 2010 – propone un modelo que vincula la educación superior con proyectos comunitarios. La medida afecta a todas las universidades, públicas y privadas, en el territorio nacional y tiene como objetivo "beneficiar a sectores rurales y marginados de la población" en donde los estudiantes tienen como requisito previo a la obtención del título, "acreditar servicios a la comunidad mediante prácticas o pasantías pre profesionales, debidamente monitoreadas, en los campos de su especialidad" (ECUADOR, 2010, p. 23).

[1] La minga (minka en Quechua) es una antigua tradición de trabajo comunitario o colectivo con fines de utilidad social. Fuente: https://lamingaenmovimiento.wordpress.com/la-minga/minga.

Minga (minka in Quechua is an ancient tradition of community or collective work of social utility purposes (https://lamingaenmovimiento.wordpress.com/la-minga).

[2] Sumak Kawsay en Quechua el "buen vivir" hace parte de la cosmovisión de pueblos ancestrales kichwas originarios del Ecuador.

[3] Influenciado principalmente por la publicación en el idioma inglés del libro "The Production of Space" (1991).

El urbano como proceso en la enseñanza de arquitectura y urbanismo en el Ecuador

En el caso de las facultades de arquitectura y urbanismo en el Ecuador, la vinculación con la comunidad ofrece una buena oportunidad para la enseñanza del urbanismo a partir de una perspectiva contemporánea, donde la ciudad pasa a ser estudiada de manera dinámica. Por mucho tiempo la ciudad fue considerada un elemento resultante de la historia y esto se reflejaba en la manera de estudiarla, como un aspecto secundario, donde la ciudad era apenas el soporte donde se desarrollaban procesos sociales, culturales y económicos. Los estudios del filósofo Henri Lefebvre [3] acerca de la producción del espacio urbano, promovieron una especie de "giro espacial" en las diversas disciplinas relacionadas a las ciencias sociales y humanas, promoviendo una nueva mirada hacia la ciudad. El urbano pasa a ser comprendido a partir de una dialéctica socio-territorial, donde las relaciones sociales forman el territorio, pero a su vez, las relaciones territoriales generan relaciones sociales y de clases (SOJA, 1989). Por lo tanto el espacio no es un mero 'contenedor' ni una simple 'expresión' de las relaciones sociales, sino un factor productivo y constitutivo de ellas, es un producto social. La ciudad, a su vez, constituye el locus de la lucha social y el proceso de urbanización es el resultado de esta lucha.

Una vez entendida esta nueva perspectiva hacia el urbano, la enseñanza del urbanismo gana una mayor complejidad que nos lleva como docentes algunas cuestiones: ¿cómo acercar el estudiante de arquitectura a la complejidad urbana? y ¿cómo vincular la producción teórica a la práctica?

La mayoría de facultades de arquitectura y urbanismo siguen utilizando metodologías de enseñanza a partir de un problema hipotético, donde los estudiantes se limitan a investigar las cuestiones relacionadas al objeto arquitectónico. Esta metodología genera resultados desconectados de la realidad social y agrega muy poco a la formación de este futuro arquitecto urbanista. Además, desencadena una serie de fracasos en la actuación profesional, una vez que al momento que egresan se sienten frustrados frente a la complejidad impuesta por la realidad. Sin embargo, uno de los puntos positivos dentro de la enseñanza de arquitectura y urbanismo es la utilización de la

metodología del aprendizaje por solución de problemas (ABP) [4], donde el estudiante está involucrado en una constante búsqueda a lo largo de la carrera de soluciones proyectuales que se diferencian en escalas y tipologías.

Artesanías Urbanas: una experiencia de vinculación con la comunidad en Ecuador

La necesidad de acercar los estudiantes a la complejidad de problemas reales y del trabajo en equipo resultó en un valioso proceso de experimentación en la enseñanza de la arquitectura y urbanismo por medio de un proyecto de vinculación con la comunidad denominado Artesanías Urbanas. El proyecto se inicia en 2015 a partir de un problema planteado a los estudiantes: ¿cómo mejorar la calidad de vida de los moradores del barrio Guápulo por medio del conocimiento adquirido en la universidad?

Estudiantes de 4 asignaturas (Diseño arquitectónico y tecnológico 4, Ciudad 4, Vivienda social y diseño básico 1) de la Facultad de Ciudad Paisaje y Arquitectura de la Universidad Internacional del Ecuador – UIDE – con sede en Quito fueron reunidos en un taller vertical para realizar el diagnóstico del barrio Guápulo, un asentamiento anterior a la conquista española, que actualmente se caracteriza por ser un importante sitio histórico de Quito (QUITO, 2009, p. 6). La intervención tenía la primicia de responder a las necesidades de la población del barrio, entretanto en un comienzo no fue definido el lugar, tampoco el tipo de intervención.

Cada una de las asignaturas fue responsable por un producto parcial que debería sumarse al proyecto final. Los primeros productos estaban relacionados al reconocimiento del área de estudio, el contexto urbano donde está inserido el barrio Guápulo, es decir la relación barrio – Guápulo – y metrópoli – Quito – (imagen 1). El taller vertical, una iniciativa inédita en la facultad, posibilitó un rico debate entre alumnos de diferentes niveles y una comprensión más amplia de las dinámicas, disputas y necesidades del barrio.

Una vez que los alumnos adquirieron un conocimiento más amplio del barrio, el segundo paso fue identificar junto con la comunidad las necesidades del mismo y definir el lugar de intervención. Para este trabajo cada una de las clases asumió una responsabilidad de acuerdo a los contenidos de cada asignatura. Es importante destacar el carácter colaborativo en la construcción de la propia metodología, inicialmente entre los estudiantes y después junto a la comunidad, donde los diferentes saberes fueron valorizados, contribuyendo para un proceso de aprendizaje horizontal.

Los estudiantes de la clase “Ciudad 4” fueron responsables por la elaboración del diagnóstico urbano del barrio, por lo tanto este grupo generó informaciones que subsidiaron la elección del sitio de

[4] El ABP nasce en la década de 1960 con el objetivo de mejorar la calidad de la educación en dos escuelas de medicina en América del Norte y Canadá, “cambiando la orientación de un currículum que se basaba en una colección de temas y exposiciones del maestro, a uno más integrado y organizado en problemas de la vida real y donde confluyen las diferentes áreas del conocimiento que se ponen en juego para dar solución al problema” (ITESM, 1999).

Img. 1 Maqueta Topográfica para reconocimiento del barrio Guápulo

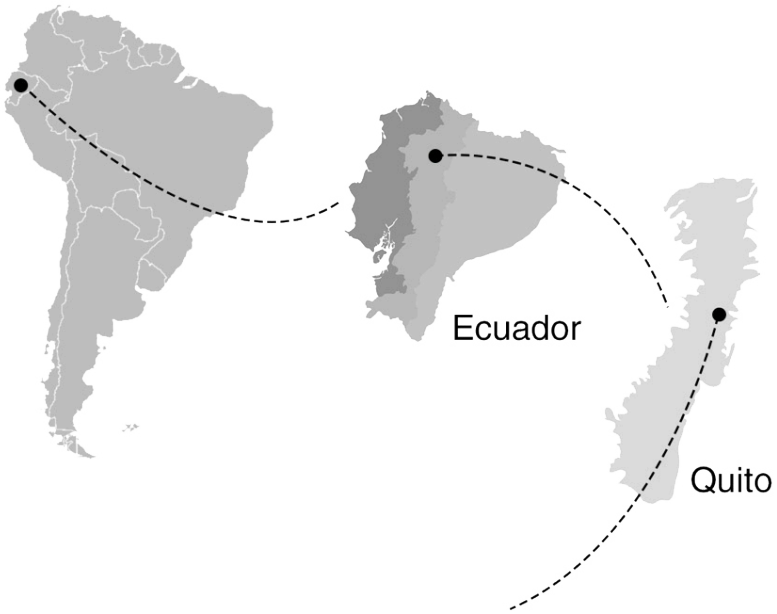


intervención por todos los estudiantes. Los estudiantes concluyeron que, a pesar del barrio Guápulo ser reconocido por su historia, su proceso de ocupación generó una fragmentación social claramente reconocida en el territorio. En las entrevistas, los moradores de la comunidad La Tolita manifestaron el interés en hacer algo en un terreno privado, utilizado por esta comunidad como espacio público a aproximadamente 20 años. En el terreno mencionado había una cancha de futbol y una cancha de básquet al rededor de las cuales la comunidad solía reunirse en los fines de semana. Las informaciones levantadas motivaron a los estudiantes a elegir este terreno como área de intervención, una decisión aprobada por los vecinos con la condición de que en la intervención no se hiciera ninguna construcción en hormigón, una vez que el terreno era privado (imagen 2).

Una vez definido el área de intervención los estudiantes de la clase de diseño arquitectónico 4 realizaron algunas reuniones con la comunidad con el objetivo de generar el programa arquitectónico del “Parque La Tolita”. Para las reuniones, los alumnos prepararon un material gráfico (mapas y adhesivos) y una maqueta del terreno, con el objetivo de facilitar la comprensión del territorio tanto para los estudiantes como para la comunidad. En el primer encuentro se elaboró una cartografía colectiva con el objetivo de identificar las necesidades y los deseos

de la comunidad y al final generar un programa para el proyecto de intervención para el “parque La Tolita” (imágenes 3 y 4).

Las directrices del proyecto fueron elaboradas a partir de las demandas más frecuentes. Por lo tanto, el proyecto debería contemplar espacios de ocio y reforzar los vínculos de la comunidad con el lugar, mejorar las conexiones internas al barrio por medio de caminos, gradas, etc. Toda la intervención debería ser realizada por la comunidad en conjunto con los alumnos.





Img. 2 Área de Intervención (terreno priivado): barrio Guápulo, comunidad la Tolita

Img 3 Reunión con la comunidad para levantamiento de las demandas en el barrio



Img. 4 Cartografía colectiva de las necesidades en el área de intervención



Una vez elaborado el programa de necesidades de la comunidad, los estudiantes regresaron a la sala de clase y desarrollaron diferentes propuestas para el “Parque La Tolita”. Después de cinco semanas de trabajo, los alumnos presentaron los proyectos a la comunidad en una reunión donde se eligió el mejor proyecto. La recepción de las propuestas por la comunidad fue muy positiva y ellos decidieron combinar todas las propuestas presentadas. Aunque los proyectos eran aparentemente muy sencillos, contemplaban soluciones para las necesidades reales, además consideraban las posibilidades de construcción con el material y la mano de obra local disponible.



Img. 5 Juegos infantiles propuestos para la comunidad



Img. 6 Recolección de materiales para la construcción

Así, los estudiantes regresaron a clase para reunir los proyectos y desarrollar los sistemas constructivos y detalles arquitectónicos para la intervención.

La clase de diseño básico 1 desarrolló prototipos de juegos infantiles que se ubicaron en el “Parque La Tolita”, una demanda muy fuerte por parte de la comunidad. Por fin, la clase de vivienda social fue responsable por la gestión de recursos para la intervención desde los materiales, plantas, herramientas, transporte hasta los recursos humanos para la intervención (imágenes 5 y 6).

Img. 7 Mejoría de los accesos al parque por medio de una escalera de pallets plasticos



Una vez finalizado el proceso de gestionar y distribuir las obligaciones de cada una de las asignaturas, los alumnos tuvieron la oportunidad de colocar en práctica todos los proyectos y propuestas realizadas en el papel. Mediante procesos colaborativos entre estudiantes, profesores y comunidad, fueron realizadas mingas los días sábado y domingos para ejecutar parte del proyecto propuesto. Se dió prioridad a la realización de intervenciones puntuales que necesitaban urgentemente como: mejoría de los accesos al parque, mejoría del paisajismo del sector, ejecución de juegos infantiles y lugares de ocio (imágenes 7 y 8).

El proyecto Artesanías Urbanas plantea una nueva manera para la enseñanza en las facultades de arquitectura y urbanismo. En primer lugar, los proyectos son desarrollados a partir de necesidades reales de la comunidad, esto genera un vínculo del alumno con el problema, que



Img. 8 Mobiliario urbano realizado por los moradores

a su vez potencializa el proceso de aprendizaje. En segundo lugar, la práctica en campo es dinámica, presenta inúmeras variables que deben ser consideradas por el estudiante. El aprender-haciendo posibilita al alumno probar su proyecto, comprender las limitaciones de la construcción y cuestionar su propio diseño. Así a través de un proceso de prueba y error los estudiantes vuelven a replantear la solución inicial, considerando las cuestiones técnicas, pero también las cuestiones sociales, como por ejemplo la aceptación por parte de la comunidad de determinada solución.

Esta metodología disminuye la tendencia que los estudiantes tienen de avergonzarse de los propios errores (MILLER, 2008). Además, la vinculación entre el desarrollo del proyecto arquitectónico por medio de la vinculación con la comunidad permite que el alumno comprenda que los problemas urbanos no pueden ser solucionados dentro de sala de clases de manera jerárquica.

Con esto, el proyecto Artesanías Urbanas tiene dos grandes objetivos: acercar al estudiante de problemas reales y difundir una cultura de la producción del común. En este sentido, el trabajo de los talleres fue desarrollado a partir de un problema y los esfuerzos de los estudiantes se centraron en la mejora de la vida de la comunidad. El hecho de no limitar el trabajo del estudiante al diseño, permitió una nueva manera de aprendizaje por medio de la práctica. Además, el proyecto se presentó como una oportunidad para aplicar la enseñanza y la vinculación con la comunidad, exigidas por las leyes antes expuestas.

El proyecto Artesanías Urbanas generó un proceso de aprendizaje bastante valioso para profesores, estudiantes y comunidad, pero sin duda el resultado más positivo fue la motivación de los alumnos al trabajar con un problema real. Las reuniones, entrevistas, debates y el diseño participativo ayudaron en el desarrollo del proyecto para el parque. Los estudiantes que elaboraron el diagnóstico comprendieron el valor de la actividad realizada por ellos y los estudiantes de vivienda

social entendieron la importancia del vínculo de la comunidad con su territorio y por lo tanto la necesidad de mejorar este espacio. Por otro lado, la construcción colectiva y colaborativa del “Parque La Tolita”, contribuyó para el empoderamiento y la autonomía de la comunidad por medio de la minga (imagen 9).



Img. 9 Proceso de activación de la Tolita. “Minga” con los vecinos de la comunidad

Conclusión

Podemos concluir que los alumnos que participaron en el proyecto Artesanías Urbanas por medio de la vinculación con la comunidad y de la práctica social, obtuvieron una notable diferencia con respecto a la motivación y participación en el taller cuando comparado a los alumnos que estuvieron involucrados únicamente con la práctica proyectual basada en el producto. Además, las respuestas proyectuales de los estudiantes demostraron que los mismos adquirieron mayor conciencia frente a la realidad local, son propuestas más receptivas a la participación de los actores locales y al intercambio de experiencias colectivas. También se puede destacar la autonomía adquirida por los estudiantes, una vez que ellos fueron los responsables por recolectar las informaciones, reconocer las demandas, proponer el programa arquitectónico, presentar sus proyectos a la comunidad y reconocer la falencia de sus propuestas en el momento de la construcción.

indi
scip
lina
r

A partir de una reflexión más amplia, se puede destacar el potencial de la metodología utilizada y su capacidad de promover intervenciones por medio de proyectos de vinculación con la comunidad dentro de las asignaturas. Respetando la singularidad de cada comunidad es posible enriquecer la práctica arquitectónica agregando diferentes saberes, por ejemplo, se puede conocer técnicas constructivas alternativas, saberes tradicionales, conflictos sociales, etc. Por fin, creemos que para formar arquitectos y urbanistas que actúen de manera pertinente a la realidad de nuestros países es necesario que las instituciones dentro de sus obligaciones de proyectos de vinculación con la comunidad, no se limiten a realizarlas únicamente con instituciones gubernamentales, sino que también potencialicen el contacto directo de los estudiantes con comunidades, descubriendo así las verdaderas necesidades de los moradores.

REFERENCIAS

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Quito, Pichincha: Asamblea Nacional, 2008.

ECUADOR. **Plan Nacional del Buen Vivir. Quito**, Pichincha: Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo, 2013

ECUADOR. **Ley Orgánica de Educación Superior**. LOES. Quito, Pichincha: Asamblea Nacional, 2010

INSTITUTO TECNOLÓGICO Y DE ESTUDIOS SUPERIORES DE MONTERREY – ITESM. **El Aprendizaje Basado en Problemas como técnica didáctica.** Disponible en: http://www2.uca.es/ordenacion/formacion/docs/jifpev4-documentacion.pdf. Fecha de acceso: 18/09/2016

MILLER, David W. **Haciendo Trabajar a la Ciencia**. Universidad de Warwick, 2008. Disponible en: http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/people/miller/haciendotrabajar.pdf/. Fecha de acceso: 17/09/2016

SOJA, Edward. **Postmodern Geographies**. *The reassertion of space in critical social theory.* Londres: Verso, 2003.

QUITO. **Plan de Desar**.

*Janaina Marx Pinheiro es brasileña, actualmente residente en Ecuador. Estudió arquitectura y urbanismo en la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), siguió su maestría en la misma institución donde buscó enfocar sus estudios en la producción contemporánea del espacio urbano. Ha ocupado cargos de dirección en planificación urbana en instituciones gubernamentales en las diversas escalas y actualmente se ha dedicado a la investigación y docencia en la Universidad Central del Ecuador (UCE). Desde 2013, hace parte del grupo de investigación Indisciplinar UFMG, el cual tiene sus acciones centradas en la producción del espacio urbano actual, así como los procesos constitutivos del espacio social, a partir de un abordaje transversal que une la práctica, el activismo urbano y la producción académica.

*Hernán Espinoza es ecuatoriano graduado en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG) y magister en Ingeniería de Materiales por la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP), ambos en Brasil. Ha sido profesor del departamento de Tecnología de la UFMG y actualmente es docente de la Universidad Central Ecuador (UCE). Es investigador en temas relacionados con Tecnología y Arquitectura. Ocupó cargos de investigador en proyectos multidisciplinarios en el Centro Tecnológico del Estado de Minas Gerais (CETEC-MG). Obtuvo premios en Brasil con proyectos arquitectónicos y de intervenciones urbanas. Actualmente es investigador del grupo Indisciplinar UFMG donde desarrolla trabajos relacionados con tecnologías digitales para la creación de espacios urbanos de uso colectivo basados en la lógica de código abierto.



PROCESSO EXTITUCIONAL DOS CIDADÃOS URBANOS EM MADRI*

THE URBAN CITIZENS' EXTITUTIONAL PROCESSES IN MADRID

Mauro Gil-Fournier Esquerra, Miguel Jaenicke Fontao, Esau Acosta Perez

Tradução: *Bernardo Neves*
Revisão: *Thiago Canettieri*

Não participação

Ao falar sobre participação, sempre precisamos levar em conta economia, capitais e recursos. Portanto, quem pode participar? Que cidadãos podem pagar os recursos de tempo e espaço para participar em suas vidas cotidianas? "Naquela época eu não podia me dar ao luxo de participar", disse Marcheline. Ela é um dos cidadãos da PAH [1]; portanto, fez parte de uma das múltiplas iniciativas que desenvolveram um processo de capacitação coletiva para que as pessoas acessassem a moradia em Madri. Marcheline é uma das mulheres que colabora conosco na pesquisa sobre o processo de Urbanismo Habitacional, desenvolvida através da observação das práticas cidadãs de 2000 a 2015. Além disso, ela foi um dos 550.000 cidadãos afetados pelo processo de hipotecas e despejos. Em 2008, trabalhou em uma multinacional de gás e participou de um curso universitário de Relações Internacionais. Ela também era responsável pelos cuidados da casa e da família. Sua agenda diária estava cheia de obrigações, o que incluía manter a casa e fornecer a renda familiar. Em 2009, devido à crise econômica, ela perdeu o emprego e não podia mais pagar a hipoteca ao seu banco. Ela começou a sofrer de sua situação precária quando o banco lhe pediu para pagar seu empréstimo, que tinha aumentado de 700 euros para 1.450 euros por mês durante esses dois anos. Na sequencia desta situação precária, Marcheline descobriu a PAH e iniciou seu próprio processo de capacitação. "Ninguém pode evitar esta situação melhor do que você". Esse é um dos princípios da PAH.

[1] Plataforma dos Afetados pela Hipoteca. É uma associação e movimento social por direito a moradia digna surgido em fevereiro de 2009 em Barcelona, atuante em toda Espanha. A PAH se considera um movimento horizontal, não violento, assembleário e apartidário. Mais informações em português em: esquerda.net/dossier/o-que-s%C3%A3o-plataformas-de-afetados-pela-hipoteca/22266. NDT.

Img. 1 Babel, SIC/VIC

Novo reino coletivo: público e privado simultaneamente

O caso de Marcheline é um dos milhares casos que vimos em Madrid nos últimos 15 anos. Foram mais de 570.000 casos de processos de execução hipotecária [2] na Espanha e mais de 100.000 em Madrid, a uma taxa máxima de 517 casos por dia. A questão da habitação não é individual. Pelo contrário, é uma questão a ser encarada com consciência pública em relação ao acesso à habitação. A plataforma PAH torna a questão individual visível, para que seja transparente para a sociedade e mostra a construção do processo de execução hipotecária.

Nós passamos das Instituições Disciplinares de Foucault para as Sociedades de Controle de Deleuze, onde "o controle flutuante substitui as escalas de tempos disciplinares de sistemas fechados". A financeirização da vida cotidiana é um sistema aberto que afeta você indiretamente e revela a impossibilidade de gerenciar sua própria casa. Essa financeirização da vida vem de novos centros de poder para cada espaço e tempo de sua vida, dissolvendo as esferas pública e privada. O que podemos ver com o processo da PAH é que todas as esferas estão sendo produzidas em um processo inter-relacional de construção das esferas individuais que não são mais privadas, e a esfera pública é feita a partir de experiências coletivas problemáticas. Para conectar as esferas, pessoal e social, é necessária uma análise diferente das relações entre os espaços públicos e domésticos, reunindo todos os atores financeiros que executam as práticas diárias de execução hipotecária. A PAH mostra um novo e emergente domínio coletivo baseado em redes de abertura e distribuição de práticas domésticas de resistência dentro da cidade. Publicidade e esfera privada são processos construídos simultaneamente.

[2] A execução da hipoteca implica que o credor pode se apossar do imóvel e vendê-lo a fim de conseguir o dinheiro emprestado de volta. Tecnicamente, a execução da hipoteca é um procedimento legal que ocorre em caso de inadimplência. NDT.

Instituições

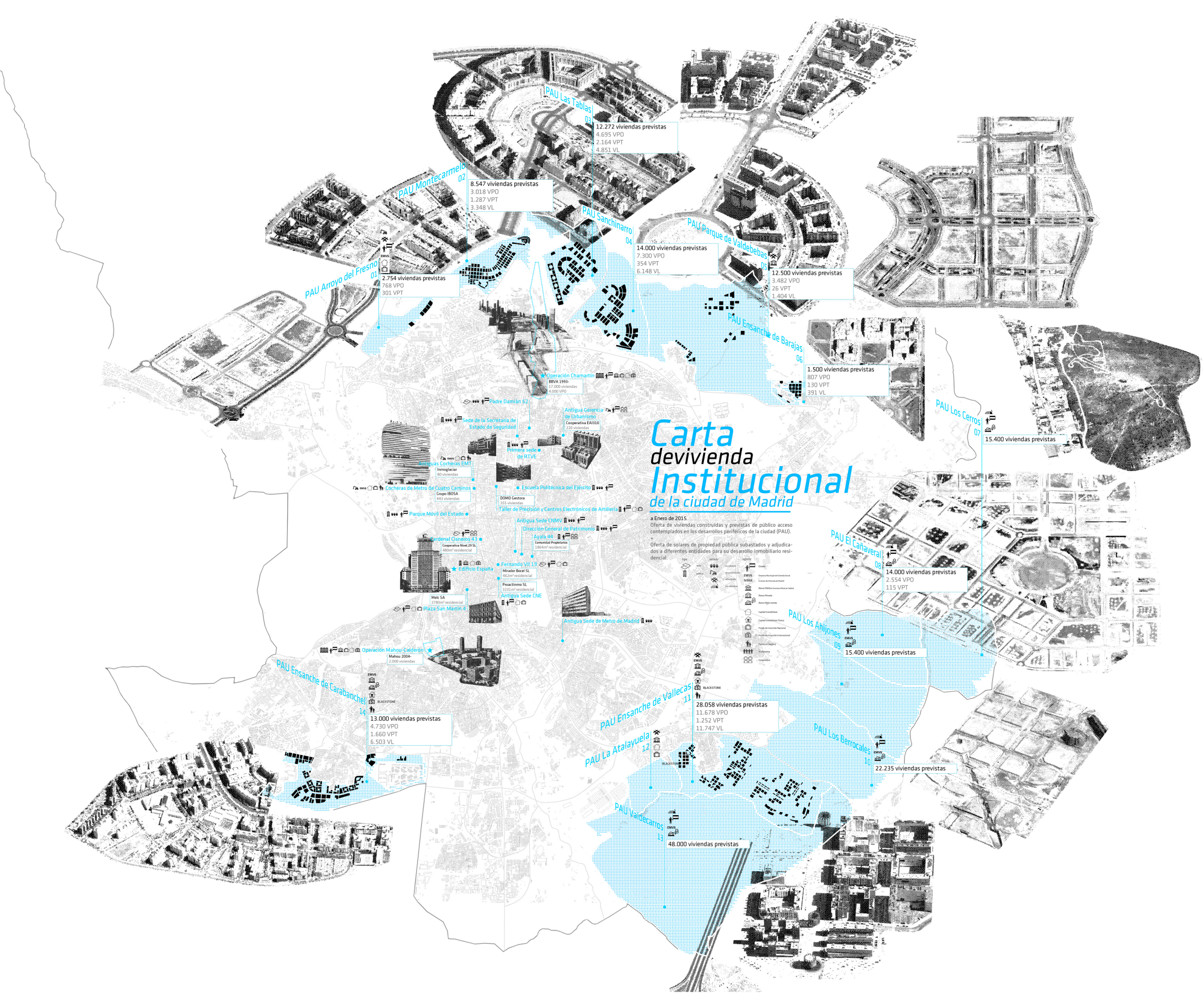
De 1990 a 2000, o desenvolvimento urbano em terras na região de Madrid aumentou quase 50%, enquanto a população aumentou apenas 3,5%. Desde 2000 mais de 30% da terra na cidade de Madrid foi urbanizada para desenvolver novos projetos de habitação. (Img. 1) A bolha imobiliária surgiu na Espanha, onde foram construídas mais habitações do que na França, Alemanha e Itália (2005), como resultante da liberalização da terra, dos créditos baratos e de uma "campanha imobiliária" liderada pelas administrações, pela mídia e pela sociedade. A Espanha tem a taxa mais elevada de propriedade imobiliária/aluguel de habitação, o que representa até 85% de casas próprias. Os 11% restantes são alugados no livre mercado, o que significa que 2% da habitação social é alugada ou comprada. Além disso, ao longo dos últimos 10 anos, algumas "Inovações Financeiras" surgiram para reduzir a taxa de moradia não remunerada, como uma forma de retornar propriedades para o mercado imobiliário e aumentar seus volumes de propriedade, convertendo casas públicas para proprietários privados. A criação dos fundos SAREB, SOCIMIS, Vulture e outras instituições público-privadas permite que o mercado faça desaparecer todos os ativos tóxicos de capital fixo. As pessoas que alugavam habitações sociais do conselho foram expulsas de suas casas, porque as administrações públicas venderam sua propriedade pública a essas novas instituições privadas. Em 2014, mais de 5.000 casas alugadas protegidas foram vendidas pelo Conselho de Madrid e pela administração regional para o capital privado Madrid-mundo. A Goldman Sachs-Azora adquiriu mais de 3.000 apartamentos do Plano de Habitação Jovem e BlackStone Magic Imóveis adquiriu 1.860 casas da Companhia de Habitação Pública de Madri. Devido à desvalorização dos preços da habitação durante esses anos as instituições públicas ganharam 329 milhões de euros.

O importante aqui é levar em conta a circulação de capital financeiro entre instituições públicas, capital privado e novas empresas híbridas. Esse fluxo deixa muitos cidadãos sem casas em uma cidade onde mais de 15% do estoque de habitação é declarado como vago. A cidade de Madrid tem 263.279 casas vazias.

As instituições se estabelecem com uma materialidade severa. Corpos e edifícios proporcionam a estabilidade necessária para a sua permanência. Esta materialidade severa "permite à instituição estabelecer relações densas, repetitivas e bem definidas". Semelhante a todos os processos de execução hipotecária, eles são fixados, estabelecidos e hierárquicos com as relações híbridas entre entidades bancárias, fundos abutres, partidos políticos, instituições de justiça, modificações das leis de execução hipotecária, intervenções policiais, etc.

Procedimentos extitucionais

Esta batalha, entre cidadãos e instituições financeiras, se espalha para as esferas domésticas, escritórios de bancos privados, manifestações de espaços públicos, discursos parlamentares, representações de mídia, protestos e escrachos nas ruas. Esta batalha tem duas maneiras diferentes de produzir visibilidade e engajamento. (Img. 2) Uma é



Img. 2 Cartografia da gestão institucional em torno da habitação em Madri, 2000-2015, SIC/VIC

a apresentação institucional formada por especialistas, técnicos, engenheiros, economistas e advogados. A outra, o procedimento extitucional, é baseada no auto-empoderamento coletivo criado pelos cidadãos.

Enquanto o processo institucional se baseia em sua materialidade rígida, o processo extitucional é uma superfície macia que opera graças à lógica da rede; a partir da dualidade interior-exterior que governa a instituição e suas hierarquias, as superfícies extitucionais podem ser entendidas como capazes de eventualmente montar uma multidão de agentes diferentes. Como conceito em construção, entendemos o processo extitucional como uma lógica, ou um modo, em vez de uma realidade positiva. Extitucional não é o contrário de institucional. Então, neste ponto, qual vetor extitucional urbano determina os processos de despejos em Madri?

Propomos e questionamos a ideia, nos voltamos para uma apropriação cidadã para tal. Pensamos no ambiente de iniciativas coletivas de habitação como procedimentos extitucionais e civis. Sugerimos e questionamos a ideia de processos extitucionais, que se opõem às instituições que oferecem acesso à moradia e seu desenvolvimento, economia, avaliações e construções. Os cidadãos se organizam, graças ao acesso e o direito à habitação, em múltiplas assembleias rizomáticas, em um processo extitucional, dinâmico e temporário. A Plataforma de PAH não é a única entidade que trabalha para o auto-capacitação e capacitação coletiva em torno dos processos de execução hipotecária. A partir de maio de 2006, os cidadãos começaram a organizar manifestações locais em todo o país com a iniciativa *"V de Vivienda"*. Posteriormente, em dezembro de 2007, os primeiros cidadãos afetados criaram a Organização Migrante Equatoriana, "Conade", que foi precursora da PAH. Fevereiro de 2009 foi o momento em que a primeira PAH local apareceu em Barcelona. Além da PAH, existem múltiplas iniciativas, associações, plataformas de pesquisa, psicólogos, advogados, assistentes sociais e plataformas de ação direta como o *Stop Deshaucios*, que desenvolvem um objetivo comum, mas não por consenso. Cada um desenvolve suas próprias estratégias para funcionar como um conjunto de múltiplas entidades que inclui imagens e representações simbólicas, enormes redes sociais e comunidades de apoio mútuo. Paralelamente a estas entidades, existem também protocolos de autonomia, negociações, protestos e conflitos de visibilidades materiais, como as fechaduras das casas ou objetos de resistência. Aqueles que são afetados pelo despejo usam as geladeiras para impedir que a polícia entre violentamente, ou várias espacialidades extitucionais que vão como parte do processo, desde a

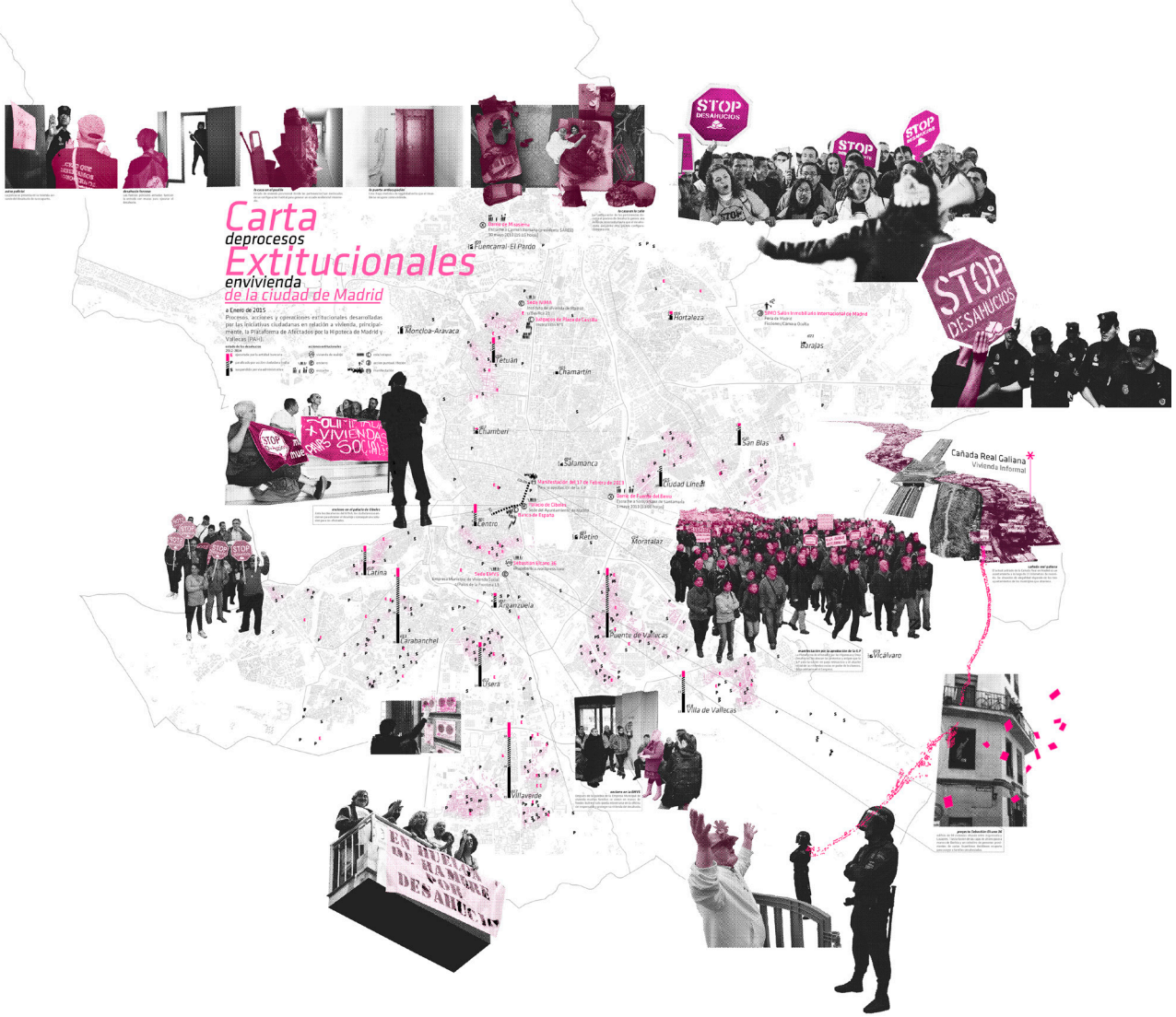
desocupação de uma casa até manifestações no espaço público. Esses procedimentos extitucionais permitem a partilha de todo tipo de capital não econômico, tais como o simbólico, o relacional, o conhecimento, o cuidado, os afetos, o trabalho, o capital de saúde, etc. Esta prática urbana extitucional não é apoiada por fundos. Assim, é uma plataforma para diversas iniciativas e comunidades trocarem esses outros recursos de capital frágeis e precários.

Empoderamento individual e coletivo

O Estado responde à crise financeira e imobiliária com mais de 100 bilhões de euros com o resgate das entidades bancárias. Os cidadãos respondem através da coletividade da questão e começam a se organizar formando esses procedimentos extitucionais. Para assuntos que não sejam atos de desobediência civil ou negociações com entidades bancárias, os procedimentos extitucionais fornecem conhecimento coletivo para autogestão de oficinas, grupos de apoio à violência de gênero, violência contra crianças, pessoas com funcionalidades diversas, idosos, migrantes e redes de apoio mútuo. O processo de capacitação é individual e coletivo ao mesmo tempo. Ele vai de ser o culpado a se tornar a vítima de um golpe. Esse processo de empoderamento também vai do empoderamento individual à emancipação coletiva e global.

Similar ao caso de Marcheline, o processo de capacitação constrói uma nova entidade política que não é apenas um sujeito político. Em vez disso, é um corpo político que desenvolve seu poder e o distribui na cidade. A tabela de tempo e espaço da Marcheline, em seu processo de execução hipotecária, é agora promulgada em diferentes associações, comunidades, iniciativas e um crescente apoio pessoal que assegura a disseminação e o compromisso com a prática urbana de Marcheline em Madri. (img. 3) Marcheline é hoje uma entidade política com agência para mobilizar muitos recursos de seu próprio processo de execução hipotecária para ajudar outros cidadãos no processo extitucional. Ela desenvolveu um enorme capital simbólico através de suas aparições na mídia que lhe permitiram renegociar seu empréstimo com sua entidade bancária e pagar aluguel social por sua casa por mais dois anos. Seus capitais não-econômicos se tornaram muito mais elevados em seu próprio processo de capacitação.

Não é uma coincidência que Marcheline é quem, neste artigo, representa o processo de capacitação. Este processo extitucional é liderado por mulheres. Como diz Carolina Pulido da PAH, "é um movimento liderado e composto principalmente por mulheres, mas

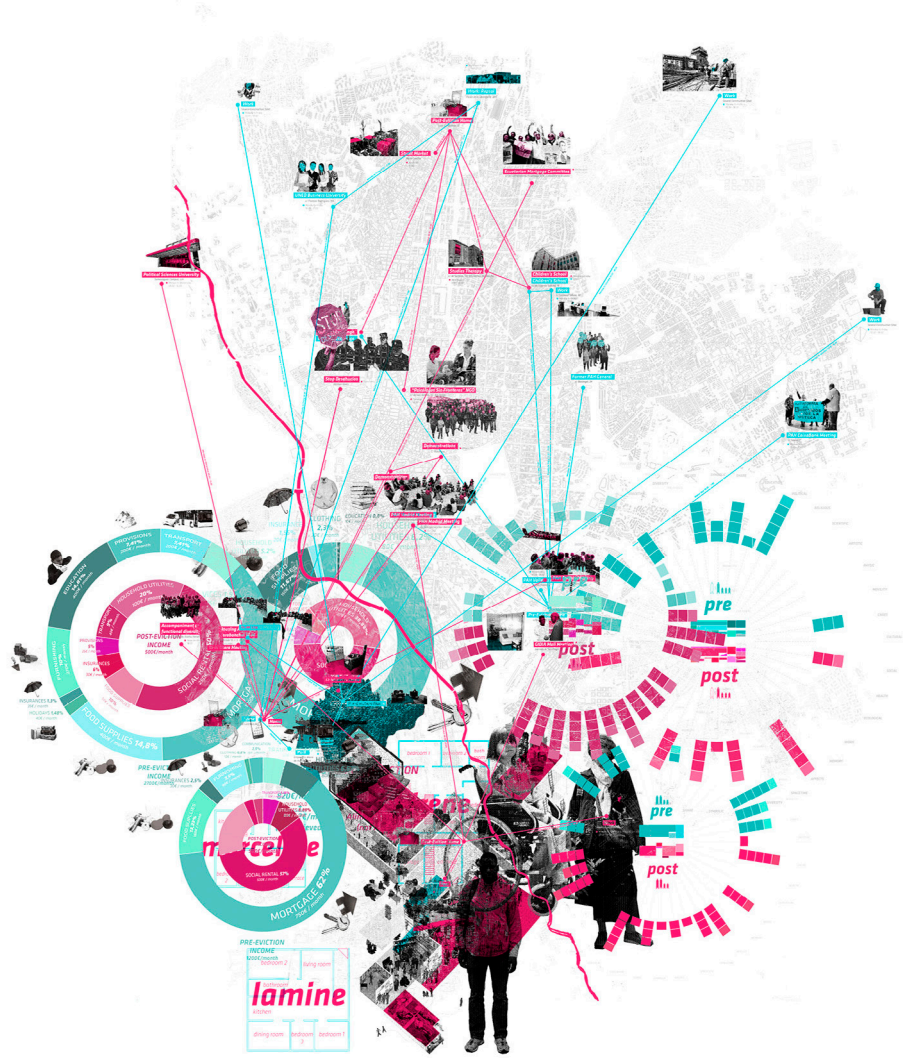


Img. 3 Cartografia dos processos institucionais dos cidadãos urbanos em torno da habitação em Madrid, 2009-2015, SIC/VIC

também por homens que se unem à luta, simplesmente com uma visão diferente". Isso se deve principalmente a duas razões: citando C. Pulido "em primeiro lugar, devido à feminização da pobreza e, em segundo lugar, porque os homens, incapazes de cumprir o mandato de gênero, sendo detentores das famílias, saem cheios de vergonha e culpa". Assim, as práticas extitucionais de moradia em Madri são uma entidade feminista que traz ao público o pensamento privado: o endividamento das famílias, mostrando mais uma vez, como disse Kate Miller, "o pessoal é político". Eles ligam o cotidiano, o pessoal e o coletivo, a visibilidade na arena legal e institucional, que é feita junto com as famílias acompanhantes: ligando a esfera pública com cuidado. São erguidos em defesa do espaço para sustentar seus pares e estabelecer laços de solidariedade baseados nos bens comuns e no cuidado. É assim que o empoderamento individual e coletivo funciona na prática da habitação extitucional cidadã urbana em Madrid.

Urbanismo extitucional e domicílios descartados

A cidade nesse processo é uma assembleia múltipla que realiza outros modos de produção/reprodução ou visibilidade/invisibilidade das esferas público-privadas tradicionais. Nesse modo, o urbanismo extitucional é um urbanismo feito como um sistema coincidente. De acordo com Peter Sloterdijk, "O conceito de um sistema coincidente mostra a condição simultânea do bairro e da diferença: sem esse fato, é impossível entender como emergem as sociedades contemporâneas". Além disso, sem este conceito não podemos entender o surgimento do urbanismo extitucional. As práticas habitacionais dos cidadãos em Madri estão todas ligadas como um sistema coincidente através do processo extitucional de várias maneiras. (img. 4) Em primeiro lugar,



Img. 4 Cartografias corporais urbanas de Marceline, Lamine e Irene, e a reconfiguração de seus capitais não econômicos, SIC/VIC



quando associada às execuções de despejos vinculados a entidades bancárias, uma expulsão poderia ser parte do despejo de outras famílias. Se seus pais o apoiam com o processo de hipoteca, depois de te despejar, o banco expulsará seus pais de sua casa para pagar o resto da dívida. Em segundo lugar, como um cidadão despejado, você apoiará outros cidadãos em seus processos específicos de capacitação. Em terceiro lugar, sua expulsão doméstica será parte de uma assembleia de muitos outros tipos de despejos domésticos. O urbanismo invisível das expulsões localiza cada despejo como uma entidade singular. Mas se você reunir todos os despejos em Madri, você teria 11 milhões de metros quadrados de espaço e mais de 500.000 quartos. (img. 5) O número de pessoas despejadas também é maior do que o número de despejos.

Os despejos domésticos estão ligados a um modo de produzir domesticidades emergentes. Essas domesticidades aparecem na temporalidade da revolta, entre a chegada da polícia que ocupa a rua às sete horas da manhã, e quando o tabelião e os fiscais públicos chegam à casa e os cidadãos se reúnem, dentro e fora da residência. Neste momento a assembleia de todas as entidades, bancos, fundos financeiros, leis de administração, protocolos judiciais, organizações cidadãs, objetos de resistência, bem como uma geladeira ou colchão,

Img. 5 Domicílios Descascados como um sistema coincidente, SIC/VIC

fotógrafos e *video-makers* de grandes mídia e jornalistas cidadãos, bombeiros que têm de abrir a fechadura da casa, vizinhos, incluindo aqueles que apoiam o cidadão despejado, e não aqueles que fecham suas persianas, decretam a espacialidade e a temporalidade do processo de despejo como algo que mostra a precariedade de nossas sociedades.

Nesse ponto, outras espacialidades e temporalidades são realizadas em Madri: das manifestações públicas aos escravos políticos, como manifestações individualizadas nas ruas. Além disso, estão em curso ações específicas nos bancos para apoiar as negociações específicas dos moradores dos bairros. O apoio à ILP (Iniciativa Legislativa Popular), o apoio mútuo nos centros sociais, os protestos no edifício do Parlamento, o surgimento de milhares de assembleias do 15M em torno de questões de habitação, que podem ser encontrados em toda a cidade, e a criação de novas redes de cuidados e apoio mútuo estão ocorrendo.

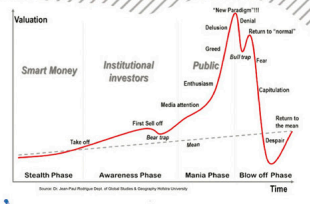
As entidades, mostradas neste artigo como urbanismo extitucional, fazem parte de um todo. Cada iniciativa, comunidade ou plataforma faz parte de uma rede de ações que são independentes de sua participação como um todo. As ligações são então baseadas nas relações entre as partes, corpos, indivíduos, grupos e comunidades, os seus objetos, infraestruturas e suas espacialidades, envolvendo conjuntos de relações que não podem ser explicadas pelas partes, embora dependam delas. Estas situações têm a agência de serem afetadas, embora não constituam sua própria identidade. É assim que funciona o urbanismo extitucional cidadão.

Img. 6 Torre do modelo da domesticidade evitada, SIC/VIC



Eviction assamblages

EEUU (NEW YORK)
Blackstone
Goldman Sachs
PUBLIC MADRID EMVS
MAGIC REAL STATE
PUBLIC HOUSING SOLD TO INVESTORS
MAJORITY OF ARCHITECTURE PROJECTS
PRE-1997 EXISTING HOUSING STOCK
1997-2007 NEW HOUSING STOCK
+5M
METHODS OF ABSORPTION
LOW HOUSE PRICES
RENTAL POOL
BUY!
BUY!
BUY!
BANK LOANS
HOUSING CREDIT
2008 HOME OWNERSHIP
BOUGHT
RENT
OTHER
85%
11%
4%
INDEPENDENT ECONOMIC & POLICY AID
2008+ FINANCIAL CRISIS
ECONOMIC RE-SCALING
DOMESTIC TOURISM
AIR-BNB
BEMATE
NEW +619K
1995-2015 MIGRANT POPULATION
RETURNING +378K
2014 PROTESTS +60%
SHRINKING JOB MARKET
2013-2014 -2M JOBS
MORTGAGE TRAP
GUARANTOR SUCKED INTO DEBT CYCLE
SUCKED INTO DEBT CYCLE
SOCIAL SERVICES BUDGET -13%
3.4 MILLION SPAIN 2013
EMPTY HOUSES
0 SQM
40
60
2.0
1.0
0.0
2007-2014 +5 MILLION EPHEMERAL HOMES
263,279 VACANT MADRID 2013
2007-2014 SPAIN 550K FAMILIES EVICTED
140 EVICTIONS PER DAY IN SPAIN 2014
FORCED RELOCATION
MIGRANT CITIZENS
+€100/MONTH
INFORMAL MARKETS
2007-2014 + DEPRESSION + SUICIDE
CITIZEN ADVOCACY + AID
PAH (PLATFORM FOR THE MORTGAGE AFFECTED)
LEGAL & FINANCIAL AID
STOP DESAHUCIOS
AWARENESS + WORKSHOPS RIGHTS



Para concluir, devemos refletir sobre a ideia de deslocamento que está inscrita no processo que discutimos. A financeirização da vida cotidiana faz com que a questão da cidade seja irrelevante. Ao contrário da cidade, o mecanismo financeiro associado ao processo imobiliário, "não conhece limites físicos ou limitações. Não há dentro nem fora, pois o objetivo da [máquina] é que tudo esteja dentro de seu domínio". A cidade, neste caso extitucional, é apenas um dos múltiplos objetos que são executados todos os dias. Os processos de capacitação e emancipação são desenvolvidos sem a noção de participação como consultoria ou convite à participação. Não podia se dar ao luxo de participar e tomar posição no consenso geral, mas, em vez disso, a coletividade poderia fazer emergir novos processos emancipatórios para desenvolver novos modos de entender a condição urbana, que está sempre em conflito. Não é nem um processo de baixo para cima nem um de cima para baixo. Um processo está ao lado do outro, em um regime de isolamento conectado.

O mercado financeiro projeta nossas casas. Fundos de investimento privado decidem a milhares de quilômetros de distância que vida que você deve levar e como configurá-la. Isso muda tudo. Da mesma forma que o caso de Marcheline, milhares de cidadãos em Madri questionam coletivamente o sistema de despejos através da colaboração e do autogoverno. Este artigo mostra a expulsão econômico-financeira coletiva que acontece diariamente em Madri devido às políticas econômicas globais. Mas não está acontecendo apenas em Madri. O mundo é um sistema recursivo de despejos sucessivos em todos os níveis.

Img. 7 (pág. anterior)
Assembleias de despejo de habitações urbanas, SIC/VIC

indi
scip
lina
r

REFERÊNCIAS

DELEUZE. G. **Postscript on Control Societies**. October. v59. 1992.

El Huffington Post. **De viviendas públicas protegidas, a las manos de los "fondos buitres"**. 2014. <huffingtonpost.es/2014/10/25/viviendas-protegidas-fondos-buitres_n_6046094.html>

FOUCAULT, M. **El juego de Michel Foucault**. Diwan n213. 1976.

KOOLHAAS, R. **Ulterior Spaces. Harvard project on the city. Guide to Shopping**. London. Taschen. 2001.

Lilncoln Institute 2014.

LOPÉZ, D. **No hay extitución sino modos de extitucionalización**. 2014. <dlopezgo.net/2014/07/08/no-hay-extitucion-sino-modos-de-extitucionalizacion>

Plataforma de Afectados por la Hipoteca. **Los datos del CGPJ confirman que siguen aumentando los desahucios en España**. 2014. <afectadosporlahipoteca.com/2014/10/10/los-datos-del-cgpj-confirman-que-siguen-aumentando-los-desahucios-en-espana>

PULIDO, C. **Feminidades Ahuciadas.** 2014. <cuencaalternativa.net/feminidades-ahuciadas-por-carolina-pulido>

RAMIREZ, I. **Cronología del movimiento social por la vivienda en Madrid**. 2014. <elsalmoncontracorriente.es/?Cronologia-del-movimiento-social>

SERRES, M. **Atlas**.Editorial Cátedra, Madrid. 1994.

SLOTERDIJK, P. **Esferas III**. Madrid. Siruela. 2006.

TIRADO, F. J., & DOMÈNECH, M. **Extituciones: Del poder y sus anatomías**. Politica y Sociedad, 36, pp 183-196. 2001.

VIC. **Madrid Desahuciado**. 2015. <viveroiniciativasciudadanas.net/2015/03/10/madrid-desahuciado/>

Wiki Open Glossary da VIC. <viveroiniciativasciudadanas.net/wiki/glosario-abiertos>

***** Toda a pesquisa é feita para a "Householding Fair 2015" na Bauhaus Dessau com intervenção de "Gropius Evicted" em Gropius Masterhouse e a publicação. Programa de exposição com curadoria de Regina Bittner & Elke Krasny e apoiado pelo programa oficial espanhol PICE AC/E. Com a participação de Poli del Canto e Jorge Pizarro do estudio SIC | VIC e Domingo Arancibia, Donovan Theodore Gracias, Amelyn Ng, Juan Luis Pereyra, Raúl Alejandro Pérez, Thiago Pereira do Workshop Internacional Archiprix. Madrid. 2015, Walla Saoul. Também com a colaboração da PAH Madrid (Plataforma de Afectados por la Hipoteca). Agradecimentos especiais à Carolina Pulido e Rafael Ivan do PAH Madrid. Sem as experiências de Marceline Rosero, Lamine Numke e Irene González não poderíamos ter feito a Bodygraphys e a essência de Gropius Evicted Project.

Créditos das Imagens
estudio SIC | Vivero de Iniciativas Ciudadanas VIC
Esaú Acosta, Mauro Gil-Fournier, Miguel Jaenicke
Team SIC | VIC: Poli del Canto, Jorge Pizarro, Paula Mena, Aylin Vera, Miguel Cantoral, Domingo Arancibia, Donovan Theodore Gracias, Amelyn Ng, Juan Luis Pereyra, Raúl Alejandro Pérez, Thiago Pereira, Wala Saoul. Em colaboração com PaH Madrid (Plataforma de Afectados por la Hipoteca). Sem as experiências de Marceline Rosero, Lamine Nunmke e Irene González nós não poderíamos fazer a essência do projeto de pesquisa Welcome Hotel.
estudiosic.es | viveroiniciativasciudadanas.net

INDISCIPLINAR

Esta seção trata da produção coletiva da Rede Indisciplinar. O grupo de pesquisa Indisciplinar da UFMG dá origem à Rede de investigação Indisciplinar, que tem seu foco nos processos de globalização e sua consequente produção biopolítica do espaço social, imbricando indissociadamente teoria e prática e atuando junto a diversos atores, entre eles Movimentos Sociais, Ambientais e Culturais; outros Grupos de Pesquisa e Programas de Extensão; Ministério Público; Defensoria Pública; Poderes Legislativo e Executivo, dentre outros que constituem os campos de disputa por direitos urbanos e sociais.

Diversas pesquisas estão associadas à rede Indisciplinar, sejam elas de monografia, mestrado ou doutorado. A rede Indisciplinar é formada por mais de 40 professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, ativistas de movimentos sociais, culturais e ambientais, oriundos de diversos campos do conhecimento.

Os modos de fazer envolvendo tecnopolíticas e tecnologia social ajudam a legitimar ações que fazem fronteira com o ativismo e a militância em defesa dos bens comuns e acontecem por meio do desenvolvimento de pesquisas teóricas e conceituais; participação em reuniões e atos junto aos movimentos sociais, culturais e ambientais; participação em atividades políticas como audiências públicas e reuniões de conselhos municipais e estaduais; organização tecnopolítica dos movimentos parceiros produzindo colaborativamente e em rede materiais como fanpages*, blogs, cartilhas, memes, panfletos, documentários, infográficos, revistas, livros e jornais; produção e participação em eventos artísticos, políticos e culturais; representações/denúncias em Ministério Público; representação em Conselho Municipal; produção de cartografias e mapas colaborativos; formação de rede entre grupos de pesquisa e também entre movimentos sociais; aulões públicos; seminários, workshops e outros eventos acadêmicos abertos; pesquisas de graduação (incluindo iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso), pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado); artigos científicos em revistas indexadas, além da produção da revista indexada Indisciplinar.*

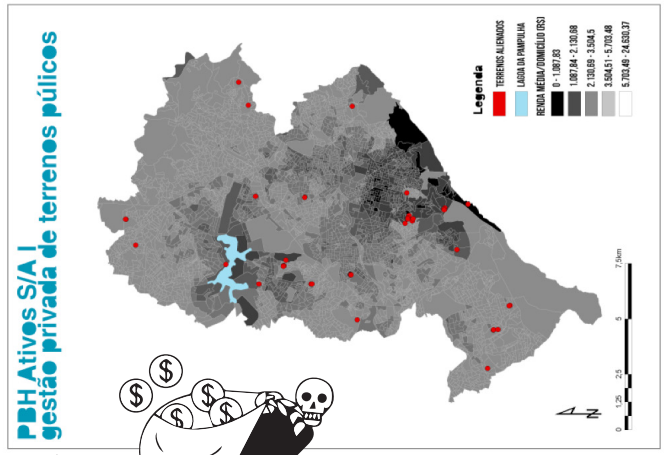
PBH ATIVOS S/A

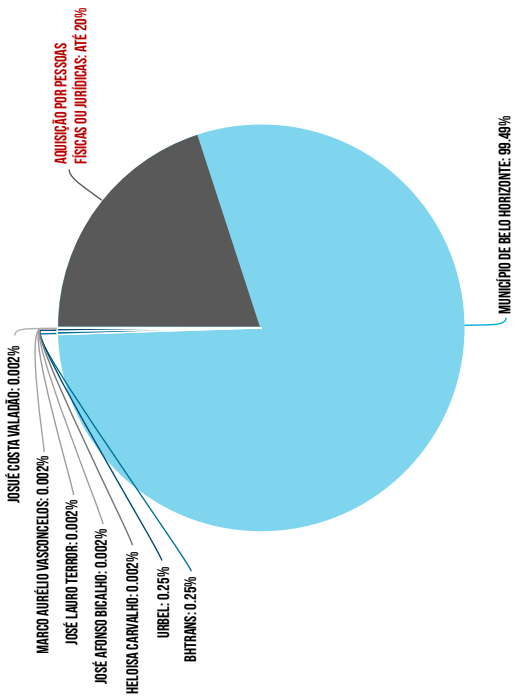
A frente de ação PBH Ativos se desenvolve dentro do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, dentro do projeto de extensão denominado Urbanismo Biopolítico, vinculado ao Programa ind.lab – Laboratório Nômade do Comum, coordenado pela Professora Natacha Rena e que conta com a participação dos pesquisadores: Lucca Mezzacappa (bolsista de graduação – EAUD UFMG), Thiago Canettieri (doutorando – IGC UFMG) e Júlia Franzoni (doutoranda – Escola de Direito UFMG).

Ele tem como frente de ação o mapeamento da transferência de patrimônio público para o setor privado, no caso da PBH Ativos, uma empresa de capital misto criada em 2010 pelo Município de Belo Horizonte para gerir suas PPPs, CEPACs, patrimônio, ativos e imóveis. Para tal, o grupo atua em parceiria a movimentos de resistência, tais como o Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida, a economista Eulália Alvarenga e as Brigadas Populares de Belo Horizonte.

O conteúdo aqui apresentado é uma compilação de produções gráficas realizadas pelo grupo, sendo parte do aulão já apresentado na Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG, em Novembro de 2016, bem como de outros previstos pelo cronograma do Indisciplinar.

EMISSÃO	CREDOR	TIPO	DATA DO CONTRATO	VALOR FINANCIADO (R$)	TAXA	PRAZO
1ª EMISSÃO	MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	SUBORDINADA	01/04/2014	880.320.000	IPCA	9 ANOS
2ª EMISSÃO	DEBENTURISTAS MERCADO	GARANTIA REAL	15/04/2014	230.000.000	11% A.A. + IPCA	7 ANOS





R$880.320.000,00
CESSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO

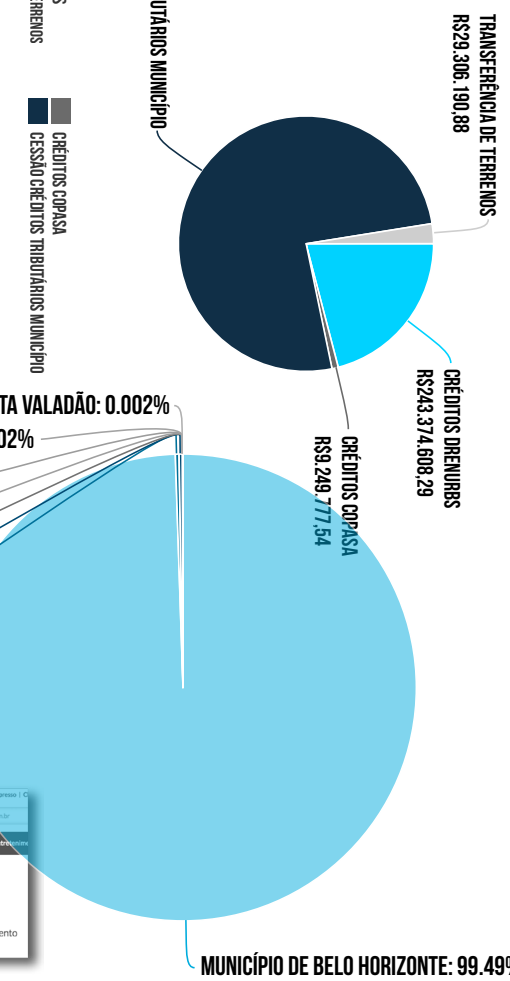
R$243.374.608,29
CRÉDITOS DO MUNICÍPIO COM A COPASA (DRENURBS)

R$9.249.777,54
CRÉDITOS DO MUNICÍPIO COM A COPASA (OUTROS)

R$29.306.190,88
TRANSFERÊNCIA DE TERRENOS DO MUNICÍPIO

PBH ATIVOS

CAPITAL INICIAL (2010)
R$100.000,00
CAPITAL ATUAL (2015)
R$1.180.207.000,00



NOVA BH/OUC ACLO

A frente de ação Nova BH/ACLO está dentro da pesquisa Urbanismo Biopolítico, realizando a cartografia dos grandes projetos urbanos em Belo Horizonte, seus atores e desdobramentos no território. Aliado a isso, o compartilhamento e a distribuição das informações é um dos objetivos da pesquisa.

A OUC ACLO é uma operação urbana consorciada, proveniente da reformulação da OUC Nova BH, e cuja mancha ocupa cerca de 10% do território de Belo Horizonte. O processo de luta contra a Nova BH teve forte envolvimento de pesquisa e denúncia do Grupo Indisciplinar, responsável por atuar contra as diversas irregularidades do projeto ao Ministério Público de Habitação e Urbanismo. Além disso, o grupo também produziu uma série de elementos gráficos (cartilhas, tabelas, textos, apresentações gráficas contendo diagramas e tabelas) que sintetizavam a complexidade das informações técnicas típicas de projetos de grande porte financeirizados, a fim de auxiliar na mobilização social.

A proposta contida nesse projeto é robustecer a análise qualitativa sobre a economia política da OUC, os atores envolvidos, a engenharia de financiamento, custos públicos, discursos e instrumentos urbanísticos envolvidos para produção de estudos técnicos, material gráfico e mapeamento que permita, além da mobilização social e denúncia de possíveis irregularidades, a comparação com outros grandes projetos urbanos mapeados.

A frente Nova BH/ACLO é coordenada Natacha Rena e Júlia Franzoni, com a participação da bolsista de graduação Brenda de Castro, além da participação de Josiane Alves, Janaína Marx e Joviano Mayer.

2007

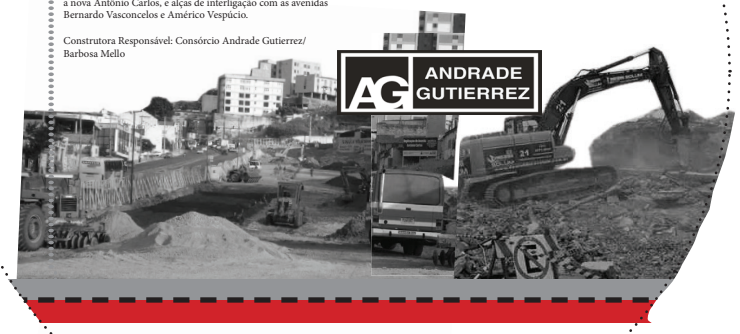
Finalização da primeira etapa das obras de duplicação da Antônio Carlos

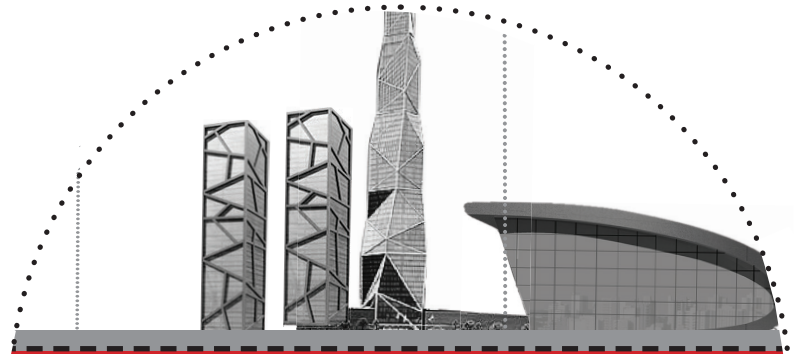
Nesse trecho, foram construídas alças de interligação da avenida Presidente Antônio Carlos com o Anel Rodoviário, duplicação de um trecho de 1.340 metros, nova iluminação, rede de drenagem, transferência de linhas de ônibus para as pistas centrais da avenida num trecho de cerca de cinco quilômetros e trincheira sob a nova Antônio Carlos, e alças de interligação com as avenidas Bernardo Vasconcelos e Américo Vespúcio.

Construtora Responsável: Consórcio Andrade Gutierrez/ Barbosa Mello

CONSTRUTORA BARBOSA MELLO

ANDRADE GUTIERREZ





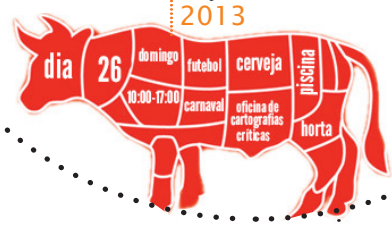
REMOÇÃO DA VILA DIAS???

VENHA SABER O QUE TÁ ROLANDO!

FICA VILA

Movimento que buscou organizar uma rede potente de projetos, grupos, associações, conselhos, pessoas que exigem que as Vilas e Favelas permaneçam. O movimento explodiu em 2013 com o anúncio do Complexo Andradas.

2013





número de pessoas

O convite era feito apenas a algumas pessoas, sendo este intransferível. A apresentação doi realizada no dia 23/10/13

passarão por transformações a valorização ambiental dessas regiões.

Dia: **23 de outubro de 2013 - quarta-feira.**
Horário: **19:00h**
Local: **Auditório da Prefeitura de Belo Horizonte.**
Av. Afonso Pena, 1212 / 1º andar – Centro. (Entrada pela

Contamos com a sua participação para que, juntos, possamos fazer Belo Horizonte cada dia melhor, construída por todos e para todos. Participe!

Este convite é pessoal, intransferível e sujeito à confirmação. Confirme sua presença até o dia 21 de outubro, pelo e-mail smagc@pbh.gov.br ou pelo telefone (31) 3277-1011.

PREFEITURA BELO HORIZONTE
www.pbh.gov.br

Primeiro Ato Contra a Operação Urbana

Manifestantes se revoltam com a ausência de participação popular na apresentação na operação urbana e convocam a todos para comparecer à reunião cujo público era selecionado pela PBH.

out
2013



Reunião do GT Reforma Ur discute a OUC Nova BH

A reunião do GT Reforma Urbana aconteceu no Espaç Comum Luiz Estrela e teve objetivo de se preparar p discussões da Audiência que aconteceria no dia às 18h no auditório d

nov
2013





PARQUE DAS OCUPAÇÕES

A disciplina Parque das Ocupações Urbanas do Barreiro, ministrada pela professora Marcela Brandão, que também é coordenadora do Indisciplinar, ocorreu no primeiro semestre de 2016.

O objetivo da disciplina é aproximar as questões que envolvem a luta pela moradia das pautas que regem a luta pela preservação do meio ambiente, considerando que há fortes tangências entre elas, tanto relativas às dificuldades encontradas nos dois processos, como também na busca por uma cidade mais saudável e mais justa. Pretende-se que tal aproximação seja discutida e incorporada na prática arquitetônica e urbanística.

Nas grandes cidades brasileiras, inseridas dentro do neoliberalismo, duas lutas por uma cidade mais justa se destacam: a luta pelo direito a moradia e pela preservação do verde. Mas a casa e o verde são realmente inimigos ou pode haver uma relação de coexistência na qual o homem cuida da natureza e ao mesmo tempo usufrui dela?

Apesar do senso comum e do discurso de mercado, acreditamos que essas questões podem ser complementares e ser reforçarem mutuamente.

A ideia de trabalhar com a região do barreiro começou pelo fato de abrigar uma área vegetada, de interesse ambiental envolta de várias ocupações urbanas autoconstruídas.

Na tática de destacar o potencial desse local e a possibilidade de um entendimento mais complexo da relação entre ocupação e área verde, a região foi nomeada pelo grupo de Parque das Ocupações do Barreiro.

A relação entre o parque e as ocupações é uma forma de resistência para ambos e aponta para a superação da ideia de individualidade, lucro, compra e venda, espaço cercado e dicotomia entre cidade e natureza. A cidade, como espaço público, deve ser cuidada, preservada e ocupada. Sendo assim, a despeito do senso comum, que coloca em lados opostos as lutas pelo meio ambiente e habitação, o grupo Indisciplinar propôs exatamente reunir essas duas lutas, por uma cidade mais sustentável e justa.



arborização

moradia
x
área de preservação

frutíferas
agrofloresta
espécies protegidas por lei

árvores frutíferas
plantas comestíveis

ruas compartilhadas

carros
x
pessoas
erosão

baixo tráfego
início da urbanização
rua = espaço de convivência



arborização
mobiliário distribuído
verde nas superfícies
potencialização do uso das ruas

uma horta por muro

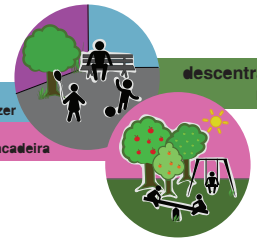
avanço do verde sobre a ocupação
tecnologias para pequenos cultivos



+ muros
- hortas

hortas em muros

praças de bolso + pomar do parquinho



parquinho isolado
pouco espaço de lazer
áreas residuais
rua = encontro e brincadeira

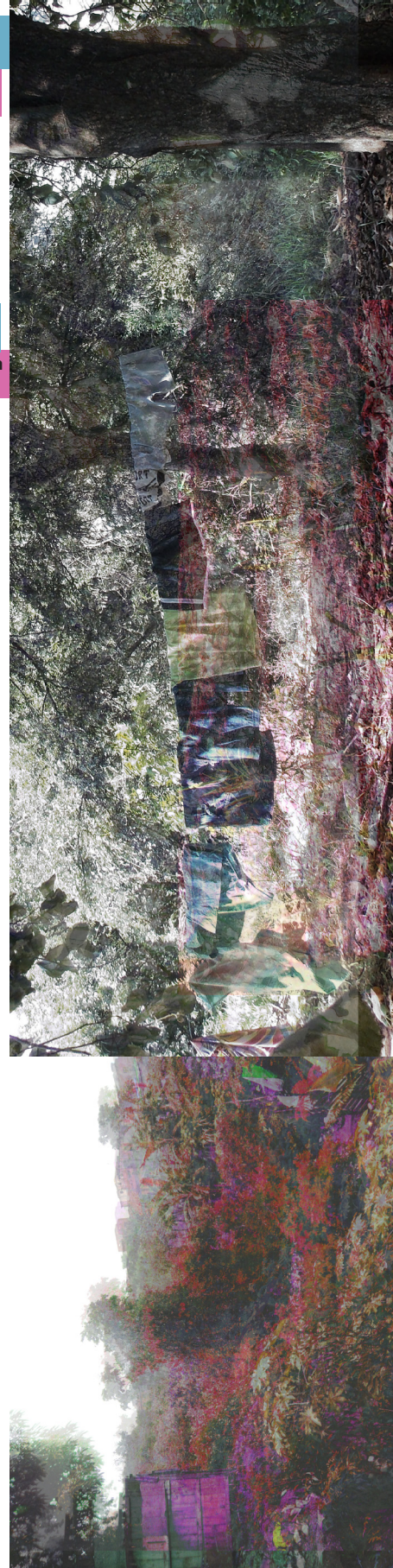
descentralização do parquinho
mais espaços de lazer

legenda

- POTENCIALIDADES
- FRAGILIDADES
- PROPOSTAS ESPECÍFICAS
- DIRETRIZES

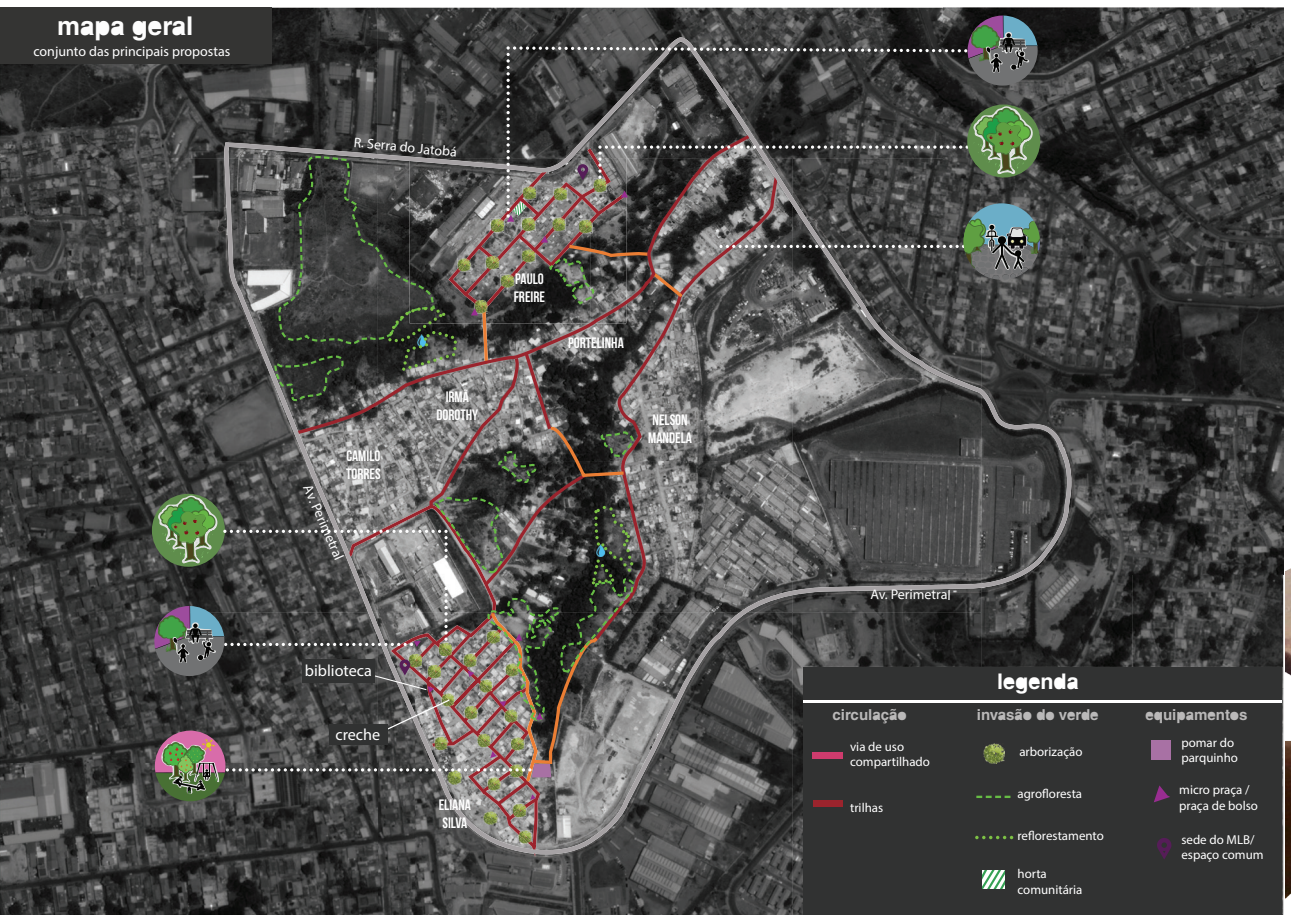






mapa geral

conjunto das principais propostas





LIVRO
ARTE & ESPAÇO

A obra, organizada por Bruno Oliveira, Natacha Rena e Maria Helena Cunha, é fruto do curso realizado pela Inspire e busca desenvolver uma reflexão sobre as dimensões biopolíticas da arte, sua natureza contestadora e multitudinária. Reconsiderar as possibilidades da arte, questionar padrões, testar os limites estabelecidos e apresentar novos modelos são algumas das propostas, no sentido de realimentar a visão crítica e multidisciplinar da cultura.

Artigos escritos por Natacha Rena, Simone Parrela Tostes, Paula Bruzzi Berquó, Isabela Prado, Eduardo de Jesus, Marcela Silviano Brandão Lopes, Maria Helena Cunha e Patricia Faria estão presentes no livro, além de comentários dos alunos que participaram do curso realizado em 2014, entre eles três estrangeiros e representantes de dezoito estados das cinco regiões brasileiras. A distribuição do livro é gratuita.

Bruno Oliveira
Maria Helena Cunha
Natacha Rena
[Orgs.]

arte e espaço

uma situação política
do século XXI

Patrocínio

Realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte

Apoio

Realização

indisciplinar